



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFH)
CURSO DE HISTÓRIA

Gustavo Vieira

A construção de riqueza nos campos de Lages: A família Ramos e a exploração da mão-de-obra escravizada no século XIX

Florianópolis

2024

Gustavo Vieira

A construção de riqueza nos campos de Lages: a família Ramos e a exploração da mão-de-obra escravizada no século XIX

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel/licenciado em História.

Orientadora: Profa., Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian

Florianópolis

2024

Vieira, Gustavo

A construção de riqueza nos campos de Lages: a família Ramos e a exploração da mão-de-obra escravizada no século XIX / Gustavo Vieira ; orientadora, Beatriz Gallotti Mamigonian, 2024.

97 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Escravidão. 3. Família Ramos. 4. Riqueza. 5. Lages. I. Mamigonian, Beatriz Gallotti. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

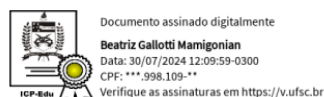
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas, no Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, Orientadora e Presidente, pela Professora Renilda Vicenzi (via videoconferência), Titular da Banca, e pelo Professor Angelo Biléssimo, Titular da Banca, designados pela Portaria nº 15/2024/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Gustavo Vieira**, subordinado ao título: **"A construção de riqueza nos Campos de Lages: a família Ramos e a exploração da mão de obra escravizada no século XIX"**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, o acadêmico prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o acadêmico recebido da Professora Beatriz Gallotti Mamigonian a nota final 10,0, da Professora Renilda Vicenzi a nota final 10,0 e do Professor Angelo Biléssimo a nota final 10,0; sendo aprovado com a nota final 10,0 (dez) O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia cinco de agosto de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

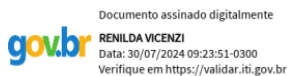
Florianópolis, 29 de julho de 2024.

Banca Examinadora:

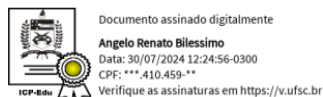
Prof. a Beatriz Gallotti Mamigonian



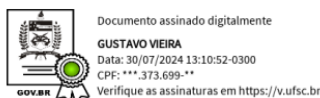
Prof.a Renilda Vicenzi



Prof. Angelo Biléssimo



Candidato Gustavo Vieira





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Gustavo Vieira, matrícula n.º 20200941, entregou a versão final de seu TCC cujo título é: A construção de riqueza nos Campos de Lages: A família Ramos e a exploração da mão de obra escravizada no século XIX, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 05 de agosto de 2024.



Documento assinado digitalmente
Beatriz Gallotti Marnigonian
Data: 01/08/2024 12:01:57-0300
CPF: ***.998.109-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço todo o apoio (monetário e afetivo) prestado pela minha família: Mari, Joel, Deise, Elessandro e Everton, sem o qual nada disso seria possível. Agradeço à minha companheira Erica, por tanto tempo ao meu lado e por todo o apoio que gentilmente me deu. Aos amigos da graduação, Gabriel, Amábile, Eli, Clever, Renata, Tiago, Eduardo e Vinicius, que por tantas vezes tiveram que me escutar falando sobre Lages. Aos amigos lageanos Maria Isadora e Fábio, e em especial à Alice, que fez um dos mapas utilizados neste trabalho.

Agradeço imensamente à professora Beatriz Gallotti Mamigonian pela orientação e confiança no meu trabalho. Além de ser inspiração, sempre serviu de exemplo de pessoa. Também ao professor Tiago Kramer de Oliveira que sempre sanou minhas dúvidas de forma gentil.

Agradeço a toda a equipe do Museu do Tribunal Judiciário de Santa Catarina e do Museu Histórico Thiago de Castro pelo ótimo atendimento e cordialidade. A todos que mantiveram e mantêm o site *FamilySearch*, pertencente à Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. O trabalho dessas pessoas foi fundamental para o andamento e conclusão da pesquisa e deste trabalho.

Em especial ao Murilo Dutra, criador do *blog* “Madrugada Genealógica” e que disponibilizou a transcrição dos registros de batismo de Lages. Murilo além de fazer um excelente trabalho de divulgação sempre foi muito solícito quanto às minhas dúvidas.

Por fim e não menos importante, agradeço à equipe de acessibilidade e às crianças com que trabalhei no Colégio de Aplicação da UFSC. Vocês mudaram e moldaram minha forma de ver o mundo para melhor.

RESUMO

A família Ramos adquiriu expressividade política no final do século XIX, sendo que no século XX, descendentes de Laureano Ramos e Maria Gertrudes de Moura alcançaram o Senado Federal (seis mandatos) e o governo do estado de Santa Catarina (nove mandatos). Foram ainda prefeitos ou intendentess municipais de Lages e região (nove mandatos). O ápice de sua expressividade política se deu pelo alcance do cargo de presidente interino da República por Nereu Ramos. A família também se tornou representante da imagem histórica atribuída à Lages. Ruas, praças e instituições levam o nome de seus membros, reservando à família lugar privilegiado na memória histórica da cidade de Lages. Neste trabalho, investigou-se a exploração da mão de obra escravizada no período em que a família adquiriu tais status – de riqueza e expressividade político-social. Os achados apontam para a participação dos escravizados como formadores de riqueza da família. Também, objetivou-se proporcionar um reconhecimento de quem eram parte das pessoas escravizadas ou agregadas exploradas pela família, suas funções, quais as diferenças nos termos aplicados para essas pessoas e quem eram os membros da família que se utilizaram da mão de obra escravizada na região. Utilizou-se primordialmente dos inventários dos membros da família Ramos (da primeira e segunda geração), bem como, de registros de batismo e documentos judiciais que os envolvem. Observou-se que a família adquiriu tal expressividade desde sua chegada aos campos de Lages com o patriarca Laureano Ramos e a matriarca, Maria Gertrudes de Moura. Seus filhos foram os principais exploradores da mão de obra escravizada e agregada de trabalhadores negros, pardos e indígenas em relação às outras gerações da família. Assim, estenderam suas riquezas e *status* aos netos e até bisnetos através de uma base tripla de exploração, pautada na posse de terras, criação de animais para comércio (principalmente gado) e na escravização de pessoas.

Palavras-chave: Família Ramos; Escravidão; Exploração; Riqueza; Posse de terras; Pecuária; Criação de animais; Lages.

ABSTRACT

The Ramos family gained political prominence at the end of the 19th century, with the descendants of Laureano Ramos and Maria Gertrudes de Moura achieving six terms in the Federal Senate and nine terms as governors of the state of Santa Catarina in the 20th century. Additionally, they held nine terms as mayors or municipal intendants of Lages and its region. The pinnacle of their political prominence was reached when Nereu Ramos became interim President of the Republic. The family also became a symbol of the historical image attributed to Lages, with streets, squares, and institutions bearing the names of its members, securing the family a privileged place in the historical memory of the city of Lages. This study investigates the exploitation of enslaved labor during the period when the family acquired such status – of wealth and political-social prominence. The findings indicate the participation of enslaved individuals as wealth creators for the family. Furthermore, the study aims to identify some of the enslaved or associated individuals exploited by the family, their roles, the differences in terms applied to these individuals, and which family members utilized enslaved labor in the region. The research primarily utilized the inventories of the Ramos family members (first and second generations), as well as baptismal records and judicial documents involving them. It was observed that the family gained prominence since their arrival in the fields of Lages with the patriarch Laureano Ramos and the matriarch Maria Gertrudes de Moura. Their children were the main exploiters of enslaved and associated labor of black, brown, and indigenous workers compared to other generations of the family. Thus, they extended their wealth and status to their grandchildren and even great-grandchildren through a triple base of exploitation, based on land ownership, livestock farming for trade (mainly cattle), and the enslavement of people.

Keywords: Ramos Family; Slavery; Exploitation; Wealth; Land Ownership; Livestock Farming; Animal Husbandry; Lages.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da Divisão Político-administrativa de Santa Catarina no século XIX	26
FIGURA 2 – Árvore genealógica da família Ramos: primeira e segunda geração	29
FIGURA 3 – Fazenda do Guarda-Mór.....	31
FIGURA 4 – Mapa do caminho atual que liga o cemitério dos Ramos e o cemitério das Bananeiras até a Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens	32

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Avaliação dos bens de Henrique F. Ramos (1871).....	75
GRÁFICO 2 – Avaliação dos bens Julia Baptista (1883).....	77
GRÁFICO 3 – Avaliação dos bens de José Thomas de Moura e Silva (1887)	79
GRÁFICO 4 – Divisão de riqueza dispostas nos inventários dos avaliados (Henrique, Julia e José Thomas).....	79

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Principais donos de escravizados de acordo com os registros de batismos 1812 – 1845.....	36
TABELA 2 – Escravizados batizados pela família Ramos durante os anos 1817-1865.....	46
TABELA 3 – Escravizados mencionados e avaliados no inventário de Julia Baptista de Souza e Oliveira em 1883 (esposa de Vidal Ramos Sênior):	59
TABELA 4 – Matrícula de escravizados pertencentes a Vidal José de Oliveira Ramos (1872)	61
TABELA 5 – Relação nº15 dos escravos pertencentes a José Thomas de Moura e Silva, município de Lages (1886).....	65
TABELA 6 – Relação de escravizados pertencentes a Luiz José de Oliveira Ramos (1880).	70
TABELA 7 – Quantidade de gado e seus respectivos valores no inventário de Henrique Ferreira Ramos (1871)	74
TABELA 8 – Animais relacionados no inventário de Julia Baptista de Souza e Oliveira	76
TABELA 9 – Quantidade de semoventes de José Thomas Moura e Silva	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
MHTC	Museu Histórico Tiago de Castro
MTJSC	Museu Tribunal Justiça de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 MATERIAIS E METODOLOGIA	22
2 A FORMAÇÃO DO “CONTINENTE DAS LAGENS”	25
2.1 A CHEGADA DA FAMÍLIA RAMOS NO SÉCULO XIX	29
2.2 ESCRAVIDÃO NA VILA DE LAGES (1812-1845)	35
3 INFLUÊNCIA, PODER, RIQUEZA E ESCRAVIDÃO: FAMÍLIA RAMOS NA SUA SEGUNDA GERAÇÃO (1845-1888)	42
3.1 OS FILHOS DE LAUREANO E MARIA	43
3.2 SEGUNDA GERAÇÃO DOS RAMOS E SEUS ESCRAVIZADOS NOS REGISTROS DE BATISMO	44
3.3 ESCONDIDOS DA HISTÓRIA, EXPOSTOS À EXPLORAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE INDÍGENAS E A FAMÍLIA RAMOS	48
4 ESCRAVIDÃO E RIQUEZA	54
4.1 ESCRAVIDÃO	54
4.1.1 Os escravizados de Henrique Ferreira (Ferreyra) Ramos	55
4.1.2 Os escravizados de Julia Baptista e Vidal Ramos (Sênior)	58
4.1.3 Os escravizados de José Thomas de Moura e Silva e Gertrudes Maria de Moura Ramos	64
4.1.4 Os escravizados de Luiz José de Oliveira Ramos	69
4.2 RIQUEZA	71
5 CONCLUSÕES	81
6 REFERÊNCIAS	87
Fontes	87
Referências	88

1 INTRODUÇÃO

Lages, considerada a capital serrana do estado de Santa Catarina, conta, de acordo com o último censo (2022) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 164.981 habitantes, seu território chega a 2.637,660 km² (IBGE, 2022) e se localiza a cerca de 230 km. de distância de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Lages tem uma história diversa e complexa a ser contada, não em termos monetários, mas de pessoas, conexões com outras regiões e processos históricos. Desde o início da minha graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a história da cidade me instigava. Após o contato com as disciplinas de América Portuguesa, Brasil Monárquico e História da Escravidão, comecei a indagar sobre o funcionamento da cidade de Lages durante o período de escravidão no Brasil, principalmente no século XIX. Desta forma, procurando fontes que pudessem responder a essa “questão geral”, me deparei com o *blog* do genealogista Murilo Dutra (2020), no qual ele tabulou e disponibilizou de forma transcrita os registros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres (1769-1867).

A partir desses documentos e da tarefa de realizar um artigo para a disciplina de História da Escravidão, comecei a enfrentar outras perguntas às fontes. Ao longo das buscas e leituras, e com a imensa ajuda da Prof. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian, chegamos às questões sobre a construção da riqueza da família Ramos, durante o século XIX. Tentamos perceber como a família garantiu sua expressividade social, política e monetária ao longo dos oitocentos, e se, para isso, relacionou-se com a escravidão.

Assim, com este trabalho, procuramos trazer à tona as problemáticas que envolvem a construção da riqueza pela família Ramos e seus possíveis envolvimento com a escravidão, bem como, proporcionar um entendimento da materialidade necessária para a construção de um *status*, que envolve riqueza, expressividade social e influência. Desta forma, entende-se que o trabalho busca contribuir, principalmente, para a história da cidade de Lages, também do Estado de Santa Catarina e para os estudos que envolvem as famílias e construções de riqueza no século XIX, baseadas na exploração da mão de obra escravizada.

Em seguida adentrei nas questões “gerais” que envolvem a escravidão no Brasil. É vasta a bibliografia que trata sobre a escravidão indígena e africana no país. Os trabalhos precursores e basilares para a temática indígena são de Manoela Carneiro Cunha (1992) em *História dos índios no Brasil* que realiza um panorama sobre a história dos indígenas desde o período colonial brasileiro e John Manuel Monteiro (1994) em *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*, que trata o tema de escravidão indígena juntamente com a resistência

e importância dos diferentes povos originários para a construção material e sociocultural do sudeste do Brasil.

Para as questões relacionadas à escravidão de africanos e afrodescendentes a historiografia está dividida em “fases”. A obra de Gilberto Freyre (1933) *Casa Grande & Senzala* pode ser tomada como precursora destes estudos.¹ Em seguida Caio Prado Júnior (1942) em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) realiza a primeira interpretação marxista que relê o período colonial como fundado na *plantation* escravista e a escravidão como fundamental e central à constituição do Brasil. A partir da década de 1960 e 1970 Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Emília Viotti da Costa dedicam-se à exploração e superação da obra de Freyre (1933). Esses dois primeiros autores, em 1960, chegam a trabalhar com enfoque no estado de Santa Catarina, em obra intitulada *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. Na década de 1980, os historiadores “da escravidão” tiveram como pauta principal os debates que envolviam as teorias marxistas, sendo nomes expressivos o de Jacob Gorender, Fernando A. Novais e Ciro F. S. Cardoso. A década de 1980, mas, principalmente de 1990, trouxe novos rumos as discussões. O papel do escravizado enquanto ser social, combativo e dotado de autonomia, mesmo em um contexto e ambiente em que estava subalternizado pelos senhores, passa a ser basilar para os estudos, principalmente, de Silvia Lara, Stuart B. Schwartz, João L. R. Fragoso, Manolo Florentino, Robert Slenes e Sidney Chalhoub. A partir da contribuição destes autores, emergem estudos microhistóricos de temas como violência, trabalho, resistência e fortuna, rompendo com a dedicação quase exclusiva do foco sobre a agricultura açucareira do nordeste e cafeeira do sudeste do país.²

Após a compreensão do “estado da arte” sobre a escravidão no Brasil, tomado principalmente pelas leituras dos clássicos citados, a revisão sobre a historiografia de Lages tornou-se necessária. Ainda que a temática sobre a escravidão na região serrana catarinense tenha começado a dar seus primeiros passos na década de 1980, principalmente, com os trabalhos de Licurgo Costa em *O continente das Lagens* (1982) em que o autor trata da história da região desde as primeiras ações colonizadoras até a metade do século XX e Walter Piazza (1990), em *A Escravidão Numa Área de Pastoreio: os “Campos” de Lages*, no seu estudo voltado para econômica escravista da região, ela teve pouco diálogo com a historiografia de sua época. Assim, esses trabalhos basilares para a compreensão sobre escravidão e a formação da

¹ Tomamos a obra de Freyre como precursora por ser ela que deu início aos debates sobre a escravidão nos meios acadêmicos.

² Para um balanço historiográfico pormenorizado ver as contribuições de Chalhoub, S.; Silva, F. T. (2010) e Hunold, L. (1998).

serra catarinense, prestam sua devida contribuição à historiografia, mas estão datados. Ou seja, apresentam lacunas que podem e são exploradas por novas contribuições acadêmicas.

Das contribuições acadêmicas analisando a região de Lages, Nilsen C. O. Borges (2005), em sua dissertação de mestrado, intitulada: *Terra, Gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)* é pioneiro. Em seu trabalho ele busca apresentar a importância do comércio de muare para a economia interna do Brasil e da exploração da mão de obra escravizada na região serrana. Ainda, realiza uma análise quantitativa da mão de obra escravizada em Lages, buscando demonstrar a importância dos escravizados para o funcionamento do mercado interno brasileiro e, por conseguinte, confrontando a análise de Celso Furtado (1959) em *Formação econômica do Brasil* de que, este comércio, teria se constituído de pouco ou sem o uso de escravos. Também é imprescindível o trabalho de Renilda Vicenzi (2015), *Nos Campos de Cima de Serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages 1776-1850*, em que a autora explora, para além das problemáticas relacionadas à cor da população lageana em seus primeiros anos de formação, questões como acesso à terra e relações de trabalho, principalmente as que se baseiam na escravidão e no “agregamento” das pessoas, questões caras ao trabalho que se segue. São importantes também as contribuições de Jasmini L. Maurer (2021) em *Ingênuas almas: famílias negras, solidariedade e liberdade em Lages-SC (1871-1888)*, a autora explora as questões relacionadas à formação de famílias de escravizados, conquistas de liberdade e à aplicação das leis “abolicionistas”, questões que têm como inspiração a obra *Na senzala uma flor* de Robert Slenes (1999).

Essa análise dos autores, dando enfoque à região serrana de Santa Catarina, lançou novas perspectivas e problematizações aos estudos sobre família e escravidão nas pequenas e médias propriedades. Ao explorar as dinâmicas econômicas e o uso da mão de obra escravizada neste local, fazem surgir questionamentos sobre a construção da riqueza pelas famílias “lageanas”.³ Porém, apesar de tangenciarem o tema da ligação entre as riquezas das famílias e a escravidão na região, estes trabalhos não o tomam como principal.

Assim, dentro das análises internas do sistema escravista, surgem os estudos sobre as ligações entre as grandes famílias – aquelas possuidoras de grande fortuna e expressividade social – com a escravidão, que tomamos como tema principal deste trabalho. O aparecimento do tema pode ser notado na obra já citada de Freyre (1933), bem como, nas de Caio Prado Júnior (1942) e Sergio Buarque de Holanda (1936). Contudo, segundo Ana Silvia V. Scott (2014), os trabalhos que tomam a temática da família como principal ganham força a partir de

³ Coloco o termo “lageanas” entre aspas pois as famílias que se estabeleceram em Lages vieram de diferentes lugares, como por exemplo São Paulo, Rio Grande do Sul e do litoral catarinense.

1970, muito influenciadas pelas metodologias da demografia histórica e pelos avanços da História Social. As décadas de 1980 e 1990 trazem à tona, junto das discussões sobre a família formadas em período colonial e imperial, o diálogo com o tema do patriarcalismo, tendo como figura central de discussão a supracitada obra de Freyre (1933) (Scott, 2014). Assim, na década de 1990 e 2000, a historiografia referente à temática ganha corpo. Misturam-se as questões sobre a formação das famílias tanto de escravizados quanto livres e/ou agregados, as relações de compadrio, a formação de fortunas e ascensão social. Trabalhos basilares para a temática são os de Carlos Bacellar (1995), Robert Slenes (1999), e Bert J. Barickman (2003) (Scott, 2014).

Neste sentido, as problematizações sobre a família também alcançaram o sul do Brasil. Os principais trabalhos/livros são de: Cacilda Machado (2006), Horacio Gutiérrez (2001) e Vinicius A. A. de Assis (2020) para o estado do Paraná, e Luis Augusto E. Farinatti (2010) e Fábio Kühn (2006) para o Rio Grande do Sul. Porém, para algumas regiões de Santa Catarina verifica-se uma lacuna. Nas últimas duas décadas os estudos relacionados à temática dão enfoque as regiões litorâneas de Santa Catarina, são exemplos os de Angelo Biléssimo (2011) que procura traçar um perfil das fortunas catarinenses do século XIX, revelando indivíduos e famílias que alçaram expressiva riqueza, Fernanda Z. Forster (2011) e Vinicius Bosignari (2022) que analisam temáticas próximas, a escravidão e a formação de riquezas, para São Miguel de Terra Firme e o Vale do Itajaí, respectivamente. Contudo, percebe-se que ainda faltam abordagens do tema para Lages, região serrana de Santa Catarina.

Como visto, a escravidão permeia toda a história do Brasil, não sendo diferente para a região serrana de Santa Catarina, e os agentes envolvidos nestas relações de trabalho são variados: portugueses, bandeirantes, gaúchos, povos originários e escravizados de diferentes regiões do continente africano (Bogaciovas, 1999). Nesta ambientação de finais do século XVIII e todo o XIX, Lages, foi um importante entreposto de criação de muares entre o Sul e o Sudeste do país, empregando, desde a exploração de seus campos pelos bandeirantes paulistas no século XVIII, o trabalho escravo.

Através da exploração e reconhecimento dos “campos de lagens” algumas famílias, envolvidas de diferentes formas com o comércio de muares, acabaram por se estabelecer no que reconhecemos hoje como o município de Lages. Uma destas famílias, chegadas no início do século XIX, foram os “Ramos” e era composta por Lauriano José de Ramos, sua esposa Maria Gertrudes de Moura Ramos e seu primeiro filho David de Moura Ramos (Kotchergenko, 2009). Voltando os olhos à chegada e estabelecimento de moradia da família Ramos durante o século XIX, as informações ainda se encontram, de certa forma, nebulosas. Segundo Celso

Ramos Filho (2002), Laureano José de Ramos, o patriarca da família:

[...] mudou-se de São Miguel para São Francisco do Sul-SC. Posteriormente transferiu residência para Lapa-PR, onde casou e nasceu o filho David. Da Lapa foi para o Rio Grande do Sul e de lá, para Lages, onde se estabeleceu na Coxilha Rica (Filho, 2002, p. 41).

É possível perceber que o casal Laureano e Maria vinham de uma sequência de mudanças, se estabelecendo em Lages no início do século XIX.

Como se sabe hoje, membros desta família tiveram importante projeção política no estado de Santa Catarina nas últimas duas décadas do XIX e no século XX.⁴ No momento do fim do Império e início da República a família aparece como representante política principal da região:

os irmãos Vidal e Belisário roubaram a cena política local, fazendo da cidade de Lages seu campo privilegiado de projeção política para o cenário estadual e nacional, **constituindo uma das mais sólidas oligarquias catarinenses da primeira República**, a única dentro desse quadro estadual ligada à terra [...] (Andrade, p. 10, 2011, grifo nosso).

A construção de legado pela família que se expressa, principalmente, na política do século XX, é notória. Ruas, praças e outros lugares foram nomeados em homenagem aos integrantes da família em todo o Estado.⁵ Foram também ativos participantes em quase todas as camadas de poder político brasileiro, desde prefeitos da cidade de Lages até a Presidência da República do Brasil, cargo ocupado por Nereu Ramos (1955-1956). Os dois principais “historiadores”⁶ membros da família, Celso Ramos Filho (2002) e Licurgo Ramos da Costa (1982), não deixam de exaltar a atuação de sua família na formação da cidade de Lages e na política de Santa Catarina.

Assim, filtrando o olhar para a importância dessa família, buscamos, no século XIX e nos campos de Lages, respostas para o alcance de tamanha influência e se havia ligação dessa construção de riqueza e legado com a exploração de escravizados.

Neste sentido, tendo em vista que a construção das riquezas, expressividade política e de um legado não se dão naturalmente, ou seja, não são criações abstratas, mas sim concretas e que demandam ações também concretas no contexto em que estão inseridas, neste caso, o século

⁴ Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos Júnior que foi vereador de Santa Catarina, chegou ao cargo de vice-presidente do Brasil durante 1946-1951 e durante novembro de 1955 a janeiro de 1956 ocupou o cargo de presidente interino da república.

⁵ Em Lages, por exemplo, tem-se a praça Vidal Ramos Sênior e inúmeras ruas com os nomes do Ramos. Há, também, a cidade de Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina.

⁶ Coloco o termo “historiadores” entre aspas pois nenhum deles se formou em História e suas obras partem de uma análise mais memorialista do que em parâmetros históricos. Não se nega, porém, o intenso uso de fontes primárias e da pesquisa “ao estilo historiador” pelos dois, principalmente ao que concerne as obras de Licurgo Costa (1982).

XIX brasileiro e escravista, busca-se dar materialidade à importância adquirida pela família. Se desvincular da História política do século XX, em que os Ramos são protagonistas principais, nos levou a uma verificação da relação das relações dessa família com a escravidão.

Portanto, o objetivo principal deste trabalho foi, primeiramente, avaliar se houve relação da família Ramos com a escravidão. Assim que verificamos tal relação, partimos para uma análise sob a perspectiva da participação dos escravizados na formação de riqueza e *status* da família. Desta forma, os objetivos específicos partem de quando se constata a utilização da mão de obra escravizada por membros da família. Neste sentido também buscamos: a) identificar os membros da família Ramos que estavam diretamente relacionados com a escravidão; b) reconhecer a importância dos escravizados como constituintes da riqueza de alguns membros da família; c) entender as diferenças entre a escravidão indígena e negra praticada pela família Ramos e d) contribuir para o reconhecimento da importância dos povos marginalizados na formação cultural, social e econômica da cidade.

As contribuições deste trabalho buscam analisar a relação da construção da riqueza, nos campos de Lages, pela família “Ramos” com a escravidão. Permeiam também uma análise sobre a estrutura econômica da região serrana do estado de Santa Catarina, baseada na posse de terras, pecuária e comércio interno. Para tal, utilizo uma variada gama de fontes primárias. Os inventários *post-mortem* são os principais documentos. Neles pode-se quantificar a riqueza dos falecidos e seus familiares herdeiros, bem como, verificar a relação (ou não) deles com a mão de obra escravizada. Ainda “dentro” dos inventários pode haver a anexação de outros documentos, como os testamentos e a listagem de escravizados, que indicam a possível relação destas pessoas com a escravidão e a sua “posição social” naquele contexto. Também faço uso dos registros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages dos anos de 1769-1867, buscando realizar um balanço dos senhores e escravizados da região e da família Ramos. Utilizo-me ainda, de forma esparsa, de alguns documentos disponíveis no Museu Thiago de Castro, como uma “Relação dos filhos livres de mulher escrava matriculados na Coletoria de Rendas Provinciais da Cidade de Lages” de 1875, a fim de encontrar a ligação da família Ramos com a escravidão.

Na organização do trabalho nos preocupamos em contextualizar a região de Lages durante o fim do século XVIII e início do XIX. Assim, o capítulo “A formação do Continente das Lages” traz um balanço sobre a formação da vila e seus moradores, bem como da chegada da família Ramos e as dinâmicas da escravidão na região. O capítulo seguinte “influência, poder, riqueza e escravidão: família Ramos na sua segunda geração (1845-1888)” busca traçar o perfil dos principais membros da família que se envolveram com a escravidão. Traz ainda

uma análise sobre o envolvimento da família com a escravidão vista pelos registros de batismo, entrelaçado com relações e a exploração dos povos indígenas. Por fim, no capítulo intitulado “Escravidão e Riqueza” analisamos o envolvimento de membros da família Ramos da segunda geração com a escravidão através processos de inventário, também procuramos quantificar a riqueza alcançada pela família.

Portanto, não se pretende deslocar a família de seu contexto, ou seja, realizar um juízo de valores anacrônico com relação ao seu meio escravista, de segregação social, racial e cultural. Mas sim, analisar a construção de riqueza e projeção social da família com enfoque na exploração da mão de obra escravizada e, provavelmente, agregada de que faziam uso. Com esse panorama, busca-se dar a devida visibilidade a esta parte da população considerada subalterna, assim como, contribuir para a construção de uma história regional e quiçá estadual, mais abrangente e plural.

1. 1 MATERIAIS E METODOLOGIA

Fizemos uso, majoritariamente, de dois tipos de fontes primárias: os processos de inventários, disponibilizados pelo Arquivo do Tribunal de Justiça e os registros eclesiásticos de batismos da paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages dos anos de 1769-1867, ambos conjuntos documentais digitalizados.

Sobre os processos de inventários, Bacellar relata que a análise destes documentos “[...] vem possibilitando a compreensão de como o patrimônio familiar era transmitido de uma geração para outra [...]” (Bacellar, 2010, p. 36), processo esse, basilar para essa pesquisa. Assim, além de se realizar um levantamento das riquezas produzidas pela determinada família busca-se dar ênfase aos escravizados, seus valores e importância em comparação com os outros bens relacionados nestes documentos. Ainda de acordo com Carlos Bacellar:

Os inventários também permitem que se discuta a evolução da composição do patrimônio ao longo dos séculos, diferenciando os níveis de riqueza e ostentação de um grande proprietário do século XVII para outros, digamos, do XIX (Bacellar, 2010, p. 37)

Ou ainda, no caso deste trabalho, o acúmulo de fortuna em uma família de uma geração pra outra.

Os registros de batismo utilizados nesta pesquisa, disponíveis *online* no site do *Search Family* são fruto da ação dos mórmons, que microfilmando a documentação nominativa buscavam reconstruir árvores genealógicas e permitir a todos de descobrirem seus antepassados

(Bacellar, 2010). Se utilizamos do árduo trabalho de transcrição e tabulação destes registros eclesiásticos feito por Murilo Dutra (2020), que em busca da construção de sua árvore genealógica, disponibilizou tais tabulações em seu site *Madrugada Genealógica*,⁷ facilitando a pesquisa de forma inimaginável. Portanto, a utilização dos registros eclesiásticos quando disponíveis como fonte para os historiadores é um recurso excelente, segundo o supracitado Bacellar:

O uso dos registros de batismo, casamento e óbito sempre foram essenciais para os genealogistas, mas, a partir da década de 1960, os demógrafos historiadores e historiadores da população passaram a usar tais fontes de maneira bastante intensa alcançando resultados expressivos na análise dos padrões demográficos de populações do passado. (Bacellar, 2010, p. 40).

Assim, seguindo o “caminho” dos genealogistas e posteriormente dos historiadores demógrafos, a busca nos registros de batismo da cidade Lages oferece-nos uma importante oportunidade. Essa análise não se limita aos padrões demográficos, mas alcança a das relações familiares, a da reprodução da riqueza de uma geração para outra, dos laços de compadrio, e até mesmo das relações cotidianas.

Como destaca Bacellar (2010), John M. Monteiro (1994), utilizando-se da pesquisa nos registros de batismo, pode reconstituir a população de indígenas administrados no Sudeste do país na época colonial. Espelhando-se na técnica deste autor, pode-se também procurar, nos registros lageanos, por uma população de indígenas, averiguando-se quais suas condições sociais na região, bem como, se foram ou não envolvidos nas dinâmicas da escravidão.

A partir destes registros de batismos da paróquia de Lages, realiza-se uma busca pelos nomes e sobrenomes (re)conhecidos da família Ramos, bem como, de pessoas que se casaram ou tiveram algum relacionamento com os membros da família. Com essa análise “microscópica”, voltada à procura pelos nomes, pretende-se verificar o envolvimento da família Ramos com a escravidão. Ou seja, selecionar os nomes destes membros da família, permite que se identifique se havia escravizados sob sua posse e, caso confirmado, a quantidade deles, bem como, se há algum laço familiar e/ou de compadrio com esses escravizados e seus pares. Também é a partir destes documentos eclesiásticos que verificamos e analisamos a exploração de indígenas como escravizados ou agregados.

As contribuições de Carlo Ginzburg (1991) e da micro-história mesclaram-se com a análise desses documentos, aproximando os historiadores sociais para a utilização destas fontes. Assim, a metodologia que se emprega neste trabalho é uma “adaptação” dos recursos expostos

⁷ Para mais informações sobre as produções no campo da genealogia por Murilo Dutra, ver: <https://madrugadagenealogica.wordpress.com/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

por Bacellar (2010), ou seja, analisa-se em concomitância os processos de inventário e os registros de batismo. Desta forma, através da pesquisa nominal pelos membros da família Ramos em documentos de diferentes procedências (religiosas e judiciais), procura-se verificar a ligação entre eles e escravizados, indagando sobre as suas dinâmicas de dominação, trato e negociação. Também, a compreensão da transmissão dos bens entre os familiares, procurando revelar dinâmicas que se voltam para a economia e a construção de sua riqueza. Neste sentido, tenta-se perceber, a partir da confirmação da exploração da mão de obra escravizada pela família, qual a importância destas pessoas para a construção e manutenção de sua riqueza.

Percebe-se que esses dois corpos documentais se complementam. Ora, se os processos de inventário podem revelar a riqueza acumulada por determinada família, os bens e pessoas em sua posse, suas relações comerciais, e a transmissão da fortuna para os herdeiros para aquele determinado ano, os registros de batismo, por serem fontes construídas por um longo período de tempo, podem abarcar as relações de parentesco (tanto familiares quanto espirituais) e a identificação das pessoas, através de seus nomes, e suas relações com as demais ao longo do tempo.

Desta forma, as metodologias e usos destas diferentes fontes nos auxiliam, revelando aspectos econômicos, sociais e culturais do período e da família estudada. Obviamente a inclusão de outras fontes e recursos pode acrescentar nessas problematizações e conclusões, mas, as duas referidas são imprescindíveis e demasiadamente reveladoras. Assim, articular as metodologias e as fontes disponíveis possibilita uma comparação entre elas, que contribui não somente para a sua análise, mas também para a complementação dos trabalhos que optaram pela exploração massiva de somente algumas delas, dada a sua disponibilidade e enquadramento.

2 A FORMAÇÃO DO “CONTINENTE DAS LAGENS”⁸

Lages foi uma das cidades do período colonial brasileiro, com fundação planejada e cuja construção obedeceu a um objetivo claro: o de colocar em boa posição estratégica um núcleo de população que, além de marcar a ocupação portuguesa, constituísse, quando necessário, um ponto de dissuasão ou de resistência a uma possível tentativa castelhana de invasão do território que Lisboa considerava, com poderosas razões, de sua propriedade. E também, se fosse o caso, de ponta de lança para desfechar um ataque aos adversários castelhanos. (Costa, 1982, p. 19).

As palavras de Licurgo Ramos da Costa (1982) definem bem as motivações para a fundação da vila de Lages. Inicialmente os fundadores tiveram o intuito de proteção às ofensivas espanholas e dar um ponto de segurança aos viajantes, conhecidos como tropeiros. Assim a vila teve seus primeiros passos. Vicenzi (2015) também concorda com a concepção da formação de Lages, como ponto estratégico para defesa:

O Morgado de Mateus objetivava o povoamento e a guarnição no Caminho do Viamão. Portanto, era estratégica a criação de uma vila entre a já existente vila de Curitiba e as bordas do rio Pelotas – este último era o limite com a Capitania de São Pedro do Rio Grande. (Vicenzi, 2015, p. 21).

Em seguida, uma certa população fixou-se no território, trazida de São Paulo pelo tropeiro e colonizador Antônio Correa Pinto de Macedo (1719 – 1783). Assim, a fundação oficial da Vila de Lages se deu no dia 22 de maio de 1771.

Estabelecida a bandeira de Correia Pinto, iniciou-se a diáspora para o povoamento, com homens livres e libertos oriundos de outras regiões, aproveitando as oportunidades dessa *fronteira em movimento*. Esses homens traziam consigo familiares, agregados e escravos, e também a esperança de mudar sua condição social e econômica. O avanço na fronteira era propiciado pelo acesso às abundantes terras, que, para a Coroa e os governadores da Capitania de São Paulo, se encontravam disponíveis e ociosas, não se levando em consideração a ocupação desse espaço por comunidades indígenas; e a passagem das tropas possibilitava a criação e a invernagem de animais, bem como seu comércio no mercado de Sorocaba. (Vicenzi, 2015, p. 22).

Ainda segundo o Costa (1982), após a instalação da vila, havia cerca de cem fogos instalados, porém, em 1775, “com a saída do Morgado do Governo da Capitania [de São Paulo], seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, cancelou o privilégio e numerosos habitantes deixaram a vila e rumaram para Curitiba e para o Viamão” (Costa, 1982, p. 67). Quase uma década após a fundação da vila, a população se elevou, chegando a cerca de quatrocentos

⁸ “O Continente das Lagens” é o título dos quatro livros de Licurgo Ramos da Costa, elaborados em 1982, que tem por objetivo contar toda a história da cidade.

habitantes, dentre estes, 119 cativos e 94 indígenas (Costa, 1982). Assim, dentre as altas e baixas na população da vila durante o século XVIII, ela se manteve como entreposto do caminho das tropas, abrigando os viajantes/comerciantes do gado.

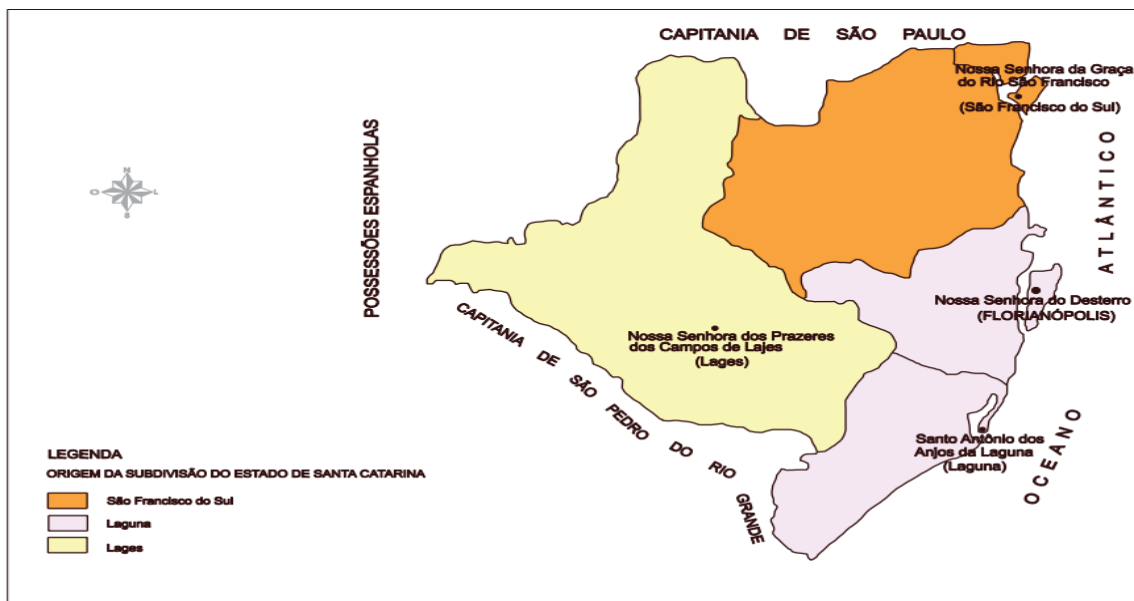
A vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (ou Lajes) e seu termo⁹ faziam parte da administração da capitania de São Paulo até 1820, quando foram anexadas à capitania de Santa Catarina.

Nesse tempo [antes de 1820], a jurisdição de São Paulo estendia-se até o rio Uruguai, na divisa com o Rio Grande do Sul. Na busca de espaço para a condução e criação de gado foram surgindo novos povoados, nos locais de pouso e de descanso, especialmente nos campos de Lages e ao longo dos caminhos (estrada das tropas). Dessa maneira fundou-se em 1771 Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos de Lajes, anexada em 1820 a Santa Catarina. (Silva, 2016, p. 21).

Ainda que anexada à administração de Santa Catarina, a conexão entre a vila de Lages e o litoral catarinense era dificultosa. A transposição da serra que dividia as regiões era muito penosa aos viajantes, o que enfraquecia o comércio entre elas. O comércio entre Lages e o litoral catarinense se dava, em geral, somente pela troca dos produtos de couro produzidos na serra e pelo sal do litoral. Neste sentido, majoritariamente, o gado atravessava a região serrana em sentido de sul para norte, do Rio Grande do Sul para Sorocaba.

O mapa abaixo indica a localização da vila e dos “campos de lajes” quando incorporado à capitania de Santa Catarina em 1820.

FIGURA 1: Mapa da Divisão Político-administrativa de Santa Catarina no século XIX



⁹ O “termo” de alguma vila é área onde não está a “cidade”, ou seja, onde estavam situadas as fazendas, os campos e os matos.

Fonte: ATLAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA: ESTADO E TERRITÓRIO / Fascículo 1. Adaptado de Silva (2008) e elaborado por Pedro Agripino Sagaz e Marco Aurélio Leite (2016).

As últimas três décadas do século XVIII e as primeiras duas décadas do século XIX, foram marcadas pelo estabelecimento de alguns fazendeiros e comerciantes do gado na região. A partir de 1820, com valorização dos preços dos muares e do gado, a vila encontrou seu meio de desenvolvimento. A economia de Lages estava pautada da seguinte forma:

Os campos de Lages compõem uma economia secundária no contexto agroexportador brasileiro, pois suas atividades econômicas abasteciam o mercado interno. Portanto, com uma economia não exportadora, ligaram-se aos mercados paulistas e mineiros durante os séculos XVIII e XIX. (Vicenzi, 2015, p. 21).

A explicação de Horácio Gutiérrez (2004) para o Paraná no século XIX, também é basilar para entender como se pautou a economia baseada no caminho das tropas da vila de Lages:

Como em outros pontos do Brasil e da América espanhola, a pecuária no Paraná funcionou associando atividades correlatas: tropeirismo, invernagem e criação, e juntas conviveram, sobressaindo em períodos determinados alguma em particular. Na primeira metade do século XVIII, após a abertura da estrada do Sul por volta de 1733, a passagem crescente de tropas envolveu no comércio cada vez mais pessoas avizinhas nos planaltos do Paraná. Os fazendeiros paranaenses participavam da venda de tropas indo buscar pessoalmente, ou mandando buscar, muares e cavalos sulinos. Esse comércio rapidamente incentivaria a formação de fazendas, seja para alugar pastos, seja para criar e vender animais, ou, com mais frequência, ambas. (Gutiérrez, 2004, p. 103).

Incorporamos as pesquisas sobre o Paraná, comparando-as com Lages, pela similaridade das duas economias e dinâmicas. Assim como no Paraná, os fazendeiros que se estabeleceram em Lages lidavam com a criação, invernada e comércio de gados (*vacum* e cavalos) e muares. Vicenzi (2015), também articula essas regiões em seu estudo, e deixa claro:

Os campos de Lages, Guarapuava e Curitiba, descritos como Campos Gerais, possuem em harmonia as descrições geográficas e históricas. Portanto, a escrita da história do planalto paranaense conversa com nossa temática. (Vicenzi, 2015, p. 27).

Ainda, segundo Gutiérrez (2004), a criação de gado atinge seu auge na primeira metade do século XIX no Paraná, caso que parece um pouco mais tardio para Lages, devido às dificuldades de estabelecimento na região.

Assim, segundo Licurgo (1982) a vila apresentou um desenvolvimento não exagerado durante cerca de setenta anos (1776 – 1845). Contudo, apesar das inferências de Costa (1982) relativizando o crescimento da população da vila, dentre 1771 (data da fundação oficial da vila) e 1835, ela viveu um período de crescimento populacional, influenciado pelo comércio interno

de animais (Vicenzi, 2015). Em 1835, a região foi palco da Guerra dos Farrapos (1835 – 1845), fato que balançou a política catarinense, levando Lages a um rearranjo político. Não entremos, porém, nos pormenores do conflito.

Assim, a vila de Lages, criada com intuito defensivo contra os espanhóis, tornou-se um importante entreposto do comércio de gados, cavalos e mulas. Com o avançar dos anos as vantagens que os campos da vila e seu termo proporcionaram à criação dos animais, várias pessoas se estabelecem naquele espaço. Como indica Vicenzi (2015), parte desses novos moradores de Lages eram tropeiros¹⁰ que realizavam a ligação do comércio entre a vila e Sorocaba-SP (lugar onde ocorria a feira do gado), e parte eram “pobres” que viam nos campos de Lages, buscando uma oportunidade de sobrevivência e, quiçá, de enriquecimento:

Os animais criados nos campos de Lages já possuíam um destino: o mercado de Sorocaba; mas isto só era possível com o trabalho dos tropeiros. No entanto, além dos homens com seus escravos e cavalgaduras, migraram homens despossuídos economicamente, mas com perspectiva de tornarem-se proprietários de terras. (Vicenzi, 2015, p. 71).

Algumas dessas famílias que chegaram ali conseguiram se estabelecer econômica e socialmente na cidade. Esses povoadores, na sua maioria paulistas (Bogaciovas, 1999), “foram responsáveis pelo desenvolvimento interno da economia, e configuraram lentamente a estrutura rural e urbana da vila de Lages” (Vicenzi, 2015, p. 79).

Ao buscar pela família Ramos no primeiro meio século de expansão da região, encontra-se o nome de Laureano (Lauriano) José de Ramos, o patriarca da família, cultivando criando animais naqueles campos:

Nas propriedades identificadas como campos, têm-se o cultivo e a criação de animais. Entre elas, a de Lauriano Jose Ramos, que é “senhor de uns campos denominados Gomes, por devolutas, tem de frente meia légua, mais ou menos, e de fundo três léguas, tem cultivado e com animais vacuns e cavalares” [...] (Vicenzi, 2015, p. 93).¹¹

Assim, neste primeiro momento, focamos na primeira geração da família Ramos que habitou os “Campos de Lagens”. Tentamos realizar um balanço da ascensão de *status* desta geração na vila entre 1812, época em que se estabeleceram (Filho, 2002), e 1845, em que Laureano (o patriarca) retorna a Lages de São Francisco do Sul, para onde tinha fugido durante os combates dos farrapos.

¹⁰ O termo “tropeiro” não indica uma única atividade realizada por essa pessoa, o tropeiro pode ser o dono dos animais, o condutor das tropas e o negociante do gado. Para saber mais ver: Vicenzi, R. (2015).

¹¹ A autora retira tal informação do Arquivo do Estado de São Paulo, localizado em: C09869. Relação das propriedades dos habitantes da Paróquia da vila de Lages, no ano de 1820, n. 2. Não tivemos acesso a essa fonte, também não sendo possível localizar onde eram os campos denominados “Gomes”.

2.1 A CHEGADA DA FAMÍLIA RAMOS NO SÉCULO XIX

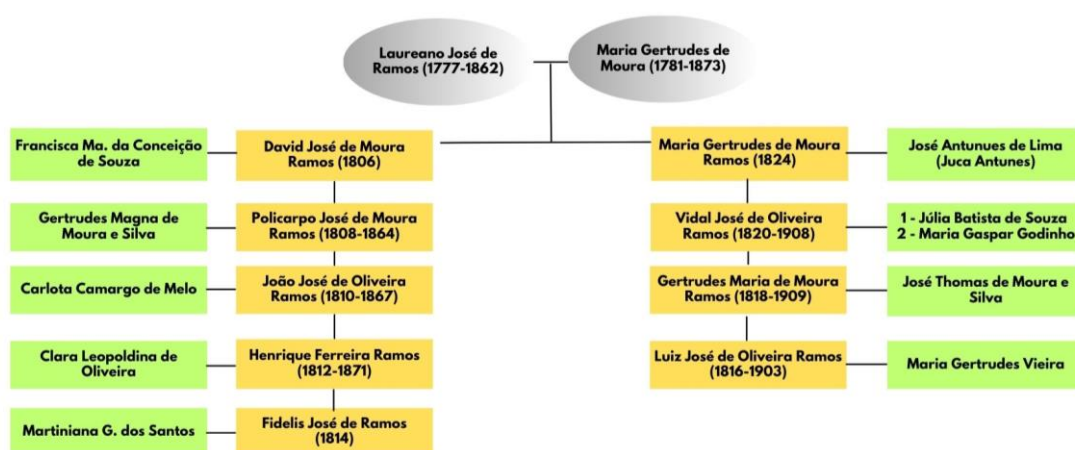
[...] por volta de 1812, em busca de melhores oportunidades, Laureano, já com três filhos, decide voltar ao seu Estado natal [Santa Catarina]. Numa viagem penosa, através do “Registro (Passo) de Santa Vitória”, chega aos campos de Lages, na região chamada “Guarda-Mór”, cujos terrenos estavam devolutos. (Filho, 1982, p. 49).

Desta forma, Celso Ramos Filho (2002) descreve a chegada da sua família, os “Ramos”, à região de Lages. De acordo com sua obra “*Coxilha Rica: Genealogia da Família Ramos*” (2002), Laureano José Ramos, considerado neste trabalho o patriarca da família, nasceu em 18 de março de 1777 em São Miguel da Terra Firme (atual município de Biguaçu-SC).

Segundo Filho (2002), Laureano tinha ofício de marceneiro e mudou-se de São Miguel para São Francisco do Sul e de lá, após algum tempo, foi para Santo Antônio da Lapa, onde conheceu sua esposa. Maria Gertrudes de Moura Ramos, esposa de Laureano, considerada a matriarca da família, nasceu em Nossa Senhora do Pilar, atual paróquia de Paranaguá, no Paraná. Eles casaram-se em 27 de agosto de 1804, na Paróquia de Santo Antônio da Lapa, arquidiocese de Curitiba (Filho, 2002). Ainda de acordo com o autor:

O casal teve nove filhos, dos quais um nasceu na Lapa, David (19-03-1806); dois no Rio Grande do Sul: Policarpo (24-10-1808) e João José (24-11-1810) e os demais em Lages: Henrique (27-04-1812), Fidelis (03-04-1824), Luiz José (09-08-1816), Gertrudes Maria (03-09-1818), Vidal José (06-12-1821) e Maria Gertrudes (17-10-1824). (Filho, 2002, p. 49).

FIGURA 2: Árvore genealógica da família Ramos: primeira e segunda geração



As motivações concretas para o estabelecimento da família em Lages são uma incógnita. Mas, o que podemos interpretar é que Laureano e Maria se habituaram rapidamente aos negócios que envolviam o caminho das tropas, afinal, os “campos de Lages” eram lugares que possibilitavam certa mobilidade social.

De acordo com Bogaciovas (1995, p. 183): “Nos censos de Lages, o mais antigo em que aparecem [a família] é o de 1816, vivendo de agricultura, com a ajuda de 2 escravos”. Já no ano de 1818, o autor ressalta que Laureano figura como o segundo maior proprietário de terras da região, tendo em sua posse cerca de 217,800 m² de extensão, ficando atrás somente das posses de Mateus José de Souza, que possuía cerca de 232,320 m² (Bogaciovas, 1999, p. 24). Também, Vicenzi (2015, p. 93) analisando a Relação das propriedades dos habitantes da Paróquia da vila de Lages de 1820¹², indica que Laureano possuía uns campos denominados “Gomes” onde fazia agricultura e criava animais.

Desta forma, a família Ramos, assim como os paulistas, gaúchos e outros, ao chegarem na região serrana parecem encontrar o local perfeito para a ascensão social. As grandes porções de terras disponíveis, a facilidade para criação de gado nos campos de araucária – cuja vegetação não é densa, facilitando a pastagem dos animais –, a ascensão do comércio de mueres e gado (na sua maioria vacum),¹³ foram os principais facilitadores dessa dinâmica.

De acordo com Celso Ramos Filho (2002), após Laureano se estabelecer ali, por volta de 1812, requereu à Câmara de Lages a posse daqueles campos, o que veio a se realizar em despacho de 1819, em seguida:

Laureano após ter legalizado as suas terras, comprou ao lado a “Fazenda Guarda-Mór”, pertencente à viúva de Bento do Amaral Gurgel Annes, o qual a havia adquirido do fundador de Lages, Antônio Corrêa Pinto de Macedo. Esta fazenda existente desde 1817, permaneceu em poder da família Ramos, até meados de 1970, quando foi vendida à família Batalha. (Filho, 2002, p. 50).

A região de campos que aparece no registro de 1820, exposto por Vicenzi (2015, p. 93), como “Gomes” parece se confundir com o nome da fazenda Guarda-Mór, pois, Filho (2002, p. 49) indica que a região ou o “passo” onde Laureano e Maria se estabeleceram também se chamava Guarda-Mór. Evitando a confusão dos nomes, chamaremos somente a fazenda de Guarda-Mór, enquanto a região onde ela se localizava de Coxilha Rica, seu nome atual. Abaixo segue a foto da fazenda Guarda-Mór.

¹² De acordo com Vicenzi (2015), esta fonte se encontra no Arquivo do Estado de São Paulo: C09869. Relação das propriedades dos habitantes da Paróquia da vila de Lages, no ano de 1820, n. 2.

¹³ É o gado bovino e doméstico. A criação envolve o boi (macho) e a vaca (fêmea), esta que geralmente produz leite. Podem ser utilizados como animais de carga, para alimentação e uso do couro.

FIGURA 3: Fazenda do Guarda-Mór

Fonte: FILHO, Celso Ramos. *Coxilha Rica: Genealogia da família Ramos*. Editora Insular, Florianópolis, 2002, p. 51.

Laureano, segundo Filho (2002, p. 50), também se tornou dono da Fazenda das Bananeiras (no rincão dos baguais), na mesma região conhecida hoje como Coxilha Rica. Bogaciovas analisou a Relação Indexada dos Bens Rústicos da vila de Lages em 1820, e confirma a informação:

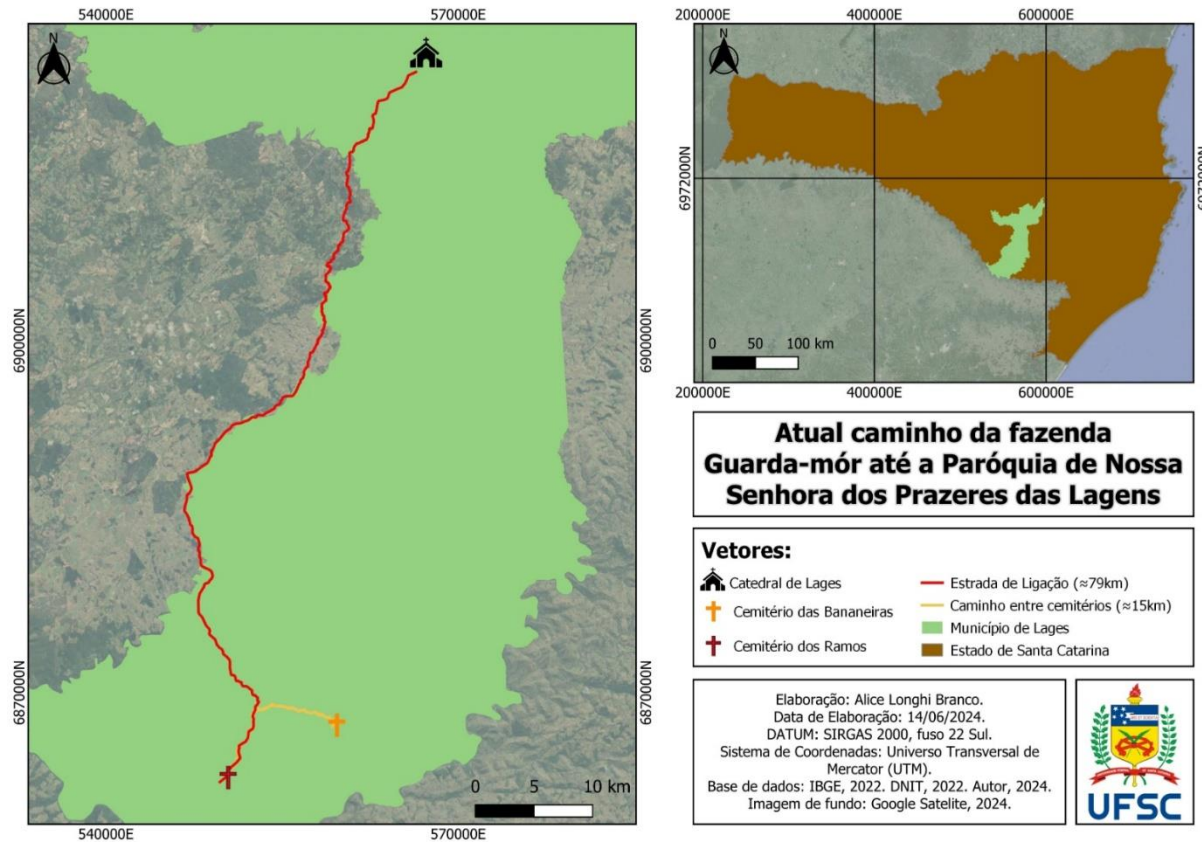
Inácio de Almeida Leite, capitão mor, tinha uns campos denominados Bananeiras, cujos campos obteve por devolutos e tinha uma légua de frente e duas de fundo, e os tinha povoado com animais de criar, vacum e cavalari. Custeava com gente alugada. Confrontavam estes campos por uma parte com a fazenda de Laureano José Ramos e por outra parte com o Alferes Antônio Lima de Córdova. (Bogaciovas, 1999, p. 49).¹⁴

Em análise de mapas atuais, percebe-se que o “cemitério do Ramos”, (localizado de frente para a fazenda Guarda-Mór), se encontra a cerca de quinze quilômetros de distância do “Cemitério das Bananeiras”.¹⁵ Não conseguimos dar exatidão à localidade dessas fazendas, assim, o mapa que segue demonstra o local dos cemitérios descritos acima. Sabe-se, no entanto, que as fazendas ficavam próximas aos cemitérios.

¹⁴ Segundo Bogaciovas (1999), o documento se encontra em: Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo, SP., nº de ordem CO 9869.

¹⁵ Utilizamos os recursos do site “Google MAPS” e “Google Earth Pro” para encontrar a localização dos cemitérios e traçar o caminho que os liga.

FIGURA 4: Mapa do caminho atual que liga o cemitério dos Ramos e o cemitério das Bananeiras até a Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens



Fonte: IBGE, 2022; DNIT, 2022. Imagem de fundo: Google Satélite, 2024. Elaborado por Alice Longhi Branco (UFSC), 2024.

Esta região, banhada pelos rios Pelotas, Pelotinhas, Penteado, Lageado Bonito e Lava-Tudo, estava situada no termo da vila de Lages, abrangendo diversas fazendas (na sua maioria de criação de gado), principalmente porque o Caminho das Tropas passava por ali.

Os indícios demonstram que Laureano e Maria não chegaram em Lages “sem eira-nem-beira”. No registro de casamento deles (ainda no Paraná), Laureano declarou ter ofício de marceneiro e Maria disse possuir um escravizado (Filho, 2002). Ao se estabelecerem na região e passados poucos anos, a família Ramos começa a aumentar, bem como, sua posse de terras e seu grupo de escravizados.

No dia 19 de setembro de 1813, Laureano e Gertrudes batizam seu primeiro filho nascido em Lages, Henrique Ferreira (Ferreira) Ramos.¹⁶ No dia 25 de dezembro de 1817 é batizada a inocente Juliana, filha de Benedita e de pai incógnito, sendo mãe e filha escravizadas por Laureano. Foram padrinhos: Joaquim Pereira de Almeida e Thereza, escrava de Policarpo

¹⁶ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Henrique Ferreira Ramos, 1813, livro 02, fl. 41.

Joze de Oliveira.¹⁷ Este é o primeiro registro de batismo em que os Ramos revelam sua ligação com a escravidão. Já no ano de 1824, a escravizada de Laureano, Benedita, dá à luz a outro infante, Manoel.¹⁸

De 1825 até 1845 a família Ramos pouco aparece nos registros de batismo. Fato que se explica, pois, em 1835 outro percalço aparece aos Ramos, a Guerra dos Farrapos, que dura em torno de dez anos. Não nos cabe aqui uma análise do envolvimento dos Ramos na Guerra, muito menos seus nuances, o que sabemos é que Laureano, segundo Ramos Filho (2002, p. 53), era um “legalista convicto [e] manteve-se fiel ao regime”, e com a tomada de Lages pelos Farrapos, fugiu da cidade por um período. Ainda de acordo o autor:

Laureano José de Ramos com seus dois filhos Vidal e Henrique [...] se dirigiram para a capital, onde Laureano era amigo pessoal do Brigadeiro João Carlos Pardal, presidente da Província de Santa Catarina. Dali, Laureano e os filhos foram para a Lapa, de onde, mais tarde, regressaram a Lages após a derrota dos Farrapos (sic). (Filho, 2002, p. 53).

Porém, Ramos Filho (2002) não deixa claro em que condição e local estavam os outros familiares de Laureano, como sua esposa e demais filhos. Acredita-se, no entanto, que todos fugiram da região em guerra, pois Filho (2002, p. 53), declara que Laureano, quando regressou a Lages, encontrou sua fazenda “saqueada e depredada com enormes prejuízos”.

Segundo Jonas Moisés Prates (2022, p. 29), o apoio de Laureano e sua família à monarquia garantiu vantagens políticas para ele, conseguindo o cargo de juiz ordinário: “os legalistas enfim retornaram, entre eles Laureano que, por sua fidelidade ao regime, é eleito Juiz Ordinário e torna-se uma das principais figuras da política lageana”. Porém, a ligação da conquista deste cargo com o apoio de Laureano à monarquia durante a guerra não aparece tão explícita. Pois, Bogaciovas (1995, p. 184) diz que Laureano “A 15-MAIO-1830 toma posse do cargo de juiz ordinário da vila de Lages (Juramentos e Posses, 1821-1897, fls. 36)”, ou seja, antes do início da Guerra em 1835.

Contudo, em 1845, após a Guerra dos Farrapos, Lages encontra um período de paz. Esse movimento facilita a ascensão social dos Ramos baseado na criação de gado e com a utilização da mão de obra de escravizados. É neste momento também que a família começa a atuar mais na política da vila, tanto com Laureano, que segundos os autores Bogaciovas (1999), Filho (2002) e Prates (2022), ocupou o cargo de juiz ordinário, como com as atuações de Luiz e Vidal, seus filhos (Filho, 2002).

¹⁷ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Juliana, 1817, livro 02, fl. 81.

¹⁸ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Manoel, 1824, livro 02, fl. 53.

Neste mesmo ano (1845), aparecem nos registros de batismo da vila, Laureano e Maria, como padrinhos da inocente Tereza, filha de Romana Bugra e de pai incógnito.¹⁹ Também surgem novos nomes no grupo de escravizados deles. Os registros apontam os batismos de: Caetana, filha de pai incógnito e de Eva, escrava de Laureano, cujo padrinhos foram: o Alferes João Thomaz, e Pedro, escravo, porém sem indicação de quem seria o senhor.²⁰

Assim, de volta a Lages após a guerra, Laureano e Maria dão seguimento aos seus negócios, aumentando sua família, sua influência política, *status*, ligações com demais moradores da vila e do termo de Lages e escravizados em sua posse. Segundo o processo de inventário de Laureano, ele faleceu em 1862, deixando como principal herança para sua esposa e filhos, dezessete escravizados e a fazenda Guarda-Mór (Kotchergenko, 2009). Licurgo Costa indica que as fazendas Guarda-Mór e das Bananeiras foram desmembradas em várias outras. A das Bananeiras, por exemplo, gerou as fazendas conhecidas como Herança, Santa Rosa, Carasinho, Bugio e Cascata. “Laureano José de Ramos, além das [fazendas] já citadas, foi dono da “S. Luiz” e “Cadete”, na Coxilha Rica” (Costa, 1982, p. 1569).

Sua esposa, Maria Gertrudes, faleceu em 1873, deixando em inventário os escravizados Elyas, crioulo de 33 anos; Salvador, crioulo de 23 anos; e Juliana, crioula de 57 anos, a serem repartidos entre os herdeiros. Maria Gertrudes, em seu testamento, declara que deixa liberto o escravizado Joaquim, pelo valor de cinquenta mil reis.²¹

Acredita-se, entretanto, que houve um adiantamento das heranças por parte do casal aos filhos. Como indicam Filho (2002) e Costa (1982), Laureano adiantou algumas fazendas para Luiz José. Assim, Maria deve ter feito o mesmo com alguns de seus escravizados.

Portanto, observando apenas o patriarca e a matriarca da família Ramos na região (a primeira geração), podemos constatar o seu envolvimento com a criação de gado e com a escravidão. Podemos perceber também, como ao longo do século XIX, os descendentes deste tronco familiar ampliaram suas riquezas.

À altura da morte de Laureano e Maria sete de seus filhos estavam vivos, sendo eles: Fidelis com 55 anos morador na Vacaria, David com 60 anos, morador na Cruz Alta, Maria Gertrudes com 47 anos, casada com José Antunes Lima e moradora no Rio Grande do Sul, Gertrudes Maria com 50 anos, casada com José Thomas de Moura e Silva, Vidal José com 49

¹⁹ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lages (1767-1868). Batismo de Tereza, 1845, livro 07, fl. 31.

²⁰ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lages (1767-1868). Batismo de Caetana, 1845, livro 07, fl. 31.

²¹ MTJSC. Inventário de Maria Gertrudes de Moura, cx. 2229, s/n, 1873, fl. 97.

anos e Luiz José, com 53 anos. Eram falecidos: João José, Policarpo e Henrique.²² Vidal Ramos (Sênior) e Luiz José Ramos (Sênior), filhos de Laureano, além de herdar as riquezas do pai, herdaram também sua influência política (Prates, 2022). Neste sentido, nos é relevante entender as dinâmicas da região em que Laureano, Maria e seus filhos se inseriram.

2.2 ESCRAVIDÃO NA VILA DE LAGES (1812-1845)

Interessa-nos então, avaliar as características de Lages neste primeiro momento (entre 1812 e 1845) de tanta instabilidade política e demográfica e em que a família Ramos decide morar na vila. A grande problemática com relação à análise da vila de Lages antes da metade do século XIX é a dificuldade de se encontrar e articular as fontes primárias. Segundo Vincenzi (2015):

Os campos de Lages se configuravam como terra de passagem, pois a vila pertenceu à província de São Paulo até 1820 e, depois, passou à jurisdição de Santa Catarina; assim, os documentos que informam sobre a vida nesses campos foram registrados e depositados em diferentes lugares. Pesquisar os campos de Lages e os seus habitantes no século XVIII e XIX significa, portanto, assumir a vida e a perspectiva um tanto móvel dessa população, captando em vários locais de pouso e estabelecimento os registros documentais que essa vida fronteiriça nos legou. (Vicenzi, 2015, p. 24).

Ainda conforme Vincenzi (2015), são pouquíssimos os inventários de indivíduos pobres, ou daqueles que possuíam propriedades pequenas e médias. Assim, busca-se articular, dentro das possibilidades, como estava pautada a dinâmica da escravidão nos campos de Lages no período de 1812 a 1845.

Contudo, mesmo considerando os entraves na análise, os registros de batismos podem ser relevadores para percebermos como estava estruturada a escravidão na região (Vicenzi, 2013). Assim, buscamos duas respostas: perceber quem eram os principais donos de escravizados e quantos eram esses escravizados no período de 1812 a 1845, de acordo com as fontes eclesiásticas. Para tal, primeiro realizamos uma busca dos senhores(as) que mais aparecem nos registros como donos de escravizados para o período, em seguida, através da busca pelo nome destes senhores, realizamos o somatório dos escravizados em sua posse (considerando que os filhos de escravizadas tinham a mesma condição), por fim, sabendo os nomes dos escravizados, pude contabilizar aqueles que apareciam como padrinhos e que

²² MTJSC. Inventário de Maria Gertrudes de Moura, cx. 2229, s/n, 1873, fl. 15 e 16.

estavam em posse desses senhores(as). Desta forma, a tabela abaixo demonstra quem eram os principais senhores(as) donos de escravizados no período, bem como, a quantidade de pessoas em sua posse.

TABELA 1: Principais donos de escravizados de acordo com os registros de batismos 1812 – 1845.

Donos de escravizados	Quantidade de escravizados
Antônio Pontes Correa	8
Brígida Maria Pereira	6
Bento Ribeiro de Córdova	6
Francisco Simões	5
Total de escravizados	25

Fonte: FAMILYSEARCH. Livros de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens nº 2, 4, 5, 6 e 7 dos 1812-1845. (Elaborada pelo autor).

Dos registros analisados, dispostos em quatro livros, pudemos observar que em Lages, os grupos de escravizados são pequenos, constituídos por menos de dez pessoas. Contudo, Antônio Pontes e Brígida Maria, os maiores detentores de pessoas escravizadas do levantamento, aparecem nas observações de um registro de batismo do ano de 1800 como casados,²³ assim, juntos, seu grupo de escravizados chega a 14 indivíduos.

Outra constatação obtida é que a reprodução da escravaria se dá de forma interna, ou seja, são as próprias escravizadas que dão à luz a novos escravizados. Não constatamos entre os registros numerosos batismos de africanos recém-chegados, o que respondeu pelo crescimento da população escravizada no litoral de Santa Catarina e em outras regiões do país nesse período de intensificação (e depois ilegalidade) do tráfico. Segundo Mamigonian e Cardoso, geralmente, quando os escravizados eram advindos do tráfico atlântico (do Continente Africano para o Brasil), eles eram identificados por nomes de “nação”:

As “nações” africanas com as quais eram identificados os escravos – fosse por traficantes, na ocasião das transações comerciais, fosse por autoridades, no momento da emissão de passaportes, ou ainda, como no nosso caso, pelos padres, na ocasião dos batismos –, apresentam termos imprecisos, que, na maioria das vezes, fazem referência aos portos africanos de onde saíram as embarcações para o Brasil. “Cabinda”, “Congo”, “Mina”, entre tantos outros nomes de nação pouco dizem sobre a real procedência ou etnia dos africanos traficados de seu continente de origem. (Mamigonian e Cardoso, 2021, p. 30-31).

²³ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Candida, 1800, livro 02, fl. 28.

Em Lages, por outro lado, são os nascimentos que asseguram a renovação demográfica. Dos dados analisados, a escravizada Domingas é a que, na maior parte das vezes, aparece como mãe dos infantes que seriam escravizados de Antônio Pontes. Para a senhora Brígida Maria, a escravizada Joana realiza esse papel, para Francisco Simões, a escravizada Joaquina e para Bento, os pais Vito e Justina.

Assim, para se ter dimensão da demografia da vila de Lages e a quantidade de escravizados presentes na região analisamos os dados exposto por Vicenzi (2015). A autora debruça-se sobre a análise da mão de obra escravizada nos campos de Lages através dos registros censitários, ou seja, as listas de relação de bens rústicos e as listas nominativas de 1816 e 1818:

Com relação à presença escrava nas 82 propriedades listadas na relação dos bens rústicos de 1818, foram registrados 58 escravos, distribuídos em 22 propriedades. Porém, no cruzamento com a lista nominativa daquele ano, temos 105 escravos em 23 propriedades. Para melhor entendermos a disparidade no número de população cativa elencada nos dois censos de 1818, realizamos comparação com a lista de 1816: esta apresenta 135 cativos em 36 propriedades. Sem a incidência de fatos nos registros censitários, não poderia ter havido diminuição no intervalo de elaboração das duas listas de 105 para 58 cativos. A contagem presente na lista nominativa de 1818, com 105 escravos, se aproxima da lista elaborada dois anos antes (1816), com 135 escravos. Certamente o registro de 58 cativos na relação dos bens rústicos está inconcluso. (Vicenzi, 2015, p. 89).

Assim, dos dados de Vicenzi (2015) percebemos que no ano de 1818 há entre 105 e 135 escravizados, distribuídos em, no mínimo, 36 propriedades. Neste sentido, a autora confirma o argumento de que em Lages os senhores possuíam pequenos grupos de escravizados, segundo ela:

Entre 1798 e 1818, 65% dos senhores de escravos lageanos possuíam pequenas escravarias, entre um e quatro cativos. As propriedades de médio porte, com de cinco a nove escravos, perfaziam em torno de 30%; as que tinham acima de dez escravos, o que consideramos uma grande escravaria para a região em questão, eram apenas 5%. (Vicenzi, 2015, p. 159).

No ano de 1833 há um aumento da população em Lages, neste período a vila já estava incorporada à capitania de Santa Catarina. Assim, dos 2.454 habitantes 260 são escravizados, representando 10,6% da população total (Vicenzi, 2015).

O processo de inventário de Lino Sutil de Oliveira (1830) também pode ser revelador quando indagado sobre as dinâmicas da escravidão em Lages para o período analisado. No documento há somente a menção a uma escravizada, chamada Maria, deixada pelo falecido. “Foi vista e avaliada uma escrava crioula de nome Maria, de dez anos pelo preço e quantia de cento e cinquenta mil réis”.²⁴ Interessante é que “Acharam eles, Juízes partilhadores, importar

²⁴ MTJSC. Inventário de Lino Sutil de Oliveira, 1830, documento digitalizado. fl. 12. Grifo nosso. Disponível em: <https://atom.tjsc.jus.br/index.php/inventario-de-lino-sutil-de-oliveira>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

o monte mor deste inventário na quantia de seiscentos e oito mil quatrocentos e quarenta réis”²⁵ (608\$440), e avaliaram a escravizada Maria em 150\$000 mil réis, ou seja, Maria, sozinha, valia cerca de 24,65% da herança deixada por Lino.

Outras comparações voltadas à economia podem ser feitas. Por exemplo, em dívidas de Lino para com outras pessoas há aproximadamente um montante de 52\$480 réis. Por outro lado, deviam a ele quando de seu falecimento, a quantia de 21\$720 réis. Ou seja, Lino devia mais do que a quantia que teria para receber. Como explica Angelo Renato Biléssimo (2011), conceder empréstimos, seja em papel-moeda ou na forma de troca de serviços, era uma das principais formas para estar inserido na elite do século XIX:

Controle do comércio a partir de empréstimos a juros, esterilização do capital em ações e apólices públicas, rentismo urbano, ocupação de cargos públicos, entre outras ações serviam para manter seguro o controle do poder naquela sociedade. (Biléssimo, 2011, p. 129).

Desta forma, podemos inferir que Lino ao receber empréstimos estava tentando garantir sua sobrevivência e, quiçá, possibilitar sua elevação social. Ainda, Nilsen Borges relata sobre uma dinâmica análoga à dos empréstimos analisados por Biléssimo, baseada no comércio dos semoventes na região de Lages. Segundo Borges (2005) em alguns inventários foi possível encontrar a descrição de dívidas referentes ao aluguel de campos para inverno e compras de animais.

Voltando ao inventário de Lino, um rincão de pampas foi avaliado por 32\$000 mil réis, ou seja, a porção de terra que ele deixou, valia cerca de 21% do valor da escravizada Maria. Os itens de maior valor que aparecem no inventário são:

quinze vacas pelo preço e quantia de quatro mil e seiscentos réis cada (4\$600), totalizando 69\$000 réis, duas mulas mansas pelo preço de 32\$000 réis e uma junta de bois mansos, a oito mil réis cada uma, importando na quantia de 16\$000 ambas.²⁶

Observamos, a partir do inventário de Lino Sutil, que apesar de ele possuir apenas uma escravizada, ela perfazia grande parte de sua riqueza. Com isto, podemos imaginar o quanto era caro para se ter um(a) escravizado(a) nos campos de Lages na década de 1830. Ademais, podemos observar que Lino, além de estar comprometido com a criação de animais e com os trabalhos nos campos, também realiza negociações com variadas pessoas, inclusive, conseguindo empréstimos. Estes empréstimos, se somados, dão quantia expressiva de dinheiro.

²⁵ MTJSC. Inventário de Lino Sutil de Oliveira, 1830, documento digitalizado. fl. 12 e 13. Grifo nosso. Disponível em: <https://atom.tjsc.jus.br/index.php/inventario-de-lino-sutil-de-oliveira>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

²⁶ MTJSC. Inventário de Lino Sutil de Oliveira, 1830, documento digitalizado. fl.18-20. Disponível em: <https://atom.tjsc.jus.br/index.php/inventario-de-lino-sutil-de-oliveira>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

Assim, Lino fez parte do contingente econômico ao qual grande parte dos proprietários de terras lageanos pertenciam nas primeiras décadas do século XIX. Sendo livre, detendo alguma porção de terra (propriedade) em que podia cultivar seu sustento e criar seu gado a ser comercializado, e contando com a exploração da mão de obra escrava, mesmo que em baixa escala. De acordo com Vicenzi (2015) foram esses homens – com proximidade às características sociais e econômicas de Lino Sutil – que desenvolveram o comércio interno na vila de Lages durante os anos de 1776-1850:

Esses homens livres pobres, ao cultivarem produtos agrícolas, foram responsáveis pelo desenvolvimento do mercado interno e por estratégias de sobrevivência no espaço da agricultura mercantil baseada no trabalho escravo. (Vicenzi, 2015, p. 94).

Recorremos também à análise dos proprietários de terras na vila e no termo de Lages durante esse período. Bogaciovas (1999) relacionou os nomes dos antigos proprietários rurais de Lages, de acordo com a análise de quatro séries documentais:

1ª Série: Resumo das Cartas de Sesmarias concedidas na vila de Lages, extraídas dos Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões; 2ª Série: Mapa dos Bens Rústicos da vila de Lages em 1818, elaborado pelo Sargento Mor Baltazar Joaquim de Oliveira; 3ª Série: Relação dos Bens Rústicos da Vila de Lages em 1820, elaborada pelo Tenente Comandante Baltazar Joaquim de Oliveira; 4ª Série: Proprietários não constantes dos documentos arrolados, relação extraída dos Livros de Notas do 1º Ofício de Lages. (Bogaciovas 1999, p. 26).

Destas nos interessam, principalmente, a 2ª e 3ª série documental. Na segunda, composta pelo Mapa de Bens Rústicos da vila de Lages em 1818, o autor indica que das 49 fazendas dispostas, os cinco maiores proprietários de terra são: Mateus José de Sousa, Laureano José [Ramos], Sargento Mor Baltazar Joaquim de Oliveira, Capitão Pedro da Silva Ribeiro e Manuel Cavalheiro Leite (Bogaciovas, 1999, p. 24). Porém, para a 3ª série documental analisada, elaborada pelo mesmo Baltazar Joaquim, no ano de 1820, Laureano não aparece relacionado. Nesta, os cinco principais proprietários eram: Capitão Manuel Cavalheiro Leitão, Mateus José de Sousa, José Gomes Valente, Manuel Ribeiro da Silva e José Joaquim Pereira.

Contudo, para o mesmo ano de 1820, como já indicamos anteriormente, Vicenzi (2015, p. 93) encontrou, na Relação das propriedades dos habitantes de Lages, o nome de Laureano, como dono de uns campos na localidade de “Gomes”. Assim, não fica perceptível por quais motivos Baltazar Joaquim não listou Laureano.

Dado os nomes de alguns proprietários de escravizados e terras em Lages para os anos de 1771 – 1845, o ponto onde se deseja chegar é que Laureano fez parte de um grupo de homens que, durante o final do século XVIII e início do XIX, firmou-se na vila, adquirindo

propriedades, seja pelas concessões de sesmarias ou por compra, e ligando-se à criação de gado e plantação para consumo próprio. Laureano, não era a exceção desta dinâmica.

Portanto, a vila de Lages e seu Termo, no que diz respeito às “dinâmicas da escravidão”, entre os anos de 1812 e 1845, era constituída de pequenos grupos de escravizados. Quase a totalidade desses escravizados estava empregada nos trabalhos do campo, como criação e transporte de animais, serviços domésticos na fazenda e trato com a lavoura. Vicenzi (2015) resume bem a composição da vila para fins do século XVIII e início do XIX:

As fazendas que produziram a maior quantidade de animais nos anos finais do século XVIII e iniciais do XIX pertenciam a homens brancos (95%) e pardos (5%), que em sua maioria haviam migrado para esses campos. Com exceção de alguns proprietários, entre eles o capitão Joaquim José Pereira, os demais fazendeiros não eram grandes senhores de escravos. Isso significa que o trabalho com os animais nas fazendas era realizado pelas pequenas e médias escravarias auxiliadas por agregados e pela própria família. (Vicenzi, 2015, p. 131).

A vila nesta época, diferente da região litorânea de Santa Catarina, não era um polo de comércio. Como destacam Beatriz Mamigonian e Vitor Cardoso (2021), a Ilha de Santa Catarina assumiu um papel de comércio de alimentos com diferentes lugares do Brasil, contando com uma produção na própria região:

O período de grande afluxo de escravos para a Ilha de Santa Catarina entre as duas últimas décadas do século XVIII e as duas primeiras do XIX coincide com sua inserção no mercado colonial de alimentos, através das ligações comerciais com outros portos do Brasil. As lavouras catarinenses passaram a ofertar inúmeros produtos para ajudar a suprir as demandas das áreas do Centro-Sul e Nordeste. (Mamigonian e Cardoso, 2021, p. 23).

Neste período de 1812 a 1835, como já indicamos, a Família Ramos estava ocupada com a “legalização” da posse de terras nos campos de Lages, e de 1835 até 1845, com as implicações da Guerra dos Farrapos. Assim, são poucos os registros em que Lauriano José de Ramos e Maria Gertrudes aparecem. Eles batizam alguns de seus filhos e dois escravizados, a saber: Juliana e Manoel, filhos de Benedita, também escravizada. De qualquer forma, podemos ainda considerá-los como donos de um pequeno grupo de escravizados, e que também se apoiavam na reprodução interna deles para a manutenção da sua escravaria. Bem como, eles, como quase todos na vila e no Termo de Lages, estavam ligados à criação e comércio de animais.

Tais conclusões são apoiadas na análise de Gutiérrez (2004) para o planalto paranaense, que, como vimos, são muito parecidas com as da vila de Lages. Segundo o autor, no Paraná, principalmente na vila de Castro e na Freguesia de Ponta Grossa, quase a totalidade da população habitava as fazendas, lidando com a pecuária. Ainda conforme ele, esses

fazendeiros/famílias paranaenses que lidavam com os negócios do caminho das tropas, tinham algum contingente de escravizados e porções de terras representavam a “classe alta” da sociedade:

[...] no Paraná, para os padrões locais de propriedade e riqueza, e frente aos que nada tinham, esses modestos fazendeiros encarnavam modelos de opulência e fartura, eram os senhores do mundo e, claro, os donos dos meios de produção e de subsistência (Gutiérrez, 2004, p. 110).

Neste sentido, observamos também que a família Ramos, na figura de Laureano e Maria Gertrudes, se inseriu na dinâmica da “conquista” de terras, seja por concessões ou por compra. Dinâmica esta que não era novidade na vila, ocorrendo desde 1771, com a sua fundação. A partir de 1845, com a volta de Laureano para Lages, a família aumenta expressivamente o seu grupo de escravizados, notável na frequência das aparições nos registros de batismo, sua riqueza e influência na política da região. Assim, nos cabe analisar a primeira e segunda geração da família, a partir deste momento de 1845.

3 INFLUÊNCIA, PODER, RIQUEZA E ESCRAVIDÃO: FAMÍLIA RAMOS NA SUA SEGUNDA GERAÇÃO (1845-1888)

Vimos que Laureano e Maria rapidamente se adequaram aos negócios do caminho das tropas. Assim, o estabelecimento em Lages se deu pela conquista das terras em um caminho de passagem dos tropeiros e que também necessitava de novos habitantes.

Lages teve, no século XIX, uma economia muito parecida com a de outras regiões do Paraná, como por exemplo a de Ponta Grossa (Gutiérrez, 2004). Também demonstrou uma dinâmica escravista bem próxima da observada nas regiões paranaenses. De acordo com os estudos de Vinicius Assis (2020) e Gutiérrez (2006) para a Vila de Castro, os grupos de escravizados eram constituídos por pequenos ou médios grupos de indivíduos. Dificilmente os senhores possuíam mais de dez escravizados, o que, segundo Gutiérrez (2006) não invalida essas regiões (incluindo nesta análise, Lages) de serem locais de exploração de escravizados:

O modesto estoque de escravos na composição demográfica do Paraná não pode ser menosprezado para se entender a estrutura econômica e social da região. O Paraná, apesar do percentual baixo de cativos, nunca superando um quarto da população total, foi uma sociedade escravista, e sua correlação com a propriedade da terra e os usos que a ela foram dados assim o demonstra. A introdução do escravo provocou, no Paraná, diferenciações contundentes na produção, acumulação, disponibilidade de crédito, domínio da terra, criação de gado, segmentação social e acesso ao poder. (Gutiérrez, 2006, p. 120).

Desta forma, ao contrário das grandes regiões de *plantations* de café e açúcar, em que o grau de riqueza dos senhores podia ser mensurado pela quantidade de seus escravizados, visto que a reprodução dos escravos se baseava na compra deles (Gutiérrez, 2006). Na região serrana de Santa Catarina, essa medida estava muito mais pautada nas porções de terras e de rebanhos que os senhores possuíam, também, em quanto conseguiam articular-se politicamente, ou seja, conquistar cargos e manter uma influência que pudesse facilitar suas negociações e ganhos. Cacilda Machado, ao analisar a hierarquia social de São José dos Pinhais (quinta comarca de São Paulo), na passagem do século XVIII para o XIX, e perceber uma população de escravizados relativamente pequena ressalta:

Aqueles dados [de concentração de posse de cativos], enfim, parecem dizer muito da dinâmica das relações políticas internas do local: quanto menor a proporção de cativos na freguesia, mais marcada ficava a hierarquia que organizava o grupo dos livres e, sobretudo, tornavam-se mais claras as diferenças no interior do grupo escravista. (Machado, 2006, p. 75).

Portanto, mesmo que a região de Lages tenha se constituído de uma economia voltada ao mercado interno de muares e gado, sem apresentar famílias com grandes posses de escravizados, não foi menor a importância desses indivíduos explorados como facilitadores da construção da riqueza e ascensão de *status* dessas famílias.

Neste sentido, observar como estava organizada a família Ramos em sua segunda geração concomitantemente com a suas relações com a escravidão, podem ser reveladoras desse processo de construção de riquezas e *status*.

3.1 OS FILHOS DE LAUREANO E MARIA

Como visto Laureano José de Ramos e Maria Gertrudes de Moura Ramos tiveram nove filhos, destes, quando do falecimento de Maria Gertrudes em 1873 sete estavam vivos. Assim, a família cresceu bastante durante o século XIX. Praticamente todos os filhos de Laureano e Maria acabaram envolvidos com os negócios da família: criação, transporte e comércio de gado. Alguns deles ficaram pelas propriedades da própria família na Coxilha Rica ajudando nas tarefas diárias ou mesmo estudando, outros; como David, Policarpo e Fidelis, mudaram-se para Vacaria e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, onde negociavam animais e levavam para inverná-los em Lages, na fazenda do pai, para depois vende-los em Sorocaba (SP) (Filho, 2002).

Ainda, de acordo com Ramos Filho (2002), que teve acesso à autobiografia do ex-governador de Santa Catarina, Vidal Ramos Júnior (1866 – 1954) neto de Laureano e Maria²⁷:

Os primeiros filhos de Laureano Ramos estabeleceram-se no Rio Grande do Sul, nos municípios de Vacaria, Passo Fundo e Cruz Alta. Foram importantes estancieiros e figuraram com destaque na política da Província. Deixaram grande descendência, nesses municípios. Muitos destes filhos de Laureano Ramos, destacaram-se nas lutas armadas, que por vezes ensanguentaram o solo riograndense, alguns em postos de comando (sic). (Filho, 2002, p. 72, Apud. Ramos Júnior s/d.)

Os demais filhos do casal se estabeleceram em Lages, na fazenda Guarda-Mór ou nas proximidades. Segundo Celso Ramos Filho (2002), que procura sempre enfatizar as atuações da sua família, diz que os filhos de Laureano e Maria se tornaram grandes proprietários de terras. De acordo com ele, João José, o terceiro filho do casal Laureano e Maria, por exemplo,

²⁷ Analisamos neste trabalho, majoritariamente a figura de Vidal Ramos Sênior (1820 – 1908). Porém, há três “Vidais” do tronco principal dos Ramos, a saber: Vidal Ramos Sênior, Vidal Ramos Junior (que chegou a governador de Santa Catarina e de onde Ramos Filho tira algumas informações) e Vidal Ramos “Neto” (1908-1962), também político, que foi prefeito de Lages.

“[...] era muito abastado, tinha em sua posse a fazenda denominada Rincão dos Touros, cuja medida, na época, chegava a cerca de 210.056.628 metros quadrados.” (Filho, 2002, p. 74). Ainda segundo Filho (2002), outros também se tornaram ricos fazendeiros, como Luiz José (Sênior) e Vidal Ramos (Sênior).²⁸

Luiz e Vidal, para além de ricos fazendeiros, se tornaram também influentes políticos na região serrana. Vidal, chegou a extrapolar os limites regionais. Sua “fama”, chegou até o Imperador Pedro II, sendo condecorado “[...] com o grau de Cavaleiro da “Imperial Ordem da Rosa”, por serviços relevantes prestados à nação, conforme rezava o respectivo diploma.” (Filho, p. 92, 2002). Ainda na monarquia, Vidal ocupou postos importantes para a segurança provincial. Ele foi atuante no Partido Conservador, “[...] do qual foi um dos mais destacados chefes, na Província. Foi eleito vereador à Câmara Municipal.” (Filho, 2002, p. 93).

3.2 SEGUNDA GERAÇÃO DOS RAMOS E SEUS ESCRAVIZADOS NOS REGISTROS DE BATISMO

Apesar do inventário da matriarca da família nos revelar que David José Ramos morava no Rio Grande do Sul, em 1849 ele estava na vila de Lages, participando do ritual de batismo da inocente Thereza, filha de Eufrazia, escravizada por David. Os padrinhos foram Joaquim Rodrigues de Oliveira e Anna de Lima.²⁹ A partir de 1850, a segunda geração dos Ramos aparece com frequência participando dos batizados de seus escravizados ou como padrinhos dos cativos. Por exemplo, em 1851 é batizado Salvador, filho de Juliana, escrava de Laureano José de Ramos, e dela foram padrinhos: Jozé Thomaz de Moura e Silva e sua mulher Gertrudes Maria de Moura [Ramos].³⁰ Gertrudes, como já vimos, era filha de Laureano e Maria. A escravizada Juliana, não teve somente um filho batizado na ocasião, Faustino, filho dela com Manoel – também escravizado de Laureano – foi exposto aos santos óleos.³¹ Foram padrinhos

²⁸ Coloca-se a nomenclatura “Sênior” para indicar que são os filhos de Laureano e Maria, pois muitos outros “Vidais” e “Luizes” vieram após eles. Destaque ainda para Vidal Ramos Júnior, filho de Vidal Sênior, ele alcançou grande expressividade política em Santa Catarina, sendo homenageado com praças e ruas espalhadas por todo o Estado.

²⁹ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Tereza, 1845, livro 07, fl. 31.

³⁰ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Salvador, 1851, livro 09, fl. 57.

³¹ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Faustino, 1851, livro 09, fl. 57.

do menino: Vidal José de Oliveira Ramos e Maria Gertrudes de Oliveira Ramos, ambos solteiros na época.

Estes registros nos revelam algumas dinâmicas da escravidão na família. Primeiro, assim como demonstram os estudos de Stuart B. Schwartz (2001), os “senhores” (aqueles que eram donos de escravizados) raramente apadrinhavam os filhos de suas escravizadas. O autor relata ainda que também eram raros os casos em que os parentes de sangue dos senhores (irmãos, pai, mãe, etc.) batizaram os escravizados da família. Porém, este caso, ao menos para a família Ramos, se mostrou comum.³² Os filhos de Laureano e Maria constantemente batizaram os escravizados de seus pais, indicando um possível estreitamento dos laços patriarcais. Maurer (2021) verifica o mesmo padrão para os batismos da família Gonçalves de Araújo, também de Lages.

Acreditamos que tal dinâmica ocorra em Lages, principalmente, pela distância em que se encontravam as fazendas umas das outras. “Lages, por possuir uma extensa zona rural, ocasionava longos deslocamentos até a sede da cidade para a realização das cerimônias de batismo e casamento.” (Maurer, 2021, p. 134). Isso dificultava as relações sociais, tanto dos escravizados (que também tinham peso para escolha dos padrinhos) quanto da família Ramos com outros senhores/fazendeiros. Vicenzi (2015) relata sobre essas dificuldades para realizar os rituais católicos, no caso analisado por ela, com relação aos casamentos:

Os casamentos eram realizados na sede da vila. Não encontramos nenhum registro de casamento realizado fora da igreja matriz de Nossa Senhora dos Prazeres. O espaço rural da vila era grande, e a viagem até o centro urbano podia levar mais de um dia, o que certamente implicava uma organização e um esforço do senhor, dos noivos e dos padrinhos. Quando o casamento era realizado no período de inverno, as dificuldades nos caminhos aumentavam, devido às chuvas, às geadas e ao curto período, das 7h30 às 17hs, da presença do sol. Para a vila de Lages, onde predominaram as escravarias pequenas e médias, diferentemente de regiões de grandes escravarias, os senhores provavelmente não esperavam uma “safra” de casamentos. (Vicenzi, 2015, p. 169).

Havia, com certeza, uma dificuldade em levar muitas pessoas para a vila para se realizar os rituais católicos. Também, são poucos os registros de batismo que indicam a data de nascimento das crianças, menor ainda para os casos em que os infantes eram escravizados, portanto, via de regra, mesmo aqueles que eram livres demoravam meses, até anos, para irem até a vila batizar seus infantes.

Podemos especular ainda o quanto essa dinâmica de escolha dos padrinhos sendo membros da própria família pôde influenciar nas relações de dominação. Sabemos que a escolha de padrinhos não é uma mera aleatoriedade, mas está imbricada de vantagens e desvantagens

³² Para saber mais, ver obra de Stuart B. Schwartz (2001).

tanto para escravizados como para senhores (Slenes, 1999). Vinicius Assis (2020) explica esse novo olhar da historiografia (a partir de 1980) para com os escravizados:

As pesquisas trouxeram à tona os escravizados enquanto protagonistas perante uma sociedade que os tratavam enquanto “semoventes”, ainda que houvesse os que entendiam tal perspectiva como uma tentativa de abrandar o caráter violento da escravidão. Notou-se que o escravizado submisso de um dia, poderia ser o subversivo do dia seguinte, a depender das estratégias, manipulações, negociações e conflitos para além de uma vontade senhorial absoluta. (Assis, 2020, p. 10).

Assim, ao batizar os escravizados do pai, Gertrudes Maria, Vidal José e Maria Gertrudes podiam estar fortalecendo os seus laços de dominação. A tabela abaixo demonstra os batismos que envolvem a família Ramos e escravizados durante os anos de 1817 a 1865.

TABELA 2 - Escravizados batizados pela família Ramos durante os anos 1817-1865

DATA BAT	NOME	NOME DA MÃE	PROPRIETÁRIO	PADRINHOS
25/12/1817	Juliana	Benedicta	Laureano José Ramos	Joaquim Pereira de Almeida e Thereza, escrava de Policarpo José de Oliveira
01/03/1827	Manoel	Benedicta	Laureano José de Ramos	Francisco Dias e Maria Roza
02/12/1845	Caetana	Eva	Laureano José Ramos	Alferes João Thomas Silva e Pedro, escravo.
25/12/1849	Thereza	Eufrazia	David José de Moura Ramos	Joaquim Rodrigues de Oliveira da Costa e Anna de Lima
06/05/1851	Salvador	Juliana	Laureano José Ramos	José Thomas de Moura e Silva e sua mulher Gertrudes Maria de Moura Ramos
06/05/1851	Faustino	Juliana e pai Manoel	Laureano José Ramos	Vidal José de Oliveira Ramos e Maria Gertrudes de Oliveira Ramos
02/11/1854	Anastácio	Eufrazia	Maria Gertrudes de Moura Ramos	José Thomas de Moura e Silva Maria Gertrudes de Moura
02/11/1854	Justina	Rita	José Thomas de Moura e Silva	Ignacio e Sebastiana, escravos.
02/11/1854	Sebastião	Rita	José Thomas de Moura e Silva	Manoel e Justina.
22/11/1854	Bento	Maria	Henrique Ferreira Ramos	Joaquim e Rita.
16/01/1857	Martinho	Eufrazia	Maria Gertrudes de Moura Ramos	Vidal de Oliveira Ramos e Belizaria Gertrudes Ramos.
16/01/1857	Zeferina	Rita	José Thomas de Moura e Silva	Apolinário e Eufrazia, escravos de Maria Gertrudes de Moura Ramos.
01/06/1857	Aleixo	Thomazia	Luiz José de Oliveira Ramos	Vicente, escravo de Vidal José de Oliveira Ramos e Catharina escrava do Tenente Coronel Manoel Rodrigues de Souza.
15/04/1860	Clemencia	Eufrazia	Maria Gertrudes de Moura Ramos	Laureano Jose Ramos e D. Julia Baptista de Souza.
16/04/1860	Therezio	Eufrazia	Maria Gertrudes de Moura Ramos	José Antunes de Lima, solteiro, e Maria Antunes de Lima, viúva.
16/04/1860	Pedro	Placedina	Vidal José de Oliveira Ramos	Catholico da Silva Furtado e Maria Gertrudes de Moura Ramos.
16/04/1860	Ilena	Juliana e pai Manoel	Laureano José Ramos	Ignacio, escravo de Laureano José Ramos e Placedina, escrava de Vidal José de Oliveira Ramos.
16/04/1860	Manoel	Rozaria	Henrique Ferreira Ramos	José Antunes Lima Sobrinho e Nossa Senhora
06/10/1859	Cândida	Rita	José Thomas	Manoel Joaquim, casado e Joaquina Maria do Nascimento, solteira.

06/10/1859	Madalena	Thomazia	Luiz José de Oliveira Ramos	José Francisco Moreira e sua mulher Anna Maria, escrava de Anastácio Gonçalves de Araújo.
04/05/1864	Helena	Benedicta	José Thomas de Moura e Silva	José e Delfina.
04/05/1864	Catharina	Senhorinha	Vidal José de Oliveira Ramos	Ignacio e Sebastiana.
10/10/1865	Modesto	Rita	José Thomas de Moura e Silva	José Antunes Lima Sobrinho e Placedina escrava de Vidal José de Oliveira Ramos.

Fonte: FAMILYSEARCH. Livros de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868).

Transcrição de Murilo Dutra (2020).

Os nomes dos pais dos infantes escravizados então ausentes nos batismos, este campo nos registros é preenchido como “pai incógnito”. Porém esta ausência de descrição não indica exatamente a ausência ou a inexistência dos pais das crianças na formação de famílias de escravizados (Slenes, 1999). Não indicar os pais nos registros de batismo pode estar relacionado as questões “burocráticas” da Igreja Católica, pois, caso não houvesse o casamento nas regras da igreja, também não havia a concepção da formação de famílias. Ou seja, o pároco e/ou vigário por vontade própria ou força da instituição não descrevia o pai dos infantes escravizados. Também pode-se relacionar à uma questão de demonstração de poder por parte dos senhores. Assim, negar a descrição dos pais implicava que o senhor seria a autoridade máxima a ser respeitada tanto pela mãe quanto pela criança.

Como indica Cacilda Machado (2006, p. 68) “É preciso admitir ao menos algum grau de controle dos senhores sobre a socialização de seus cativos, conforme se evidencia nas recorrentes ligações de compadrio dos escravos de São José [dos Pinhais] com membros da parentela senhorial”. Ainda segundo a autora, quando os escravistas realizavam o apadrinhamento dos filhos dos cativos de sua família estavam dando manutenção ao controle dessas pessoas (Machado, 2006). Os escravizados, por sua vez, não eram apenas meros espectadores, sem nenhuma vontade e ação sobre essas relações de compadrio (Slenes, 1999). Eles vislumbravam os padrinhos como protetores de seus filhos, facilitadores de vantagens e, por vezes, da liberdade (Assis, 2020).

Ainda segundo Assis, as dinâmicas dos batizados e apadrinhamentos se davam “seguindo as lógicas corporativas e clientelares do Antigo Regime, o compadrio estabelecia hierarquias e reciprocidades que ‘cimentavam a natureza das relações sociais e, a partir destas, das próprias relações políticas” (Assis, 2020, p. 11). Desta forma, quando os escravizados são restringidos às relações dentro do espectro³³ da família, há uma intensificação nas relações de

³³ Como espectro se refiro aos membros consanguíneos da família, seus escravizados e agregados. Ou seja, aqueles de sua convivência.

dependência deles, bem como, uma expansão nas suas “liberdades”. Forma-se assim liberdades dependentes, negociadas a todo momento com os senhores(as).

Era comum nos rituais de batismo da paróquia da vila de Lages que os escravizados batizassem seus pares (Vieira, 2023). Essa dinâmica também ocorreu no espectro da família Ramos. No primeiro dia de junho de 1857, o inocente Aleixo, filho de Thomazia, mãe solteira e escravizada de Luiz José de Oliveira Ramos, recebe os santos óleos. Seus padrinhos foram: Vicente, escravo de Vidal Jozé de Oliveira Ramos e Catharina escrava do Tenente Coronel Manoel Rodrigues de Souza.³⁴ Ao batizarem seus pares, os escravizados também podiam esperar algumas vantagens dentro do sistema escravista, podendo ser a parceria em trabalhos, a divisão de alimentos e o cuidado com os filhos (Slenes 2001).

Assim, entendemos que a análise dos registros de batismo, procurando por membros da família Ramos, revelam uma dinâmica interna própria à família, mesmo que dentro de um grande sistema escravista. Também, percebemos que estes registros podem revelar pessoas escravizadas que se encontravam “escondidas” da História, visto que muitos destes membros, pertencentes à segunda geração, faleceram fora da vila de Lages ou em um período posterior à abolição da escravidão, inviabilizando o levantamento completo das posses de pessoas escravizadas.

3.3 ESCONDIDOS DA HISTÓRIA, EXPOSTOS À EXPLORAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE INDÍGENAS E A FAMÍLIA RAMOS

Os povos indígenas habitavam o território que veio a ficar conhecido como Vila de Lages muito antes da chegada dos colonizadores, tais como Antônio Correa Pinto. A chegada dos novos habitantes em Lages, assim como toda a colonização do estado de Santa Catarina, afetou a vida desses povos originários, causando a morte, fuga e aprisionamento de muitos deles, como explica Silvio Coelho dos Santos:

Em torno de Curitiba a colonização também se afirmou e toda a área que se avizinhava do Rio Negro começou a ser povoada. Nos campos de Guarapuava, Curitiba e Lages, as fazendas de criação estão em franca expansão. A “estrada das tropas”, corta o sertão de São Paulo ao Rio Grande, atravessando os campos e ligando fazendas. [...] Os Xokleng, estão, pois, confinados. Já não há para onde fugir. Um subgrupo que frequentava as cabeceiras do Rio Negro e que devido à pressão dos brancos começou a deslocar-se para o oeste, em direção aos campos de Palmas, encontrou pela frente os Kaingang. E, pouco tempo depois (1838), os brancos chegavam, também, a esses campos. (Santos, 1973, p. 37).

³⁴ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Aleixo, 1857, livro 13, fl. 78.

Não cabe aqui uma análise pormenorizada sobre os impactos dessa colonização aos povos indígenas. Nosso interesse foi avaliar qual o envolvimento que a família Ramos teve com esses povos e se, de alguma forma, eles influenciaram na geração de *status* e riqueza para a família, no século XIX. Ao longo do período analisado, percebe-se que a família batizou alguns desses indígenas. Identificamos cinco registros de batismo relacionando os Ramos a indígenas.

Todos esses registros envolvem a indígena (e mãe) Romana. Iniciando pelo dia 2 de dezembro de 1845, com o nascimento de Tereza:

Aos dois dias do mês de dezembro de mil oitocentos e quarenta e cinco anos batizei e puz os Santos óleos a inocente Tereza filha de pai incógnito e de **Romana Bugra** forão padrinhos Lauriano José Ramos e Maria Gertrudes: de que para constar faço este assento. Vigario João Vicente Frz (sic).³⁵

Segundo Costa (1982) o termo “bugre” ou “bugra” foi usado na região serrana para designar qualquer indivíduo que fosse indígena, constatação esta que não é diferente da que observamos nos registros de batismo. Nestes, o termo é usado para diferenciar a etnia dos indivíduos que, por exemplo, foram “apanhados”, que estão sendo “administrados” ou que são escravizados por alguém. Foi utilizado também o termo “bugreiro” para designar aqueles que eram caçadores e assassinos de indígenas. Assim, o termo “bugre” adquire uma conotação pejorativa.

Em 1849, foi batizada a infante Zeferina, filha de Romana, agora apresentada nos termos de “mãe indígena”. Na ocasião foram padrinhos: David José de Moura Ramos e sua mulher Francisca Maria de Souza.³⁶ No dia 06 de maio de 1851, são batizados Paulino, nascido no mês de maio de 1850, e Lucas, nascido em maio de 1849.³⁷ Eles foram batizados, respectivamente, por Vidal Ramos e Maria Ramos e por José Thomas e Gertrudes Maria Ramos, casados. Por último, em 1860 ocorreu o batismo de Margarida:

Aos dezesseis de abril de mil oitocentos e sessenta nesta Igreja Baptizei, e puz os Santos Oléos a Margarida de um anno filha de Romana Indigina; Padrinhos Vicente, escravo de Vidal Joze de Oliveira Ramos e Eufrazia escrava de Dona Maria Gertrudes de Moura Ramos, todos desta e para constar faço assento (sic).³⁸

³⁵ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Tereza, 1845, livro 07, fl. 31 (grifo nosso).

³⁶ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Zeferina, 1849, livro 09, fl. 8.

³⁷ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Paulino e Lucas, 1851, livro 09, fl. 57.

³⁸ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Margarida, 1859, livro 13, fl. 125.

Durante os quinze anos em que são batizados os filhos de Romana percebe-se que em nenhum momento é designada a condição dos indígenas, se escravizados, libertos ou livres. Constam ainda no mesmo livro, antes e depois do batismo de Margarida, outros batizados realizados pela família e nestes é designado a condição social dos participantes. Isto nos indica que Romana e seus infantes foram pessoas de condição livre, que trabalhavam como agregados da família Ramos. Vicenzi (2015) explica a condição dos agregados em Lages para os anos de 1776-1850:

Além dos cativos, os agregados foram muito presentes nos núcleos familiares da vila de Lages, e este grupo compartilhava o mesmo espaço com os cativos. Segundo o Dicionário Moraes, em sua edição de 1813, agregar seria "ajuntar-se a alguém, bandear-se com ele. Estar acostado à família". Dessa forma, o status de agregado denota certa estabilidade (garantida pelo acesso à terra, mas não à propriedade) e dependência (já que vincula esses indivíduos e suas famílias aos interesses do casal de proprietários). (Vicenzi, 2015, p. 19).

A autora ainda ressalta que “[...] nas listas consultadas da vila de Lages, os gentios indígenas sempre aparecem entre os agregados e não entre os escravos.” (Vicenzi, 2015, p. 171).

O que claramente se percebe é que Romana fazia parte do núcleo familiar estendido dos Ramos, dado estar batizando seus filhos com padrinhos membros da família durante um período de quinze anos. Porém, não conseguimos comprovar em qual “condição” se encontra. Ou seja, se era uma pessoa livre e estava trabalhando como agregada da família, se tinha uma liberdade condicionada, porém maior do que os escravizados, ou se pertencia à classe dos escravizados, hipótese esta menos provável.

Contudo, conseguimos, ao menos, imaginar que a família usufruía da força de trabalho de Romana e seus filhos, ação que não era incomum em Lages. Ao analisarmos outros fazendeiros em temporalidades anteriores pudemos perceber que a exploração da mão de obra indígena no século XIX na região foi constante. Desde o final do século XVIII, constam nos registros de batismos o contato entre indígenas e fazendeiros, alguns deixando explicitamente o estado daqueles, como por exemplo o batizado da criança Manuel, em 1817: Inocente bugre escravo de Ignacio Collaço, casado, sendo padrinhos Inocêncio Pereira, casado, e Dona Sebastiana de Camargo.³⁹

A grande quantidade de indígenas que aparecem nos registros de batismos anteriores a 1822, seja como escravizados ou não, está ligada à declaração de guerra justa contra os

³⁹ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Manuel, 1817, livro 02, fl. 76.

indígenas dos Campos de Guarapuava em 1808, proposta por D. João VI, como explica Manuela Carneiro da Cunha:

Houve, ao longo do século [XIX], adeptos da brandura e adeptos da violência. Destes últimos, o mais célebre foi d. João VI, que, recém-chegado ao Brasil, desencadeou uma guerra ofensiva contra os genericamente chamados Botocudos, para liberar para a colonização o vale do rio Doce no Espírito Santo e os campos de Garapuava, no Paraná. (Cunha, 2012, p. 63).

Essa ofensiva contra os indígenas é pautada por uma retórica pedagógica, característica para o século XIX. Neste sentido, a escravidão dos indígenas era temporária e eles deveriam ser inseridos nos mais diversos trabalhos braçais para que perdessem a “boçalidade” (Cunha, 2012).

Assim, ao longo do século XIX os termos que se referem aos indígenas da região de Lages mudam. De escravos eles passam para “administrados”, “recolhidos” e “educados” em casa de algum senhor(a), até o ponto em que suas condições não são mencionadas, como no caso em que aparecem sendo batizados por integrantes da família Ramos.

Em registros de batismos do ano de 1857 pode-se ainda observar o uso do termo “sendo educado”. Matheus, nascido em 1854 e Joanna, nascida em 1853, foram batizados em 1857 como indígenas, filhos de botocudos, mas sem designar os nomes dos pais, tendo como padrinhos Balduino Alves de Assumpção Rocha, solteiro, e sua irmã Carlota Alves da Rocha, casada. O vigário Antonio Luiz Esteves de Carvalho declarou que os indígenas estariam sendo “educados” na casa dos padrinhos.⁴⁰

Tal como os estatutos ou condições não aparecem nos registros de batismo que envolvem os Ramos também não ocorre nos processos de inventários dos integrantes da família que faleceram. Assim, acreditamos que a relação entre a família Ramos e os indígenas estava pautada em um “agregamento”. Cacilda Machado (2006) também explica essa dinâmica dos agregados e a proximidade deles com a condição de escravizados:

Na análise da forma como os agregados eram relacionados nos domicílios recenseados, da própria designação da cor das pessoas incluídas nesse grupo, e pelo acompanhamento de algumas trajetórias individuais, encontrei indícios de que, naquele ambiente em que se tinha cada vez menos capacidade de investir em escravos, também cresciam os esforços senhoriais para, informalmente, incorporar pessoas livres ao cativo. Tratava-se de um locus social onde uma escravidão “rarefeita” não impedia, ou até impulsionava, uma prática reiterativa (portanto, estrutural) que contribuía para a reprodução de uma hierarquia fundada na escravidão. (Machado, 2006, p. 32).

⁴⁰ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Matheus e Joanna, 1857, livro 13, fl. 55.

Na análise da autora para a região de São José dos Pinhais – PR, na passagem do século XVIII para o XIX, percebe-se que não há uma distinção sobre a origem indígena dos agregados. Mas é notório o esforço dos senhores para conseguir angariar a força de trabalho dessas pessoas para dar manutenção aos seus *status* e riquezas.

Desta forma, a recorrência com que a família Ramos levou Romana batizar seus infantes na paróquia da vila aponta para uma longa relação de convívio com ela, seja pautada na dependência, em negociação ou ambas. Cunha (2012, p. 87), indica que “o trabalho indígena será disputado [no século XIX], como em séculos anteriores, pelos particulares e pelo Estado, em seus vários níveis.” Não sendo diferente para a região serrana de Santa Catarina, lugar onde a mão de obra escravizada era relativamente pequena, contanto com menos de dez escravizados, em média, por proprietário. Assim, agregar os indígenas nas porções de terras destinadas a produção pecuária parece ter sido uma das estratégias dos senhores(as) lageanos(as) para manutenção de sua força de trabalho.

Ana Paula Pruner Siqueira (2012), ao analisar os campos de Palmas – PR no século XIX indica que há um interesse comum dos “homens brancos” em explorar o trabalho dos indígenas.

Apesar do interesse nas terras indígenas, em Palmas também houve esforço por parte dos “homens brancos” em fazer os índios trabalharem. Todas as medidas e indicações dos governantes e diretores dos índios referentes à catequização e inserção do selvagem ao mundo branco estavam relacionadas ao trabalho. Era através da civilidade, de tornar o índio manso que se almejava conquistar essa mão de obra. Indicações sobre o quão importante seriam os indígenas nas atividades da vila não faltavam, bem como as reclamações sobre a falta de aproveitamento deles como trabalhadores. (Siqueira, 2012, p. 114-115).

O interesse no trabalho dos indígenas também foi observado para os campos de Lages. Com a desculpa de se educar os indígenas, forçavam esses povos ao trabalho agregado. No caso da família Ramos, eles parecem ter dado “manutenção” a essa exploração ao batizarem os infantes de Romana. Assim, o “agregamento”, ou melhor, a exploração, se deu por décadas.

Apontamos para a exploração dos indígenas como uma estratégia tida pela família Ramos, pois Siqueira (2012) explica que:

Os indígenas pareciam ser enquadrados no mesmo discurso da segunda metade do século XIX que atingia os libertos e sua inserção no mercado de trabalho. Como a discussão sobre o fim do trabalho escravo e suas formas de substituição era presente desde pelo menos o fim do tráfico de cativos, houve a necessidade de delinear estratégias que governassem essa transformação. (Siqueira, 2012, p. 115).

Ou seja, a discussão sobre a manutenção da mão de obra estava presente, ao menos, desde 1830, não devendo ser diferente para a região lageana.

Ainda sobre a diferenciação nos “termos” utilizados para designar as pessoas submetidas à exploração ou dependência na região serrana e do planalto catarinense, Paulo Pinheiro Machado (2004) destaca que contar com o estatuto jurídico de “livre”, “liberto”, “escravo” e até mesmo “indígena” indica que estavam da mesma forma condicionados ou submetidos ao poder dos grandes fazendeiros, subordinados por estes tanto por laços de compadrio, quanto por obrigações de jugo econômico e social.

Como vimos, desde a chegada dos bandeirantes nos “Campos de Lages” o convívio com os indígenas foi belicoso. E os novos usuários da terra não deixaram escapar a oportunidade de explorar os indígenas (Vicenzi, 2015). Com a passagem do tempo e as novas dificuldades de se dar manutenção à mão de obra nos campos de Lages, os indígenas são ainda uma alternativa aos senhores pecuaristas da região.

Neste sentido, podemos perceber que a família Ramos da primeira e segunda geração vinham aumentando suas riquezas tanto em posse de terra quando em mão de obra escravizada e agregada. Após o casal Laureano e Maria se estabelecerem na região, seus filhos tornaram-se também ricos fazendeiros. Vidal José de Oliveira Ramos (Sênior), Luiz José de Oliveira Ramos (Sênior), Maria Gertrudes de Moura Ramos e Gertrudes Maria de Moura Ramos são os filhos(as) que mais atuaram em proximidade com o patriarca e a matriarca, tanto que aparecem mais vezes nos registros de batismo ao lado deles. Fidelis e David, pela distância que moravam, ficaram um tanto mais apartados das dinâmicas com o casal, ao menos nas que dizem respeito às relações de compadrio.

4 ESCRAVIDÃO E RIQUEZA

Como se viu, o ápice da riqueza da família Ramos começou a partir da sua segunda geração, na década de 1830. Essa riqueza, gerada pela posse de terras, criação e comércio do gado juntamente com a exploração escravizados converteu-se em influência política e cargos administrativos. Essa dinâmica, de projetar os familiares como políticos ou em cargos administrativos e de realizar alianças e empréstimos que gerassem lucros também foi observada por Biléssimo (2011) nas elites de Desterro do século XIX. Ainda que, no nosso caso, para a família Ramos a questão dos empréstimos não tenha sido observada como primordial.

Um dos grandes problemas que surgem na pesquisa é, então, saber quem eram os integrantes da segunda geração da família Ramos e as suas relações na exploração do trabalho de pessoas escravizadas e agregadas, atividade pecuária e ocupação de cargos públicos. Esse problema, torna as análises mais difíceis por duas questões principais: Primeiro, os filhos de Laureano e Gertrudes espalharam-se pelo sul do Brasil, a fim de ocupar posições estratégicas no comércio de gado, desta forma, vieram a falecer fora do território de Santa Catarina, o que nos implica em não ter acesso aos seus processos de inventários e conhecer a riqueza deixada. Segundo, os outros filhos do casal que permaneceram na região de Lages, vieram a falecer após o período de abolição da escravidão (1888), não deixando indícios nos processos de inventário sobre a exploração dessa mão de obra.

Tivemos acesso ao processo de inventário de um dos filhos de Laureano e Maria, falecido antes de 1888, Henrique Ferreira Ramos (1812-1871). Porém, podemos “seguir os passos” de outros filhos do casal, avaliando inventários de seus conjugues, como é o caso do processo de José Thomas de Moura e Silva (1877), casado com Gertrudes Maria de Moura Ramos (1818-1909) e do de Julia Baptista (1883), casada com Vidal José de Oliveira Ramos Sênior (1821-1908). Também foi possível avaliar a exploração de escravizados por parte Luiz José de Oliveira Ramos Sênior (1816-1903) com base nos documentos jurídicos como, por exemplo, uma “Manutenção de Liberdade” movida por seus escravizados contra ele e nos registros de batismo.

4.1 ESCRAVIDÃO

4.1.1 Os escravizados de Henrique Ferreira (Ferreyra) Ramos

Henrique F. Ramos faleceu em 1871 e deixou como herança à viúva, Dona Clara Leopoldina de Oliveira, e aos 13 herdeiros, seis escravizados, a saber: Maria de idade de oitenta anos, avaliada em vinte mil réis (20\$000); João de cinquenta anos, avaliado em seiscentos mil réis (600\$000); Pedro de trinta e dois anos e doente dos olhos, avaliado em quatrocentos e cinquenta mil réis (450\$000); Rozaria de quarenta anos, avaliada em seiscentos mil réis (600\$000); Bento de dezoito anos, avaliado por oitocentos mil réis (800\$000) e; Manoel de onze anos, avaliado por seiscentos mil réis (600\$000).⁴¹

Esses escravizados, perfazem a quantia de 3:070\$000 contos de réis, enquanto o montante-mor (somando os escravizados) chegou a 24:002\$000 réis. Assim, os escravizados somam 12,79% da riqueza deixada por Henrique Ramos. Os “bens de raiz”, deixados por ele, sendo a casa e benfeitorias da fazenda, os campos e matos da fazenda Penteado, uma parte de campos e matos na fazenda Guarda-Mór e dinheiro guardado, chegaram a 9:854\$000 contos de réis.⁴²

Comparando o inventário de Henrique F. Ramos com o do tenente Joaquim Lopes de Liz⁴³, falecido em 1869 na região de Lages, podemos ter dimensão da exploração da mão de obra escravizada realizada pelo filho de Laureano e Maria. Pelo que indica o inventário do tenente Joaquim Lopes de Liz, ele também foi um pecuarista da região, ainda que com uma criação menor do que a da família Ramos. Ele deixou, quando de seu falecimento, sete escravizados como herança aos seus familiares, sendo eles: Francisco de idade de vinte anos, avaliado por oitocentos mil réis (800\$000); Cipriano de 24 anos, avaliado por oitocentos mil réis (800\$000); Luiza de dez anos, avaliada por seiscentos mil réis (600\$000); Manoel de sete anos, avaliado por quatrocentos e cinquenta mil réis (450\$000); Theodora de quatro anos, avaliada por trezentos mil réis (300\$000); Eugenia de dois anos, avaliada por duzentos mil réis (200\$000) e Ignacia de 25 anos de idade, que estava “fugida”, e foi avaliada por seiscentos mil réis (600\$000).

Os escravizados do tenente foram avaliados em 3:750\$000 réis, cerca de 34,78% de sua riqueza total. Apesar do valor atribuído aos escravizados do tenente serem maiores que do que de Henrique Ramos, a idade dos escravizados do tenente é menor. Isto nos indica que Henrique

⁴¹ MTJSC. Inventário de Henrique Ferreira Ramos, cx. 2003, s/n, 1871, fl. 16 e 17.

⁴² MTJSC. Inventário de Henrique Ferreira Ramos, cx. 2003, s/n, 1871, fl. 20.

⁴³ MTJSC. Inventário de Joaquim Lopes de Liz, 1869, disponível em: <https://atom.tjsc.jus.br/index.php/inventario-de-joaquim-lopes-de-liz-2>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

Ramos conseguiu explorar por mais tempo seus escravizados nas lides do campo. Afinal, Henrique Ramos tinha somente um infante com menos de 15 anos, Manoel. Enquanto o tenente Liz contava com quatro infantes (com idade abaixo de 15 anos), além de uma escravizada “fugida”. Também, nos indica a longa duração do uso de escravizados por Henrique e sua família. As escravizadas Maria, Rozaria e o escravizado João contavam com idades relativamente avançadas para época, de 80, 40 e 50 anos, respectivamente. Ou seja, se havidos por herança, pela reprodução interna dos escravizados, ou até mesmo por compra, tinham trabalhado por um longo período de tempo para Henrique Ramos, proporcionando um incremento em seus lucros com a atividade pecuária.

O inventário de Maria de Sousa Ferreira falecida em 1876, na região de Lages, também é revelador de algumas dinâmicas escravistas da região.⁴⁴ Maria de Sousa era dona da fazenda da Boa Vista, próxima ao rio “Lavatudo” na região da Coxilha Rica. Maria, pelo que indica seu inventário, era uma pecuarista de cunho maior do que Henrique Ramos. Deixou quando de seu falecimento 16 escravizados, totalizando a quantia de 10:450\$000 réis. Dos sete escravizados homens de Maria, todos estavam em idade produtiva.

Tais indícios permitem inferir que, em primeiro lugar, a escravidão nos campos de Lages estava intimamente ligada à pecuária, em segundo lugar, que a produção de riqueza com base na pecuária tem relativa dependência com a exploração da mão de obra escravizada (Borges, 2005). Em outras palavras, os escravizados da região de Lages estavam, em sua maioria, empregados no campo e esses escravizados, mesmo que em grupos bem menores se comparados às regiões cafeeiras em São Paulo e Rio de Janeiro e de charqueada no Rio Grande do Sul, compunham a força motriz que fazia a pecuária nos campos de Lages gerar lucros aos senhores(as) da região.

Nota-se que Henrique Ramos não era o mais rico dos fazendeiros/pecuaristas lageanos que faleceu nas décadas de 1860 e 1870, nem mesmo o que mais possuía escravizados. Porém, pode-se perceber que fazia parte do grupo de pecuaristas considerados “abastados” da região. Ora, apesar de Henrique Ramos não possuir tantos escravizados e animais quanto Maria de Souza, tinha uma extensa conexão com sua família, também participantes desse grupo de pecuaristas “ricos”, o que pode ter dado boas vantagens para ele garantir uma vida abastada nos campos de Lages. Henrique Ramos compartilhava uma parte de campos e matos na Fazenda do Guarda-Mór, que foi avaliada em seu inventário por um conto trezentos e cinquenta e quatro mil réis (1:354\$000) e onde residiam seus pais e alguns de seus irmãos, como Vidal, Luiz e

⁴⁴ MTJSC. Inventário de Maria de Souza Ferreira, 1871, disponível em: <https://atom.tjsc.jus.br/index.php/inventario-de-maria-de-sousa-ferreira>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

Gertrudes. Também possuía campos e matos na fazenda do Penteado, avaliados por seis contos e quinhentos mil réis (6:500\$000).⁴⁵

Podemos tecer comparações com outros pecuaristas fora do âmbito de Lages. Carina Martiny analisou a família “Castilhos”, que residiu no século XIX no distrito de Cruz Alta, atual município de São Martinho, no Rio Grande do Sul. Assim como os Ramos, a família Castilhos tinha na produção pecuária sua principal atividade econômica. A autora avaliou o inventário de Francisco Ferreira de Castilhos, também falecido em 1871. O documento conta com 56 escravizados, número que destoa muito dos inventários lageanos da mesma época. Contudo, Martiny explica que Francisco era “um ponto fora da curva”, ele foi considerado como um grande proprietário de escravizados para a região:

Constam no inventário 56 escravos, sendo que destes, quatro estavam na propriedade de São Gabriel e os outros 52 em São Martinho, local também de maior concentração de rebanhos. Destes 56, tem-se 37 escravos e 19 escravas. Os números são bastante importantes por permitirem descrever Francisco Ferreira de Castilhos como um grande proprietário de escravos. Se esta designação não é possível ao comparar com as grandes escravarias de outras regiões do Brasil, ela serve como um designativo local, visto que, se por um lado o trabalho cativo era comum na pecuária sul-rio-grandense, como já demonstrado pela historiografia, na região da Serra Geral a média do número de escravos por proprietário era bem menor. (Martiny, 2015, p. 247).

Pode-se perceber que a grande quantidade de escravizados que estiveram em posse de Francisco chamam a atenção também para as análises referentes à região do Rio Grande do Sul. Para lá, assim como em Lages, eram poucos os senhores(as) que possuíam mais de vinte escravizados em sua posse (Martiny, 2015, p. 248, apud Araújo, 2008). Assim, ambas as regiões são caracterizadas por grupos menores de escravizados, situação que não diminui a importância do trabalho dessas pessoas para a construção de riqueza dos senhores, pois, dadas as circunstâncias das regiões serranas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, aqueles que possuíam um grupo de escravizados com número maior do que dez indivíduos eram considerados ricos.

Os inventários contavam ainda com os pedidos e negociações sobre a divisão dos espólios. Assim, Clara Leopoldina, viúva de Henrique Ramos, faz algumas “exigências”: a viúva requer que em sua meação lhes fossem dados os escravos, Bento, Manoel e Maria, a casa e benfeitorias e a parte de campo e matos da fazenda do Guarda-Mór, e também aos órfãos seus tutelados que fosse dada a escrava Rozaria.⁴⁶

⁴⁵ MTJSC. Inventário de Henrique Ferreira Ramos, cx. 2003, s/n, 1871, fl. 20.

⁴⁶ MTJSC. Inventário de Henrique Ferreira Ramos, cx. 2003, s/n, 1871, fl. 29, grifo nosso.

Nos interessa, desse pedido da viúva aos juízes da partilha, pensar que ela queria dar continuidade aos negócios que envolviam a criação e comércio de gado e para isso necessitava também da mão de obra que fazia este comércio acontecer. Assim, requerer a parte dos campos e matos da fazenda do Guarda-Mór pode ter sido estratégia para manter-se nesta dinâmica, afinal, Clara mantinha-se próxima aos familiares de Henrique, “acostumados” com essas negociações e que também tinham posse de escravizados, bem como, mantinha seus filhos dentro da estrutura da pecuária.

Vicenzi (2015) e Szytko (2023) apontam para a importância das mulheres como donas de propriedades e de escravizados na região serrana, bem como, das importantes negociações que as mulheres consideradas subalternizadas realizavam. Segundo as autoras, as mulheres participaram ativamente das dinâmicas que envolviam a sociedade lageana no oitocentos. Não é raro também encontrar a participação das mulheres “senhoras de escravizados” nos batismos.

Voltando-se os olhos para os “pedidos” da viúva, percebe-se que o escravizado Bento, estava no “ápice” de sua idade para o trabalho (dezoito anos), enquanto Manoel, de onze anos, poderia servir por um longo período de tempo a ela. Contudo, a exigência da escravizada Maria, de oitenta anos de idade, deve estar relacionada à proximidade da viúva para com ela. Era comum que as mulheres escravizadas trabalhassem dentro das casas dos senhores, ocupadas geralmente dos serviços domésticos, como lavar e costurar roupas e preparar alimentos. Assim, como explica Sidney Chaloub (2003), as mulheres dos senhores ricos tinham certa aproximação dos escravizados, principalmente daqueles de seu convívio cotidiano, tal relação está envolta em uma política de dependência e racionalização sobre o lugar social dos indivíduos. Desta forma, por ambos (mulheres e escravizados) estarem submetidos aos caprichos dos senhores, há um senso de pertencimento em um lugar social comum.

Os processos de Julia Baptista (1883), José Thomas de Moura e Silva (1877) e Luiz José de Oliveira Ramos ampliam nossa análise sobre a família Ramos. José Thomas era casado com Gertrudes Maria de Moura Ramos, a filha de Laureano e Maria. Julia, por sua vez, foi esposa de Vidal Ramos (Sênior), também filho de Laureano e Maria, portanto, irmão de Henrique, Gertrudes e Luiz José.

4.1.2 Os escravizados de Julia Baptista e Vidal Ramos (Sênior)

Julia Baptista de Souza e Oliveira foi casada com Vidal José de Oliveira Ramos (Sênior), e faleceu no ano de 1883. A análise do inventário Julia Baptista nos revela as ligações

da segunda geração dos Ramos com a escravidão. Ao inventariar os bens de Julia, Vidal José de Oliveira Ramos, o oitavo filho de Laureano e Maria Gertrudes, acaba por expor o peso da escravidão entre as posses da família.

No período imperial brasileiro as leis que vigiavam as partilhas de inventários eram regidas pela legislação consolidada nas Ordenações Filipinas de 1603, dispostas no livro IV, título 94, intitulado “*Como o marido e mulher succedem hum a outro*”, do Código Philipino.⁴⁷ A legislação, basicamente, indicava o conjugue do falecido como herdeiro universal dos espólios deixados. Assim, Julia Baptista deixou para o viúvo e os três filhos, onze escravizados a serem repartidos como herança, sendo eles, suas respectivas idades e valores indicados no inventário e expostos na tabela a seguir:

TABELA 3: Escravizados mencionados e avaliados no inventário de Julia Baptista de Souza e Oliveira em 1883 (esposa de Vidal Ramos Sênior):

Nome	Idade	Valor
Ignacio	49	100\$000
Sipriano	37	500\$000
Antonio	32	800\$000
Porfirio	29	600\$000
Miguel	16	300\$000
Porcina	47	400\$000
Pracidina	42	350\$000
Marculina	31	500\$000
Benedita	14	500\$000
Sinhorinha	32	100\$000
Maria	Não especificada	500\$000

Fonte: MTJSC. Inventário de Julia Baptista de Souza e Oliveira, cx. 583, s/n, 1883, fl. 21.

Se compararmos os números do inventário de Julia (1883) com o de Francisco Castilhos (1871), o rico estanceiro do Rio Grande do Sul, podemos obter alguma dimensão da riqueza dela e, conseqüentemente, de Vidal Ramos (Sênior). Castilhos, quando de seu falecimento, deixou 56 escravizados que chegaram no total de 24:850\$000 réis, cerca de 6% do seu montante mor, este, avaliado em 343:130\$356 réis, descontando-se as dividas passivas (Cariny, 2013, p. 25). O valor total dos onze escravizados de Julia chegou a 4:650\$000 réis, enquanto o montante mor (junto com os escravizados), chega ao valor de 286:111\$500 réis. Assim sendo, os escravizados representaram 1,62% da riqueza do casal.

⁴⁷ A lei pode ser consultada no Código Philipino ou Ordenações do Reino. Livro IV, Título 94, fl. 947. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733>. Acesso em: 28 de junho de 2024.

Os bens de raiz e os animais de Castilhos foram avaliados, respectivamente, em 168:300\$000 e 139:471\$000 (Cariny, 2013, p. 25). Enquanto para Júlia os bens de raiz chegaram a 227:600\$000 e os animais à quantia de 53:528\$500. Ou seja, isto nos indica que a base da riqueza da família Ramos estava na posse de terras (nos “bens de raiz”), depois na pecuária (criação de animais) e, por último, na posse de escravizados. O que nos chama a atenção é que não há uma diferença exorbitante nos valores do montante mor entre os dois inventários. Castilhos é cerca de 16,6% mais rico que Julia e Vidal, mesmo tendo quase cinco vezes mais escravizados que o casal.

Comparando o inventário de Júlia com a pecuarista de Lages, Maria de Sousa Ferreira, falecida em 1876, também podemos tecer algumas análises com relação aos escravizados. Maria de Sousa (1876) juntou o montante mor de 99:586\$020, menos da metade do de Júlia. O “padrão” dos bens que são mais valiosos na composição da riqueza destas pessoas se mantém. Maria também tem como bens mais valiosos os de “raiz”, chegando ao valor de 54:100\$000, depois os animais (semoventes) com valor de 28:787\$800 e por último os escravizados, com valores de 10:450\$000. Estes últimos superam em quantidade e valor os de Júlia. Maria tinha 16 escravizados (Julia tinha 11) avaliados por 4:650\$000. Para Maria, os escravizados representam cerca de 10,49% de sua riqueza. Neste sentido, percebe-se que mesmo para esses grandes pecuaristas da região de Lages o número de escravizados não ultrapassa de vinte indivíduos.

No inventário de Julia, há uma cópia da matrícula de escravizados, pertencentes ao casal, registrados no nome de Vidal Jose de Oliveira Ramos (Sênior) seu marido e viúvo, produzida em 1872. A matrícula geral dos escravos residentes no Brasil foi estabelecida a partir da lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como “lei do Ventre Livre”. Mamigonian relata sobre a criação e funcionamento da lei de 1871 e da matrícula, executada em 1872:

A solução para o problema dos registros dos escravos foi dada pela chamada Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que, além de libertar o ventre, regular a alforria, estabelecer o fundo de emancipação e libertar os últimos escravos da nação, também impôs a primeira matrícula geral dos escravos residentes no Brasil, executada em 1872. Era um levantamento nominal de todos os escravos existentes no Império. O registro serviria, dali em diante, como identificação dos escravos e prova de propriedade para os senhores, e seria requerido em todas as transações civis e comerciais. (Mamigonian, 2011, p. 23).

Nesta cópia da matrícula feita pelo escrivão, além dos nomes dos escravizados (já descritos no inventário de Julia), há outros dados importantes para nossa avaliação como a cor, naturalidade, filiação, aptidão e profissão deles. Assim, a tabela a seguir apresenta a compilação destes dados:

TABELA 4: Matrícula de escravizados pertencentes a Vidal José de Oliveira Ramos (1872)

Nome	Cor	Idade	Naturalidade	Filiação	Aptidão	Profissão	Forma de posse
Francisco	Preto	50	Desconhecida	Desconhecida	Pouca	Roceiro	Herança
Vicente	Pardo	40	Rio Grande do Sul	Desconhecida	Alguma	Campeiro	Compra
Ignacio	Pardo	38	Lages	Salustiana	Alguma	Campeiro	Herança
Cipriano	Preto	25	Lages	Josefa	Pouca	Campeiro	Herança
Antonio	Pardo	20	Lages	Porcina	Muita	Campeiro	Crioulo da casa
Porfirio	Pardo	17	Lages	Porcina	Muita	Campeiro	Crioulo da casa
Miguel	Preto	5	Lages	Senhorinha		Crioulo de casa	Crioulo da casa
Porcina	Parda	35	Lages	Benedita	Muita	Cozinheira	Herança
Placedina	Parda	30	Lages	Benedita	Muita	Costureira	Herança
Marcolina	Parda	17	Lages	Benedita	Muita	Costureira	Crioula da casa
Senhorinha	Preta	20	Santa Catarina	Desconhecida	Pouca	Roceira	Compra
Maria	Parda	14	Lages	Porcina	Muita	Costureira	Crioula da casa
Caetana	Preta	8	Lages	Senhorinha			Crioula da casa
Benedita	Parda	2	Lages	Marcolina			Crioula da casa

Fonte: Inventário de Julia Baptista de Souza e Oliveira, cx. 583, s/n, 1883, fl. 29-31.

Percebe-se que, dos quatorze escravizados que Vidal Ramos e Julia Baptista tinham em 1872, a maioria deles nasceu no município de Lages, bem como, que eles tinham a filiação conhecida. Neste sentido, tudo indica que a manutenção da escravaria de Julia e Vidal se dava através da combinação da compra e da reprodução interna de seus escravizados. Assim, observa-se que os que não possuem a filiação conhecida, é indicado que nasceram na província de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Caso que difere dos demais é o do escravizado Francisco, de cinquenta anos. Para ele, não há indicação do local de nascimento nem da filiação e sua cor consta como “preto”, podendo ser uma indicação de que fosse africano.

Vicenzi (2015) ao analisar as distinções de cores dos moradores de Lages para os anos de 1798-1816, através dos maços de população, identificou uma predominância da cor negra em relação à cor parda para os escravizados (Vicenzi, 2015). Na análise da matrícula de

escravizados pertencentes a Vidal Ramos (1872) nota-se o uso dos termos “preto” e “pardo”, este último, em maior proporção. Não se verifica a predominância do termo “negro(a)” para designar a cor dos escravizados, ao contrário do constatado por Vicenzi (2015) nos anos que analisou. Dos quatorze escravizados dispostos na cópia da matrícula de 1872 os que constam com a cor preta são Francisco, o mais velho, Senhorinha e seus filhos. Todos os demais, muitos deles da segunda ou terceira geração de pessoas escravizadas pelos Ramos, eram dadas como pardas.

A afirmação de Vicenzi (2015) de que os escravos crioulos da vila não compunham a primeira geração é (re)confirmada (para o período de nossa análise) com a observação dos escravizados de Vidal. Tudo indica que os escravizados expostos na matrícula já estavam em sua quarta ou quinta geração, pelo ano do registro (1872) e sua pouca idade.

Outro ponto que chamamos a atenção é para a indicação da forma com que a posse dos escravizados foi alcançada. Somente Vicente e Senhorinha foram obtidos por compra, sendo os demais recebidos por herança ou originários da própria reprodução entre os escravizados. O termo que designa aqueles que são fruto da reprodução interna dos escravizados é “crioulo(a) da casa”, tendo sete deles na matrícula de Vidal em 1872.

Como nota-se das informações dispostas no documento de 1872, Benedita foi mãe de Porcina, Placedina e Marcolina⁴⁸. Dessas escravizadas, Porcina e Marcolina geraram outros quatro infantes, sendo filhos de Porcina: Antônio, Porfirio e Maria. Marcolina deu à luz a Benedita, que recebeu o mesmo nome da avó. Não encontramos pistas sobre Salustiana e Josefa. Porém, sobre Benedita, há, segundo o registro de batismo do ano 1824, uma escravizada de mesmo nome na posse de Laureano.⁴⁹ Essa escravizada pode ter sido a mãe dos infantes que ficaram em posse de Vidal.

Revistando outro documento, chamado de “*Relação dos filhos livres de mulher escrava matriculados na Coletoria de Rendas Provinciais da Cidade de Lages*”⁵⁰ produzido em 1875, que envolve Vidal Ramos (Sênior), encontramos o nome de outras pessoas, ingênuos, filhos de mulheres escravizadas nascidos após a lei do Ventre Livre (1871) e que, portanto, sendo livres não estão relacionados no inventário de Julia. Segundo o registro da Coletoria, Marcolina deu

⁴⁸ O nome de Marcolina é citado também na obra “*O negro no planalto lageano*” de Sebastião de Ataíde (1988) como sendo ela a “valeta” de Vidal Ramos Sênior. Segundo Ataíde (1988), Marcolina foi adquirida por Vidal na feira de Sorocaba, em São Paulo, em 1848. Contudo, a data da possível compra da escravizada (1848) não bate com a data aproximada de seu nascimento que foi apresentada na matrícula de escravizados de Vidal em 1872. Desta forma, não conseguimos comprovar que se trata da mesma Marcolina mencionada por Ataíde (1988).

⁴⁹ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lages (1767-1868). Batismo de Manoel, 1824, livro 04, fl. 53.

⁵⁰ MHTC. *Relação dos filhos livres de mulher escrava matriculados na Coletoria de Rendas Provinciais da Cidade de Lages*, de out. a dez. de 1875. Registro dos senhores donos de escravos, docs. 2766.2 e 2755.1.

à luz Cimão em 1874 e Maria no ano seguinte, ambos designados como pardos.⁵¹ Cabe-nos indagar se Vidal teria ficado com a tutela, e conseqüentemente com força de trabalho desses dois infantes.

Observando os registros de batismo podemos traçar uma “linha do tempo” da vida destes escravizados e vislumbrar algumas de suas relações sociais. Senhorinha (relacionada na lista de 1872), deu à luz Catharina em 1864.⁵² Por sua vez, Placedina (também relacionada na lista de 1872), além de dar à luz Pedro, batizado em 1860,⁵³ apadrinhou, junto de Ignácio, a inocente Ilena, filha de Manoel e Juliana, todos escravizados de Laureano José Ramos.⁵⁴ Por fim, o escravizado de Vidal Ramos, Vicente, aparece como padrinho de Aleixo em 1857,⁵⁵ este era filho de Thomazia, que era escravizada de Luiz José de Oliveira Ramos, irmão de Vidal. Vicente também é padrinho de Margarida, filha de Romana, indígena, no de ano 1859.⁵⁶

Com relação à função dos escravizados, Vidal Ramos (Sênior), na matrícula de escravizados (1872), fornece algumas informações. Percebe-se que o maior emprego dos escravizados (5 deles) é na função de “campeiro”, termo que designa quem cuidava dos animais e dos campos da fazenda, sendo todos homens. Na função de “costureira” há três mulheres. Os “roceiros” contam como um homem e uma mulher e, por fim, há uma cozinheira. Levando em consideração que a fazenda de Vidal Ramos era relativamente extensa e tinha grande quantidade de animais, são poucos os empregados na função de “campeiro”, o que nos leva a inferir que ele empregava peões livres.

Assim, os dados presentes na lista de escravizados do inventário de Julia (1883), e na Relação de escravizados de Vidal Ramos (1872), dão indícios de que a compra de escravizados, ao menos da parte da família Ramos, era baixa. Portanto, fortalece o argumento de que a família Ramos garantia a manutenção de sua escravaria através da reprodução interna de seus escravizados, ou seja, uma reprodução endógena. Também, fato inegável é que os escravizados

⁵¹ MHTC. Relação dos filhos livres de mulher escrava matriculados na Coletoria de Rendas Provinciais da Cidade de Lages, de out. a dez. de 1875. Registro de Cimão, doc. 2766.2. Registro de Maria, doc. 2755.1.

⁵² FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Catharina, 1864, livro 15, fl. 17.

⁵³ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Pedro, 1860, livro 13, fl. 125.

⁵⁴ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Ilena, 1860, livro 13, fl. 125.

⁵⁵ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Aleixo, 1857, livro 13, fl. 78.

⁵⁶ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Ilena, 1859, livro 13, fl. 125.

da família tinham relações de parentesco e de compadrio entre si, mesmo que estivessem em posse de diferentes senhores e residissem em outras fazendas/localidades.

4.1.3 Os escravizados de José Thomas de Moura e Silva e Gertrudes Maria de Moura Ramos

Analisemos agora o inventário de José Thomas de Moura e Silva. Ele faleceu em 1886, tendo seu inventário processado em 1887, deixando a viúva, Gertrudes Maria de Moura Ramos (filha de Laureano e Maria), e outros quatro herdeiros. Com a morte de José Thomas e o processo de inventário de seus bens a serem repartidos, podemos perceber o envolvimento de Gertrudes Maria com a escravidão e com a riqueza que a família Ramos (principalmente da segunda geração) vinha construindo.

Quando do falecimento de José Thomas o casal tinha onze escravizados. O valor dos escravizados arrolados em seu inventário é de 8:800\$000 réis, enquanto o montante mor dos bens (contato com os escravizados) chega a 56:236\$000 réis. Assim, os escravizados representam cerca de 15,64% de sua riqueza, valor próximo do que representaram para Henrique F. Ramos (1871), de 12,79%, e que difere do que aparece no inventário de Julia Baptista (1883) de 1,62%.

Logo nas primeiras páginas do processo inventário encontramos os laços da família de Thomas e Gertrudes com a escravidão:

Auto. Aos 12 dias do mês de outubro de 1887, por nós foi convencionado que todos os bens seriam avaliados por os senhores Belizario José de Oliveira Ramos⁵⁷ e Alferes Francisco Vicente de Athayde, que todos nós temos escolhido: que a viúva fora as funções de inventariante nos acordamos que também seja ela quem faça os respectivos quinhões, que nós receberemos de sua mão, e de que no ato do recebimento lhe daremos a competente quitação. Nos acordamos igualmente que os escravos Rita e Justino não fossem descritos no inventário que nós todos lhes concedemos inteira liberdade e logo neste mesmo ato foi presente o respectivo inventario e é pela maneira seguinte assim como as avaliações de todos os bens.⁵⁸

Assim, foi dada a “inteira liberdade” aos escravizados Rita e Justino. Rita, de acordo com o documento “*Relação de escravizados pertencentes a José Thomas de Moura e Silva*”, do ano de 1886, que estava em anexo no inventário (1887), teria cinquenta e quatro anos. Justino, no mesmo ano de 1886, teria trinta e quatro anos, ambos eram solteiros e tinham como

⁵⁷ Belizário Ramos é filho de Vidal Ramos (Sênior).

⁵⁸ Grifo nosso. Alteramos a grafia do documento afim de facilitar a leitura. O documento encontra-se em: MTJSC. Inventário de José Thomas de Moura e Silva, cx. 593, s/n, 1871, fl. 5.

profissão, respectivamente, costureira e campeiro. Ao que indica esse mesmo documento de 1886 e o registro de batismo de 02 de novembro de 1854 Justino era filho de Rita. No ritual católico de 1854, Justino teve como padrinhos Ignacio e Sebastiana ambos escravizados, cujo senhor não foi identificado.⁵⁹

Ainda na mesma ocasião de 1854 foram batizados outros escravizados que pertenceram a família Ramos, sendo eles: Anastácio filho de Eufrazia, ambos escravizado de Maria Gertrudes de Moura Ramos, que teve como padrinhos José Thomas de Moura e Maria Gertrudes de Moura, neste registro não fica explícito a qual das “Marias Gertrudes” o vigário está se referindo, podendo ser a matriarca, a esposa de José Antunes de Lima ou ambas⁶⁰; Sebastião nascido em 13 de outubro de 1854, também filho de Rita, e portanto, escravizado de José Thomas, teve como padrinhos Manoel e Justina que não tiveram suas condições expostas⁶¹; e Bento nascido em 1851, filho de Maria, registrado como escravizado de Henrique Ferreira Ramos, que teve como padrinhos Joaquim e Rita, estes não tiveram suas condições reveladas, mas Rita provavelmente era a escravizada de José Thomas.⁶²

Para além dos dois escravizados que foram libertados nos autos do inventário em 1887, José Thomas possuía mais onze, tendo em vista o falecimento de um deles, Luiz. A Relação de escravizados pertencentes a ele, produzida pela obrigação referente à matrícula de 1871, foi anexada no inventário foi reproduzida na tabela a seguir:

TABELA 5 - Relação nº15 dos escravos pertencentes a José Thomas de Moura e Silva, município de Lages (1886)

Nomes	Cor	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Profissão	Valor dado conforme a tabela
Rita	Parda	54	Solteira	Lages	Sebastiana	Costureira	300\$000
Justino	Parda	34	Solteiro	Lages	Rita	Campeiro	800\$000
Sebastião	Pardo	32	Solteiro	Lages	Rita	Campeiro	800\$000
Luiz (falecido)	Preta	32	Solteiro	Rio Grande do Sul	Maria	Campeiro	800\$000
Joaquim	Preto	22	Solteiro	Lages	Benedicta	Campeiro	800\$000
Joanna	Parda	24	Solteira	Lages	Rita	Costureira	675\$000
José	Preta	23	Solteiro	Rio Grande do Sul	Maria	Roceiro	900\$000
Modesto	Pardo	22	Solteiro	Lages	Rita	Roceiro	900\$000
Helena	Parda	23	Soltera	Lages	Benedicta	Cozinheira	675\$000

⁵⁹ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lages (1767-1868). Batismo de Justino, 1854, livro 12, fl. 12.

⁶⁰ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lages (1767-1868). Batismo de Anastacio, 1854, livro 12, fl. 12.

⁶¹ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lages (1767-1868). Batismo de Sebastião, 1854, livro 12, fl. 12

⁶² FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lages (1767-1868). Batismo de Bento, 1854, livro 12, fl. 12

Alexandre	Preta	20	Solteiro	Lages	Benedicta	Campeiro	900\$000
Vicente	Preta	18	Solteiro	Lages	Benedicta	Campeiro	900\$000
Euzébio	Parda	19	Solteiro	Lages	Rita	Campeiro	900\$000
José	Preta	17	Solteiro	Lages	Benedicta	Campeiro	900\$000
Jacinto	Parda	15	Solteiro	Lages	Rita	Campeiro	900\$000

Fonte: MTJSC. Inventário de José Thomas de Moura e Silva, cx. 593, s/n, 1871, fl., 11.

A relação de escravizados pertencentes a José Thomas, produzida em 1886, um ano antes da abertura de seu processo de inventário, abre-nos algumas “janelas” de observação sobre a condição dos escravizados pertencentes à família Ramos.

A primeira para a qual chamamos à atenção, é a mudança no preço de alguns escravizados com relação à avaliação dos juízes de partilha em 1887. Os escravizados Sebastião, Joaquim, José, Modesto, Helena, Alexandre, Vicente, Euzébio, José e Jacinto tiveram um decréscimo de 50\$000 réis cada nos seus valores, enquanto Joana um decréscimo de 25\$000 réis. O que nos leva a perceber que, no quesito de “valoração” da mão de obra escrava, os juízes de partilha (1887) Belizário José de Oliveira Ramos e o alferes Francisco Vicente de Athayde estavam bem alinhados com o falecido José Thomas e o juiz de órfãos que preencheram o documento no ano anterior (1886). Ou seja, não há uma grande disparidade na avaliação dos preços dos escravizados.

Assim, a média do preço dos escravizados de José Thomas em 1887 é de 800\$000 réis por escravizado, o equivalente a 34,7 vacas com cria ou 36,3 cavalos mansos. Borges (2005), analisando Lages no período de 1840 a 1845, constatou que valor médio para compra de um escravizado era de 464\$514 réis, o equivalente a 29,1 vacas com cria ou 17,9 cavalos mansos. No período de 1861-1865 o valor médio sobe para 1:212\$500, o equivalente a 75,8 vacas com cria ou 46,6 cavalos mansos (Borges, 2005, p. 131). Desta forma, percebe-se o declínio dos preços das pessoas escravizadas se comparado aos anos de 1861-1865. A alta no preço do escravizado para os anos entre 1861-1865 se explica pela criação da lei n.º 581/1850, conhecida como lei Eusébio de Queiroz (1850) que determinou o fim do tráfico negreiro no Brasil.

Ademais, a descrição da filiação dos escravizados torna-se importante, com ela, podemos fortalecer o argumento de que a reprodução das escravarias na família Ramos se dava, majoritariamente, de maneira endógena. No arrolamento dos escravizados de José Thomas, percebe-se que Rita deu origem a seis escravizados, todos na vila de Lages. De acordo com os registros de batismo, Rita teve mais duas filhas, Zeferina⁶³ e Cândida,⁶⁴ não arroladas na lista.

⁶³ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lages (1767-1868). Batismo de Zeferina, 1857, livro 13, fl. 58.

⁶⁴ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lages (1767-1868). Batismo de Cândida, 1859, livro 15, fl. 29.

Jasmini Leticia Maurer (2021) ao analisar a composição das famílias negras em Lages no período de 1871 até 1888 indica que Benedicta ou Benedita, a escravizada de José Thomas e Gertrudes era integrante de uma das poucas famílias negras sancionadas pela Igreja em Lages deste período. Benedita junto com o escravizado Joaquim conceberam quatro infantes após a lei do Ventre Livre (1871), sendo eles: Joaquina, Roza, Lorenço e João (Maurer, 2021). Cabe-nos indagar se José Thomas e Gertrudes Maria ficaram com a tutela desses infantes ou se de alguma outra forma usufruíram de suas forças de trabalho, tendo em vista que essas crianças tinham estatutos de livres.

Procurando por Benedita, relacionada como mãe de cinco escravizados e quatro crianças livres nos registros de batismos, observa-se que ela esteve em posse de José Thomas desde a década de 1860, quando batizou no dia 04 de abril de 1864 a inocente Helena.⁶⁵ Das escravizadas Maria (que teve filhos no Rio Grande do Sul) e Sebastiana (mãe de Rita) não encontramos pistas.

Dedicando o olhar para a composição dos escravizados de Lages, Borges (2005) verificou um equilíbrio entre os sexos dos escravizados de Lages durante os anos de 1845-1865, sugerindo-se assim, o processo de reprodução interna dos escravizados, assim como foi constatado para a família Ramos:

O equilíbrio constante entre o contingente masculino e o feminino sugeriu que o processo de reprodução dos plantéis estava condicionado à reprodução natural, principalmente se for considerado o número de crianças escravas na região, como se verificou no conjunto dos escravos inventariados. A leitura dos mapas de população também demonstrou um elevado número de casais escravos. (Borges, 2005, p. 162).

Ainda nos dediquemos à análise da profissão dos escravizados. Dos quatorze escravizados descritos na relação, onze são homens e três mulheres. Como a “dinâmica” da família Ramos baseava-se na criação e comércio de gado e suas propriedades se encontram afastadas da faixa urbana da vila de Lages, é notória a maior necessidade no emprego da mão de obra em trabalhos com o trato aos animais e no campo. Assim, dos escravizados homens de José Thomas, nove deles estão empregados como “campeiros”, os outros dois ficavam responsáveis pelo ofício de “roceiro”. Enquanto isso, as mulheres escravizadas aparecem ocupadas com os “ofícios da casa”, como cozinhar e costurar. Borges (2005), dos dados que lhe foram possíveis coletar sobre o emprego dos escravizados, também observou que muitos deles estavam alocados como campeiros e roceiros nos anos de 1845-1860, o autor explica quais as funções esses escravizados realizavam:

⁶⁵ FAMILYSEARCH. Livro de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (1767-1868). Batismo de Helena, 1864, livro 17, fl. 17.

Desempenhada por escravos do sexo masculino a partir dos sete anos de idade, a função do escravo campeiro, similar ao peão, consistia em toda a rotina da lida com o gado, como levá-lo para as diferentes pastagens, capturar as reses fugitivas, castrar os novilhos, construir açudes, dar sal, curar bicheiras, construir currais e galpões, queimar as pastagens secas no final do inverno, fazer marcação com ferro quente, construir muros de taipa, caçar onças e pumas, tosquear ovelhas e conduzir os animais até os locais de venda ou abate. [...] O escravo roceiro, como o próprio termo indica, desempenhava funções relacionadas tanto ao plantio de gêneros de subsistência como também à preparação e cuidados com os pastos. Esta função era igualmente desempenhada por homens e mulheres. No entanto, grande parte das escravas desempenhava a funções de mucamas, cozinheiras e lavadeiras. (Borges, 2005, p. 159).

Nota-se a diferença no emprego da mão de obra escravizada no litoral catarinense. Para essa região, a mão de obra encontra-se empregada em no comércio de farinha e outros que envolvam a região urbana, segundo Biléssimo (2011):

Na Desterro oitocentista os grandes comerciantes exportadores interagiam com uma pequena multidão de pombeiros, quitadeiras e outros pequenos vendedores envolvidos, no dizer de Maria Odila Leite da Silva Dias, em um comércio de vintém. As grandes embarcações que levavam a farinha de mandioca, e outros gêneros, para Corte e traziam em seus porões mercadorias para o consumo geral da população alimentavam os dois níveis de comércio, tanto o de pequeno vulto quanto o de grande monta, e disputavam espaço no mar com canoas, baleeiras e uma série de outras pequenas embarcações das populações que viviam da pesca e de pequenos transportes, além das naves que faziam a ligação ilha-continente. (Biléssimo, 2011, p. 96).

Thiago Leitão de Araújo (2008) ao analisar a estrutura de posse de escravos da vila de Cruz Alta (RS), que também tinha fortes ligações com a atividade pecuária, entre os anos de 1870-1879, identifica quatro divisões de tamanho das escravarias. Consideramos, da divisão do autor, como pequenos proprietários aqueles que possuíam entre 1 e 4 escravizados, os que possuíam entre 5 e 9 como médios proprietários, médios-grandes aqueles que possuíam entre 10 e 19 escravizados e grandes aqueles que possuíam entre 20 e 54. Assim como para Lages, a presença de grandes proprietários de escravizados, ou seja, aqueles que possuíam mais de 20 indivíduos é rara em Cruz Alta: somente uma pessoa alcançou tal marca na região rio-grandense nos anos entre 1870-1879. Nota-se também que a maior parte dos escravizados pertenciam a senhores(as) que estão na faixa de médios-proprietários. Se tomarmos como base de comparação os dados de Araújo (2008), os casais Vidal e Júlia e Thomas de Moura e Gertrudes Maria pertencem à faixa de “médios-grandes” proprietários, e Henrique (1871) à faixa de proprietários “médios”.

Os dados coletados por Ana Paula Pruner de Siqueira (2010) sobre estrutura da posse escrava após 1871 na região de Palmas no Paraná se assemelham aos de Araújo (2008). A autora também divide os proprietários em quatro categorias, aqueles que possuem de 1 a 5 escravizados, de 6 a 10, 11 a 15 e mais do 15. Siqueira (2010) indica somente um(a) proprietário(a) com mais de 15 escravizados. Estes dados sinalizam que a posse escrava após

1871 (ano da criação da lei do Ventre Livre) para as regiões do sul do Brasil, principalmente aquelas que estavam envolvidas com a pecuária, raramente ultrapassavam de 20 indivíduos. Isto é o que notamos para os membros da família Ramos analisados. Estes, mantiveram entre cerca de 5 a 15 indivíduos sob sua posse após 1871.

Desta forma, as análises destes três inventários, incrementada pelos registros de batismo, antes e depois da lei do Ventre Livre revelam, ao menos em parte, a quantidade de escravizados em posse dos membros da segunda geração da família Ramos. Além disso, também indicaram o seu perfil de sexo e idade, assim como, o valor atribuído a esses escravizados e algumas de suas funções enquanto trabalhadores.

4.1.4 Os escravizados de Luiz José de Oliveira Ramos

Luiz José de Oliveira Ramos foi o sexto filho de Laureano e Maria, nascido em 1816 na fazenda do Guarda-Mór (Filho, 2002). Além de compartilhar os campos do Guarda-Mór com os irmãos, ao menos, durante a infância, Luiz foi dono da fazenda Bananeiras, também na localidade da Coxilha Rica. Teve longa vida dadas as condições da época, e faleceu em 1903, com 87 anos de idade. Por tal motivo, não encontramos pistas dos escravizados que estiveram em sua posse no seu processo de inventário, visto que foi aberto após a abolição (1888).

Contudo, nos trabalhos de Jochem (2017) e Maurer (2021), Luiz aparece relacionado com a escravidão ao ter seu nome exposto no jornal “O Lageano” de 1883, libertando os seus oito escravizados:

O Illm. Sr. Capitão Luiz José de Oliveira Ramos, por um escrito por ele assignado com testemunhas, declarou que no dia 16 de julho de 1883 serão restituídos a liberdade os seus oito escravos, únicos, que possui em sua importantíssima fazenda denominada Bananeira na qual habita com sua exma. Família. Os libertos a esse tempo poderão, os mais velhos, atingir a 34 anos de idade, e são todos fortes robusto e sadios. É de esperar que o exemplo dado por esse distinto Lageano, um dos mais abastados fazendeiros d’esta comarca, seja imitado por outros em condições iguais.⁶⁶

Assim, as autoras expõem que para os anos de 1883 o capitão Luiz teria oito escravizados, dos quais seriam todos, a partir daquele momento, livres. As cartas de alforria destes escravizados não foram localizadas por nós nem por Maurer (2021). Porém, a autora indica alguns nomes dos escravizados e libertos de Luiz a partir dos registros de batismo

⁶⁶ LAGES. O Lageano, Anno I, N. 14. Lages, 21 de julho de 1883. Arquivo do Museu Thiago de Castro, Lages. Grifo nosso. A grafia foi alterada para o melhor entendimento.

analisados por ela, tais como o de “Anna e Helena [que] ao batizarem os filhos recebem a alcunha de libertas condicionais, concedida pelo Capitão Luiz de Oliveira Ramos.” (Maurer, 2021, p. 172). A autora ainda relata outras relações de compadrio que envolvem essas pessoas:

Helena batizou Rita em 1883 com três anos de idade e a menina Evia em 1887, nascida seis anos antes. Por sua vez, Anna batizou Paulina em 1877, Bernarda em 1883 e Ottilia em 1887, a última sendo registrada com a mãe em liberdade. Os registros apontam para mais uma mulher liberta condicionalmente pelo Capitão Luiz de Oliveira Ramos, Izabel, que pôs ao mundo dois rebentos, Firmino em 1877 e Catharina em 1881. (Maurer, 2021, p. 173).

Ainda que com a ajuda dos registros de batismos analisados por Maurer (2021) a lista de quem eram os escravizados de Luiz não fica completa. Porém, em 26 de março de 1880, três anos antes de libertar seus escravizados, Luiz preencheu o documento de “Relação dos escravizados” pertencentes a ele. Nesta documentação de 1880 podemos vislumbrar que Luiz tinha em sua posse 12 escravizados, reproduzimos na lista a seguir:

TABELA 6: Relação de escravizados pertencentes a Luiz José de Oliveira Ramos (1880)

Nomes	Naturalidade	Idade	Estado	Cor	Ofício
Manoel	Africano	78	Solteiro	Preto	Roceiro
Paulo	Brasileiro	28	Solteiro	Preto	Roceiro
Theodora	Brasileira	22	Solteira	Parda	Roceiro
Salvador	Brasileiro		Solteiro	Pardo	Roceiro
João	Brasileiro	18	Solteiro	Pardo	Roceiro
Lucio	Brasileiro	16	Solteiro	Preta	Roceiro
Gertrudes	Africana	55	Solteira	Preta	Lavadeira
Perpetua	Brasileira	48	Solteira	Preta	Cozinheira
Thomazia	Brasileira	45	Solteira	Preta	Cozinheira
Izabel	Brasileira	21	Soletira	Preta	Costureira
Elena	Brasileira	20	Solteira	Parda	Costureira
Anna	Brasileira	19	Solteira	Parda	Costureira

Fonte: Museu Thiago de Castro doc. Nº 2784. Documento digitalizado.

Da comparação entre a lista de escravizados de Luiz e os dados coletados por Maurer, podemos perceber que Izabel, Elena (ou Helena) e Anna haviam recebido suas liberdades condicionais nos atos de batismo realizados após 1880, por isso ainda aparece como escravizadas de Luiz na lista de 1880.

Ainda segundo Maurer (2021) sobre os escravizados de Luiz:

Ao conquistar a liberdade condicionada, Anna, Izabel e Helena possivelmente tiveram que se manter trabalhando até a morte de seus proprietários ou, nesse caso, até a abolição, visto que o falecimento do Capitão Luiz de Oliveira Ramos ocorreu em 1903. Pelos anos de batismo, as três mulheres foram mães somente de ingênuos/as, o cruzamento nominal confirmou se havia alguma relação sanguínea entre essas mulheres e os demais libertos desse senhor. Nas escravarias lageanas era comum alguns dos escravizados/as serem crias da casa, contudo, fosse pela consanguinidade, “família inventada” ou pela “fazer família”, considera-

se que a liberdade era uma conquista, muitas vezes, coletiva, no caso desses oito escravizados ainda mais, pois passaram a usufruir dela em conjunto.

Contudo, o alcance da liberdade pelos escravizados de Luiz não foi tão simples. Apesar de exaltado pelo seu “procedimento humanitário” na publicação no jornal em 1883 (Jochem, 2017), o coronel manteve em sua posse até 1888 cinco dos oito escravizados que havia “libertado”. Tais informações foram coletadas da autuação chamada de “*Manutenção de Liberdade*” movida pelos escravizados de Luiz contra ele, em 27 de abril de 1888:

Dizem Paulo, Lucio, Ana, Helena e Izabel escravizados do Cap. Luiz José de Oliveira Ramos, que sendo eles suplicantes, livres, pois tanto aprova o fato de estarem matriculados com filiação desconhecida, o que aliás convence de que seu pretense senhor não sabe a origem de que decorre o seu pretendido direito de domínio sobre as pessoas suplicantes. E quando, pelo contrário a liberdade é de direito natural que se presume sempre, salva prova plena em contrário, vem por isso requerer a V. S. se digne admiti-los a justificar que como livres são tidos para que sendo julgada procedente a justificação, se lhe passe mandado de manutenção de posse de suas liberdades a fim de se lhe darem depois a competente carta de manutenção. E portando pedem que A. se prossiga nos ulteriores de direito marcando o escrivão dia e hora. P.ⁿ a V. J.^a deferimento de Justiça do que
E. R. M.^{ce}
Cidade de Lages, 26 de abril de 1888.
Arrogo dos suplicantes.
Antonio J.^{aq} Candido.

A autuação é curta, conta com apenas seis páginas e não há nenhuma resposta da parte de Luiz. Provavelmente porque no mês seguinte aplicava-se a lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, que abolia a escravidão no país. Ana, Helena e Izabel, como pontuou Maurer (2021) tiveram filhos, nascidos livres, mas que provavelmente ficaram sob “os cuidados”, ou melhor, sob a exploração de Luiz até a abolição.

Assim, Paulo, Lucio, Ana, Helena e Izabel, estas três últimas que já vinham “brigando” por suas liberdades desde o início da década de 1880, trabalharam até o fim da escravidão para esse integrante da família Ramos. Tal prática da exploração, parece não ter sido incomum na família Ramos, demonstrando seu apego e dependência aos laços escravistas.

4.2 RIQUEZA

Para a análise da condição econômica da família Ramos no século XIX a comparação com os inventários avaliados por Nilsen Borges (2005) é imprescindível. O autor, ao analisar os inventários lageanos de 1840-1865, dividiu-os de acordo com as faixas de riqueza. De acordo com ele

[...] a leitura dos inventários post-mortem revelou, segundo a composição do patrimônio produtivo, uma sociedade estratificada em quatro grupos, os “pobres”, “remediados”, “abastados” e “ricos”, cuja hierarquia econômica, como em uma típica sociedade escravista do Brasil oitocentista, estava baseada na concentração da riqueza nas mãos de uma elite local, que, por sua vez, detinha a maior parte dos bens de produção, tanto em propriedade fundiária, gado e escravos. (Borges, 2005, p. 164).

Adaptando-se os seus dados, tem-se o seguinte parâmetro de comparação: os pobres possuíam, em réis, o montante mor até 1:000\$000, os remediados entre 1:001\$000 e 10:000\$000; abastados entre 10:001\$000 e 50:000\$000 e os ricos valores superiores a 50:001\$000 (Borges, 2005, p. 83).⁶⁷

Assim, se compararmos as divisões das faixas de riqueza propostas por Borges (2005) para os anos de 1840-1865 com os inventários da família Ramos, que são produzidos a partir de 1871, temos que Henrique Ferreira Ramos encontrava-se no rol dos “abastados” (contava com o montante mor de 24:002\$000), Julia Baptista e José Thomas no dos “ricos”. Ainda de acordo Borges (2005), para os anos de 1845-1865, “a maior fortuna pessoal encontrada foi de 218:046\$680”, sendo a do inventário de Dona Anna Maria de Lima (1865) (Borges, 2005, p. 83). O da supracitada Júlia Baptista, casada com Vidal Ramos (Sênior), chegou ao valor de 286:111\$500 réis. Se colocados nas categorias elaboradas pelo autor, Júlia e José Thomas fariam parte dos 4% da população considerada mais rica da região (Borges, 2005).

Ainda que as quantias acumuladas pelos “fazendeiros-capitalistas” (Faria, 1995, p. 71) lageanos sejam grandiosas para a região, diferem muito dos ricos comerciantes da praça do Rio de Janeiro e dos fazendeiros cafeicultores como Manoel de Aguiar Vallim. Para a região do Rio, Fragoso (1998) encontrou um inventário avaliado em 926:757\$480 réis (Borges, 2005, p. 83. Apud. Fragoso, 1998, p. 316), já o de Aguiar Vallim (1878), cafeicultor do Vale do Paraíba, chega a exorbitantes 2:847:169\$362 réis (Faria, 1995).

Os montantes-mores dos membros da família Ramos que tiveram seus inventários avaliados também são menores que os dos grandes charqueadores de Pelotas no Rio Grande do Sul, analisados por Jonas Moreira Vargas (2015). Destes, o maior montante encontrado por Vargas (2015) antes da abolição da escravidão (1888), é de Aníbal Antunes, avaliado em 1:893:256\$602 réis, no ano de 1871.

Porém, mesmo que com valores menores do que os comerciantes do Rio de Janeiro, dos grandes cafeicultores de São Paulo ou dos grandes charqueadores do Rio Grande do Sul, os membros da família Ramos compuseram a “elite senhorial” dos campos de Lages. Se

⁶⁷ No trabalho de Nilsen (2005) há uma tabela que dispõe desses valores, o autor subdividiu em duas classes os remediados e abastados, que foram agrupados no presente trabalho para facilitar a comparação.

compararmos “as riquezas” dos Ramos com alguns dos inventários analisados por Perussatto (2010) para a região de Rio Pardo no Rio Grande do Sul, durante os anos de 1860-1888, podemos perceber que os Ramos compunham as pessoas ricas que estavam inseridos na economia pecuária.

Perussatto (2010) avaliou o inventário de Dona Maria Luiza Mena de Azambuja, revelando sua riqueza e de seu esposo, Rafael Pinto de Azambuja. Este casal tinha como atividades principais a produção do charque, farinha, de tijolos e telhas, sendo também criadores de gado. Entre os anos de 1886-1887, quando da morte de D. Maria Luiza o montante mor do casal foi avaliado em 101:293\$550 réis, valor este que, segundo Perussatto, constitui a quinta maior fortuna de seu levantamento (Perussatto, 2010, p. 46). A autora ainda nos indica outra grande fortuna (para a região) analisada por ela:

No ano de 1886 foi aberto o inventário *post-mortem* de Dona Clara Rodrigues Porto, casada com o Coronel Francisco Pinto Porto. Esse casal compunha o grupo dos estanceiros com uma expressiva posse de 853 gados vacuns e 88 cavalares. Os bens do casal foram avaliados em mais de 115:000\$000 réis – ou seja, pertenciam ao grupo de cinco proprietários com o monte-mor superior a 100:000\$000 réis, juntamente com o casal Azambuja. Possuíam partes de campo em uma fazenda situada no Distrito da Costa da Serra do Botucará, além de partes de campo, um potreiro e partes de terras e matos.” (Perussatto, 2010, p. 62)

Neste sentido podemos perceber que os estanceiros, ou como denominamos no trabalho, os pecuaristas, de Rio Pardo que possuíam o montante-mor maior que 100:000\$000 compunham os mais ricos da região. Porém, para região dos campos de Lages, os valores para compor a porção de ricos é mais baixa (Borges, 2005). Assim, dos integrantes da família Ramos somente o casal Julia e Vidal ultrapassam este valor de 100:000\$000. Porém, mesmo que com valores do montante-mor menores, Thomas e Henrique compuseram a “elite” nos campos de Lages na segunda metade do século XIX.

Ainda com o olhar para a economia, pode-se perceber a articulações da família Ramos com a criação e comércio de gado, bem como, os seus respectivos valores. Dos 143 inventários analisados por Borges (2005), apenas seis deles contaram com mais de 1.000 semoventes (Borges, 2005, p. 98). Dos integrantes da família Ramos, apenas Henrique não ultrapassou esse valor de 1.000 animais. Julia Baptista e José Thomas (com seus conjugues Vidal Ramos e Gertrudes Maria) juntos somam 4.472 animais em suas posses arrolados em inventários.

Henrique Ramos mesmo que menos abastado que os demais familiares analisados, estava completamente imbricado nessa dinâmica de criação e comércio do gado. Em seu inventário os juízes avaliadores chegam a dividir as categorias entre “gado manço” e “gado

chucro”. Segundo Helen Osório (1999), em estudos que envolvem o final do século XVIII e XIX, há uma diferença no valor desses animais:

A diferença de preço entre o gado xucro e o manso, ou tambeiro expressa os custos da domesticação, e o valor do trabalho incorporado ao preço final do animal domesticado. As reses mansas custavam, no mínimo 23% a mais que o gado xucro. Encontramos esta diferenciação desde a década de 1750. Em geral, o gado xucro era avaliado a 1.000 réis e as reses mansas a 1.280 réis. Nos inventários verificamos também diferenças conforme a localidade e a idade do gado, mas a essencial refere-se à condição de "manso". A rês mansa custava, em média, 28,6% a mais que a xucra no primeiro subperíodo (1765-1785); 23% no segundo (1790-1810) e, respectivamente, 34%, 31% e 38% nos anos de 1815, 1820 e 1825. Estes dados confirmam os custos da domesticação (Osório, 1999, p. 121-122).

A tabela a seguir apresenta a quantidade de gado, tanto “manço” quanto “chucro” que estava na posse de Henrique F. Ramos quando de seu falecimento.

TABELA 7: Quantidade de gado e seus respectivos valores no inventário de Henrique Ferreira Ramos (1871)

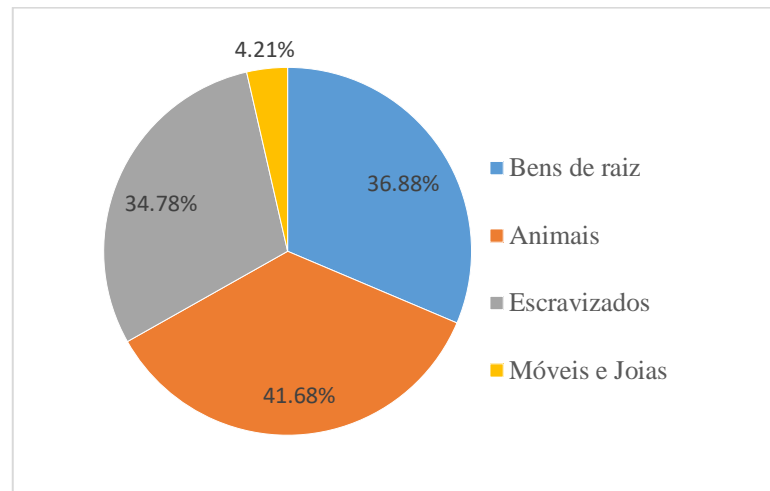
Quantidade	Gado Manso	Valores	Quantidade	Gado Xucro	Valores
94	Vacas com cria	1.410.000	79	Vacas com cria	1:027\$000
112	Vacas solteira	1.456.000	45	Vacas solteiras	540\$000
104	Novilhos	1.456.000	58	Tourinhos	377\$000
4	Bois carreiros	100.000	55	Terneiros	275\$000
20	Touros criados	250.000	140	Ovelhas	140\$000
70	Bois tourinhos	511.000	-	-	-
72	Terneiras	432.000	-	-	-
Total - 476	-	5:615\$000	Total - 377	-	2:359\$000

Fonte: MTJSC. Inventário de Henrique Ferreira Ramos, cx. 2003, s/n, 1871, fl. 16 e 17.

Somadas somente às duas “qualidades” de gado, elas perfazem um total de 7:974\$000 réis, ou seja, 33,22% do montante total. Isso representa mais que o dobro do valor atribuído aos escravizados pertencentes a Henrique. Há ainda outros animais, como cavalos e éguas que faziam parte de sua posse. Andréa Pagno Pegoraro (2022) em análise do inventário do fazendeiro Antônio Manoel Velho (1848), morador de Vacaria (RS), constatou que

[...] a parcela mais significativa de suas fortunas provinha dos animais que existiam em suas terras, ou seja, a riqueza de seu patrimônio era definida, sobretudo, pela grandeza de seus rebanhos.” (Pegoraro, 2022, p. 10).

Observamos que para os Ramos da segunda geração, a base de sua riqueza se encontra na posse de terras, depois em seu rebanho e escravizados.

GRÁFICO 1: Avaliação dos bens de Henrique F. Ramos (1871)

Fonte: MTJSC. Inventário de Henrique Ferreira Ramos, cx. 2003, s/n, 1871.

A maior porcentagem de riqueza baseada nos animais para o inventário de Henrique explica-se porque há uma separação do gado manso e xucro dos demais animais. Assim, se descontados esses animais que não fariam parte de seu comércio, os bens de raiz passam a ser sua base de riqueza.

Os bens de raiz de Henrique, foram avaliados da seguinte forma:

RAIZ

A casa e bem feitorias da Fazenda avaliada por um conto de reis = 1:000\$000

Os campos e matos da Fazenda Penteadado, avaliados por seis contos e quinhentos mil reis = 6:500\$000

Uma parte de Campos e matos na Fazenda do Guarda-Mór, avaliada por um Conto trezentos cinquenta e quatro mil reis = 1:354\$000

E finalmente declarou a Viúva Inventariante haver em dinheiro moeda corrente, a quantia de um conto de reis. = 1:000\$000⁶⁸.

Assim, chegam a quantia de 8:854\$000 réis, descontando o valor em moeda corrente que ele tinha. O que nos leva à conclusão de que Henrique tinha como base tripla de sua riqueza as suas propriedades (os “bens de raiz”), seu “produto” a ser comercializado (gado manso e xucro), e os escravizados.

Henrique havia deixado somente uma dívida, para com o seu filho Firmino de Oliveira Ramos, no valor de 133\$380 réis⁶⁹. Não representa uma pedra angular na nossa análise a questão das dívidas contraídas por ele.

⁶⁸ MTJSC. Inventário de Henrique Ferreira Ramos, cx. 2003, s/n, 1871, fl. 20.

⁶⁹ MTJSC. Inventário de Henrique Ferreira Ramos, cx. 2003, s/n, 1871, fl. 20.

Para o inventário de Julia Baptista (e conseqüentemente a avaliação dos bens de Vidal Ramos), os semoventes estão dispostos todos em uma mesma categoria. A tabela a seguir apresenta os animais dispostos e seus respectivos valores, de acordo com os avaliadores:

TABELA 8: Animais relacionados no inventário de Julia Baptista de Souza e Oliveira

Quant. de animais	Animais	Valor
1.127	Vacas	24:794\$000
443	Bois (3 anos mais)	10:632\$000
251	Bois (2 anos)	3:514\$000
252	Terneiras (2 anos)	3:024\$000
457	Reses	2:970\$500
490	Terneiros	1:960\$000
20	Bois carreiros	700\$000
24	Touros criados	648\$000
25	Cavalos mansos bons	750\$000
11	Cavalos mansos regulares	242\$000
13	Cavalos ordinários	143\$000
17	Éguas mansas	272\$000
64	Éguas xucas	670\$000
14	Potros (2 anos)	146\$000
36	Potros e potrancas	216\$000
1	Pastor	25\$000
2	Burros	80\$000
1	Retalhado	14\$000
39	Bestas mansas boas	1:560\$000
30	Bestas velhas	440\$000
18	Bestas xucas (2 anos)	468\$000
15	Bestas (do ano)	210\$000
Total	-	53:478\$500

Fonte: Inventário de Julia Baptista de Souza e Oliveira, cx. 583, s/n, 1883, fl. 19-21.

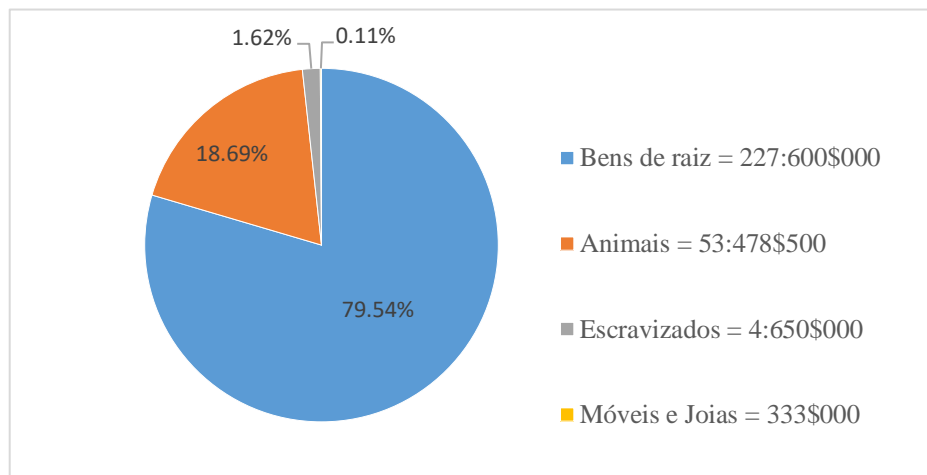
Somados os valores dos animais em posse de Julia Baptista quando de seu falecimento, chegam ao montante de 53:478\$500 réis. Isso representa 18,69% do valor total de seu inventário.

Nas avaliações dos bens de raiz de Julia Baptista, aparece novamente a fazenda do Guarda-Mór, herdada de Laureano e Maria Gertrudes, e que os irmãos dividiam para fazerem a criação de animais:

Os campos e matos da fazenda de invernada – Guarda-Mór – acharão valer trinta e oito contos de reis – As partes na casa dita nos campos do – Guarda-Mór – e nas benfeitorias, pertencentes ao monte, acharão valer oito contos de reis⁷⁰.

Assim, a riqueza de Júlia Baptista e Vidal Ramos (Sênior) estão dispostas de acordo com o gráfico a seguir:

GRÁFICO 2: Avaliação dos bens Julia Baptista (1883)



Fonte: MTJSC. Inventário de Julia Baptista de Souza e Oliveira, cx. 583, s/n, 1883, fl. 22.

No inventário de Júlia não foram descritas dívidas passivas ou ativas. Talvez seu marido, Vidal, as tivesse na época de seu falecimento. Fato é que não se consegue mensurar a importância de empréstimos e dívidas do casal pelo inventário de Julia. Assim como Henrique, Julia Baptista tinha como base de sua riqueza a propriedade (terra) a criação e por último a escravaria.

Para o inventário de José Thomas, os semoventes foram avaliados em 14:436\$000 réis, representando 25,67% do valor total de seu inventário (56:236\$000). A tabela a seguir apresenta os semoventes dispostos em seu inventário:

TABELA 9: Quantidade de semoventes de José Thomas Moura e Silva

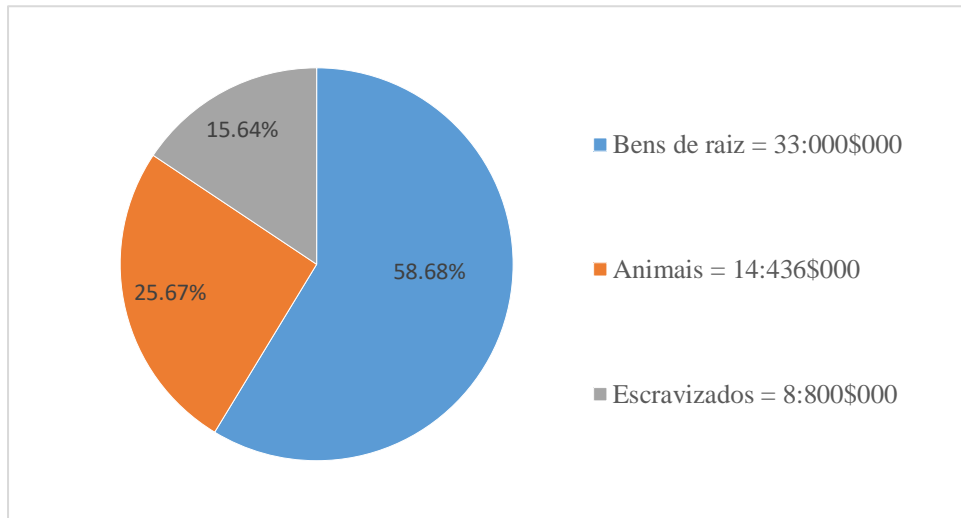
Quantidade	Semoventes	Valores em réis
6	Bois carreiros	180\$000
10	Vacas mansas com cria	230\$000
81	Vacas mansas solteiras	1:539\$000

⁷⁰ MTJSC. Inventário de Julia Baptista de Souza e Oliveira, cx. 583, s/n, 1883, fl. 22.

91	Bois criados	1:820\$000
15	Touros criados	360\$000
76	Bois de dois anos	760\$000
259	Vacas xucras	4:144\$000
23	Vacas xucras com cria	460\$000
94	Novilhas de dois anos	94\$000
196	Terneiros e terneiras de ano	1:176\$000
23	Éguas de manada de burro	276\$000
57	Éguas de mana de potro	570\$000
11	Potrinho e potrancas de ano	55\$000
19	Potros de dois anos para cima	304\$000
1	Pastor	25\$000
1	Retalhado	20\$000
1	Burro	60\$000
15	Mulas mansas regulares	495\$000
6	Mulas velhas	96\$000
3	Mulas de três anos	84\$000
6	Mulas de dois anos	150\$000
7	Mulas de ano	140\$000
11	Cavalos mansos velhos	132\$000
10	Cavalos mansos regulares	220\$000
100	Ovelhas	200\$000
Total – 1.122	-	Total - 14:436\$000

Fonte: MTJSC. Inventário de José Thomas de Moura e Silva, cx. 593, s/n, 1871, fl. 6-7.

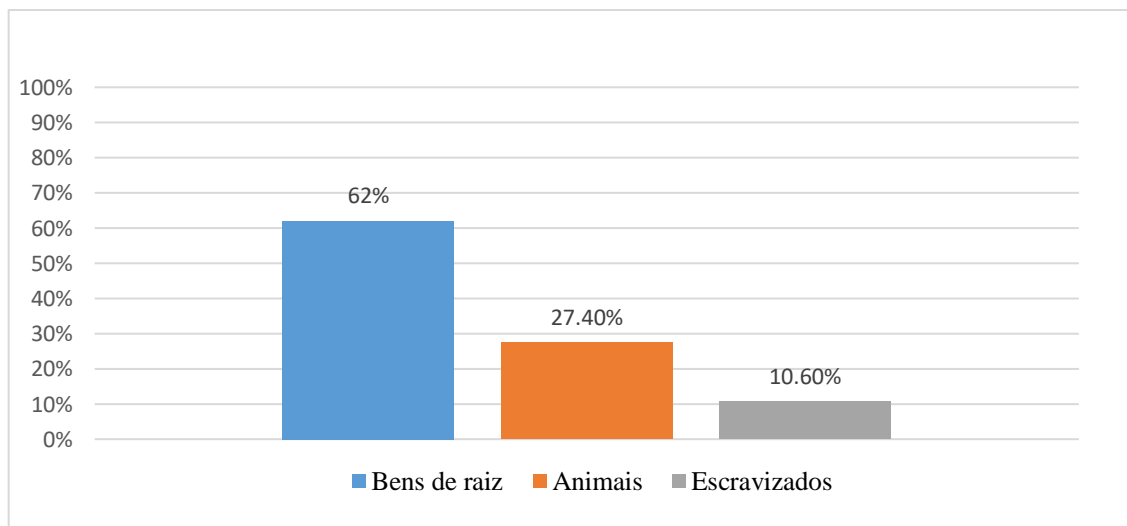
Os bens de raiz chegaram à quantia de 33:000\$000 réis, ou seja, 58,68% do valor total. O gráfico abaixo representa a riqueza deixada por José Thomas quando de seu falecimento:

GRÁFICO 3: Avaliação dos bens de José Thomas de Moura e Silva (1887)

Fonte: MTJSC. Inventário de José Thomas de Moura e Silva, cx. 593, s/n, 1871.

No inventário de José Thomas não foram declarados móveis, joias ou quantias em dinheiro. Também não apresentou dívidas ativas ou passivas em seu inventário. Novamente, o padrão é estabelecido, José também tem sua economia pautada pela propriedade, criação e escravizados.

O gráfico abaixo representa a divisão das riquezas dos membros da família Ramos avaliados:

GRÁFICO 4: Divisão de riqueza dispostas nos inventários dos avaliados (Henrique, Julia e José Thomas)

Fontes: MTJSC. Inventários de José Thomas de Moura e Silva, cx. 593, s/n, 1871; Julia Baptista de Souza e Oliveira, cx. 583, s/n, 1883 e Henrique Ferreira Ramos, cx. 2003, s/n, 1871.

Importante para nossa análise é que os bens de raiz representam, para os três indivíduos analisados, a sua maior riqueza, seguido dos semoventes e dos escravos, caso também

verificado por Borges (2005) para os inventários lageanos dos anos de 1840-1865. Assim, a posse da propriedade, seja ela representada por casas na vila, ou, como majoritariamente acontece, em fazendas de “campos e matos” para criação e internada dos animais, é a maior das riquezas desses integrantes da família Ramos. Isso nos indica que as fortunas dos membros da família Ramos eram constituídas na produção pecuária, não havendo sinais de que eram grandes credores ou que trocavam seu dinheiro por títulos da dívida pública e ações, como se verificou entre grandes proprietários escravistas do Vale do Paraíba nas últimas décadas da escravidão.

5 CONCLUSÕES

O povoamento de Lages se deu com intuito de proteger as fronteiras do país contra possíveis invasões. Concomitante a isto e pela utilização do Caminho das Tropas que iam de Viamão até Sorocaba, se estabeleceu um comércio de gado e muares, tornando a região serrana de Santa Catarina um lugar transitório, fluído e de oportunidades para a ascensão na hierarquia econômica e social, contando, desde este período de formação, com a força da mão de obra de escravizados. Os senhores da região serrana de Santa Catarina contaram, no final do século XVIII e ao longo do XIX, com a utilização de pequenos e médios grupos de escravizados, apoiando, majoritariamente, a manutenção das suas escravarias pela reprodução endógena.

Nesta região serrana se estabeleceram diversas famílias que buscavam o incremento de suas riquezas e ascensão social. Destes novos moradores, Laureano José de Ramos e Maria Gertrudes de Moura Ramos, a primeira geração da família a se estabelecer em Lages, chegada por volta de 1812, alcançaram rápida notoriedade entre a sociedade da época, sendo ricos pecuarista e angariando cargos públicos/militares.

A análise das fontes, tanto judiciais quanto eclesiásticas, que envolvem a família Ramos, revela-nos o “caminho” escolhido pela família da primeira e segunda geração para conseguir e manter sua riqueza. Os filhos de Laureano e Maria Gertrudes espalharam-se pelo Sul do Brasil, em pontos estratégicos como Vacaria (RS), Lapa (PR) e em Lages (SC) para facilitar a criação e o comércio do gado. Nesses pontos de estabelecimento adquiriam grandes porções de terras, seja por compra ou ganho (no caso das sesmarias), utilizavam-se de um pequeno e médio grupo de escravizados e agregados, como os indígenas, e lançavam-se na política e em cargos administrativos dessas regiões, mantendo seu patamar de riqueza.

Carina Martiny (2013) ao analisar a trajetória de Júlio Prates de Castilhos (1860-1903) indica uma dinâmica similar a que observamos na família Ramos. Ou seja, a riqueza o pai de Júlio Castilhos, baseada na produção pecuária em Cruz Alta (RS) foi a fonte financiadora da ascensão dele como profissional liberal e político. O pai de Júlio, Francisco Ferreira de Castilhos, foi grande estanceiro e senhor de escravizados da região, adquirindo expressiva riqueza no século XIX, o que proporcionou a Júlio a possibilidade de estudar e, assim, alcançar cargos políticos (Martiny, 2013). A riqueza adquirida por Laureano e Maria com base na pecuária também possibilitou que seu filho Vidal José de Oliveira Ramos (Sênior) (o primeiro dos “Vidais” e esposo de Júlia Baptista) pudesse estudar. Filho diz que “Vidal [Sênior] estudou

as primeiras letras na casa dos pais e continuou na cidade do Desterro, Capital da Província” (Filho, 2002, p. 90).

A aplicação da riqueza material baseada na pecuária e a transformação dela em possibilidade de estudo atingiu ainda mais os netos de Laureano e Maria, principalmente os filhos de Vidal José de Oliveira Ramos (Sênior). Dos filhos de Vidal Ramos (Sênior) e, portanto, netos de Laureano e Maria, destacam-se Belisário José de Oliveira Ramos (1858-1957) e Vidal Ramos Júnior (1866-1954).

Belisário foi dono de várias fazendas na Coxilha Rica e político de Lages, “em 1886 foi eleito vereador e em 07 de janeiro de 1887 foi escolhido Presidente da Câmara de Vereadores.” (Filho, 2002, p. 108). Ele também sucedeu seu irmão, Vidal Ramos Júnior

na Superintendência de Lages (função hoje denominada Prefeito), de julho de 1902 a 31 de dezembro de 1922, ou seja, por 20 anos foi Chefe do Executivo local, a maior administração da história da cidade. [...] Pelo Partido Conservador e pela região serrana catarinense, concorreu à vaga de Deputado para a Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, nas eleições de 1883, ficou na suplência e foi convocado para a 25ª Legislatura (1884-1885). (Memória Política de Santa Catarina, 2022).

Vidal Ramos Júnior (1866-1954), também filho de Vidal Ramos Sênior e de Júlia Baptista, e irmão de Belisário, foi provavelmente a figura política mais destacada da região serrana de finais do século XIX e primeiras duas décadas do XX. Estudou em São Leopoldo no Rio Grande do Sul e alcançou muitos cargos políticos, sendo Superintendente Municipal de Lages (atual cargo de prefeito) (1895-1902), Vice-Governador de Santa Catarina (1902-1906), assumiu como Governador do estado por dois períodos de renúncia de Lauro Müller em 1902 e 1905, foi também Deputado Federal por Santa Catarina (1906-1908), Governador de Santa Catarina (1910-1914), e ainda

Foi eleito e reeleito Senador por Santa Catarina, entre os anos de 1918 e 1937, para os seguintes mandatos: 30ª Legislatura (1915-1917); 31ª Legislatura (1918-1920); 32ª Legislatura (1921-1923), 33ª Legislatura (1924-1926); 34ª Legislatura (1927-1929), renunciou para tomar posse como Deputado Federal; e 37ª Legislatura (1934-1937), neste último ano os parlamentos foram fechados no Brasil. Foi eleito nesses mandatos pelo PRC, exceto o último, pelo Partido Liberal Catarinense, eleito de forma indireta, pela Assembleia Constituinte de 1935. (Memória Política de Santa Catarina, 2022).

Vidal Ramos Júnior foi pai de políticos destacados nacionalmente. Com sua esposa Teresa Fiúza Ramos, teve Nereu Ramos (1888-1958), o único catarinense que chegou ao cargo de presidente da República, e Celso Ramos (1897-1996) que foi Senador (1967-1970 e 1971-1974) e Governador de Santa Catarina (1961-1966).

Segundo Vicenzi (2015), em seu estudo sobre Lages no período de 1776 e 1850,

As características que determinavam pertencer ou não à elite em Lages eram definidas pela propriedade da terra, isto é, ser proprietário de fazenda, possuir escravos, possuir patentes militares e atuar em funções administrativas”. (Vicenzi, 2015, p. 16).

Estas características para pertencer à elite lageana parecem não terem se alterado na segunda metade do século XIX. A família Ramos, por sua vez, conseguiu se inserir na elite lageana, principalmente a partir de sua segunda geração, com os filhos de Laureano e Maria.

O quarto filho do casal Laureano e Maria, Henrique Ferreira Ramos (1812-1871), faleceu relativamente cedo para os padrões da família, mesmo assim conseguiu angariar uma boa quantidade de bens e participou ativamente da produção pecuária da família, nos campos e na fazenda do Guarda-Mór.

Vidal José de Oliveira Ramos (Sênior) o oitavo filho de Laureano e Maria, além de conseguir estudar na capital catarinense (Desterro) dinâmica muito custosa para época, foi grande pecuarista nos campos de Lages, tendo grandiosas porções de terra. Segundo Filho (2002), Vidal ocupou o cargo de Tenente Coronel Comandante da Guarda Nacional de Laguna e Lages e foi Vereador da Câmara Municipal pelo partido conservador, títulos que não conseguimos comprovar. Ainda segundo o autor, Vidal ganhou o título de “Cavaleiro da Ordem Imperial da Rosa” concedido por Dom Pedro II em 23 de março de 1868, este título, comprovado por um registro de acervo pessoal de descendentes da família (Filho, 2002, p. 94).

Gertrudes Maria, a sétima filha do casal Laureano e Maria, não ocupou cargos públicos pela discriminação contra as mulheres, comum à época. Porém, ao unir-se com José Thomas de Moura e Silva, que era seu primo, ela garantiu sua participação na dinâmica pecuarista da família, possuindo também parte dos campos na fazenda do Guarda-Mór, animais de criação e escravizados, se inserindo, assim, na elite lageana.

Luiz José de Oliveira Ramos (Sênior), segundo os registros que levam seu nome, alcançou o cargo de capitão. Ao lado de seu irmão Vidal atuou na política lageana e conservou durante toda sua vida a ocupação de grande pecuarista/fazendeiro da região. Neste sentido, também lhe foi possível ser integrante da elite lageana da época.

Para além dos Ramos que tiveram seus inventários analisados, percebemos que todos os membros da segunda geração, ou seja, os filhos(as) de Laureano e Maria, se envolveram com os negócios do caminho das tropas até São Paulo ou para o litoral catarinense. David, o primeiro filho do casal, foi morador de Cruz Alta no Rio Grande do Sul, facilitando a dinâmica de criação e internada do gado, atividade principal da família. Policarpo, o segundo filho de Laureano e Maria, casou-se com a irmã de José Thomas de Moura e Silva (esposo de Gertrudes Maria), estreitando os laços de parentesco e, possivelmente, de comunidade entre eles. João

José, terceiro filho de Laureano e Maria, foi, segundo Filho (2002) um fazendeiro muito rico, dono da grande fazenda “Rincão dos Touros” que se avizinhou da propriedade de José Thomas de Moura. Fidelis, o quinto filho, morou na localidade de Vacaria no Rio Grande do Sul, fazendo constantes contatos com a fazenda do pai para comercializar gado. Foi dono da fazenda “Estrela”, onde mantinha criação de animais e bens de consumo. Luiz José de Oliveira Ramos (Sênior), o sexto filho, segundo Costa (1982) herdou do pai a fazenda “Bananeiras”, imensa. Manteve a criação do gado e também foi “prestigiado político da região serrana.” (Filho, 2002, p. 84). E, por fim, Maria Gertrudes, a nona e última filha do casal Laureano e Maria, casou-se com o coronel José Antunes de Lima, conhecido como “Juca Antunes”, sendo ambos influentes moradores da região central da vila de Lages.⁷¹

Porém, não esqueçamos das pessoas que possibilitaram com sua força de trabalho a ascensão da família Ramos. Foram eles, escravizados e agregados, sujeitos em constantes embates e negociações com a família Ramos, muito longe de estarem em anomia (Slenes, 1999). Os escravizados que estiveram em posse da família compunham apenas uma parte do conjunto de trabalhadores dividindo os espaços e trabalhos com os agregados indígenas e, provavelmente, de outras etnias. Não nos esqueçamos também dos filhos das escravizadas nascidos após 1871, e, portanto, de acordo com a lei, livres, mas que podem ter ficado sob a tutela dos Ramos trabalhando para a família durante anos, quiçá, até o final de suas vidas.

Com as dificuldades de se manter o comércio do gado, muito atingido pelo fim da escravidão, os Ramos, em finais do século XIX se alçam como figuras políticas importantes para a região serrana, depois para o Estado, chegando até na esfera nacional. Oportunidade essa, possibilitada pela exploração dos escravizados, agregados e trabalhadores de condição livre que faziam o “motor” da economia pecuária funcionar. A família, durante o século XIX fomentou a reprodução dessas famílias exploradas, dando manutenção à mão de obra disponível aos seus interesses. Assim a família manteve seu “poder”, possibilitando as gerações seguintes o pertencimento à elite lageana e do Estado de Santa Catarina.

Voltando-se ainda os olhos para o final do século XIX a família deixa evidente seu apego à escravidão e a dependência para com esses trabalhadores “subalternos”. Em 1884 surge à luz da justiça o processo movido pela parda Margarida contra o casal Maria Gertrudes de Moura Ramos e José Antunes de Lima (Juca Antunes). Margarida, entrou com uma “*Ação de Liberdade*” contra o casal por manterem ela em cativeiro quando já tinham lhe dado plena liberdade (Vicenzi, 2013). O processo foi favorável a Margarida, que (re)conquistou sua

⁷¹ O casarão de Maria Gertrudes e Juca Antunes, construído por volta de 1850, permanece na região central de Lages. A casa foi restaurada em 2020 e é um dos últimos registros da arquitetura luso-brasileira existente na região.

liberdade no mesmo ano. O final do processo conta com as palavras nada “felizes” do casal Juca Antunes e Maria Gertrudes Ramos:

Declaramos nós abaixo assignados que, tendo libertado a nossa escrava Margarida, conforme a carta retro, com a obrigação de prestar-nos serviços por sete anos. Nesta data desistimos dos mesmos serviços para que, desde já entre no gozo da mesma liberdade. Cidade de Lages, 6 de Dezembro de 1884.
José Antunes Lima.
Maria Gertrudes de Moura Ramos.⁷²

Maurer (2021) analisou o processo de Margarida e não deixou de questionar a “boa ação” do casal para com Margarida, fortalecendo o argumento de que era prática comum dos senhores escravistas do século XIX e também dos membros da família Ramos tentar “arrastar” as imposições da escravidão até onde pudessem.

Dâmaris Szytko (2023) também analisou o processo de Margarida, porém em uma perspectiva interseccional, e aponta para as dificuldades superadas por Margarida tanto pela sua condição de liberta quanto por questões relacionadas ao seu gênero. Szytko (2023) coloca Margarida como protagonista de sua conquista de liberdade, fortalecendo o argumento de que as pessoas que possibilitaram a ascensão da riqueza e poder da família não foram seres em anomia (Slenes 1999), mas que participaram ativamente dos processos que lhes condiziam, mesmo em notória desvantagem dada pelo sistema.

Assim, percebe-se que a posse da terra para a criação e comércio do gado, o “controle” sobre os escravizados e agregados, a influência nos campos de Lages por serem grandes fazendeiros e pecuaristas, e, portanto, detentores da “riqueza”, somados a possibilidade de lançar as gerações seguintes em cargos públicos e alcance político, foi a estratégia da família Ramos, no século XIX, para alçar-se econômica e socialmente na elite serrana e catarinense.

Desta forma, os nove filhos de Laureano e Maria, a segunda geração dos “Ramos” nos campos de Lages, se apropriaram da expressividade de seus pais, bem como, do comércio de gado e muares, de escravizados em grupos com média de 5 a 10 pessoas e agregados para alavancar suas riquezas e prestígios sociais. Se observou também que a família, para além do uso de escravizados como “impulso” para o ganho material, explorou indígenas, mantendo-os como agregados em suas terras.

Os cargos alcançados pelos integrantes da família se estenderam da primeira geração dos Ramos, com o patriarca Laureano, até a segunda metade do século XX, tendo o ápice com Nereu Ramos, chegando ao cargo de presidente interino do Brasil em 1955. Desta forma, se

⁷² MTJSC. Autos de Ação de Liberdade – 1884. Cod. 10, caixa 14 (K). Observações: *568 / 1884 / Lages / Sumário de Liberdade / Escrava Margarida / José Antunes Lima.

possibilitou constatar a exploração da escravidão pelos Ramos e dar a devida materialidade à riqueza monetária e de *status* construída pela família, bem como, a devida visibilidade aos explorados por eles ao longo do século XIX.

6 REFERÊNCIAS

Fontes

FamilySearch

FAMILYSEARCH. Livros de batismo da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres das Lages. Livros 1 ao 19 dos anos de 1767 a 1868. Disponíveis em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-YTLM-S?owc=MFKJ-WPD%3A1030404201%2C1030404202%3Fcc%3D2177296&wc=MFKJ-PZS%3A1030404201%2C1030404202%2C1030525301&cc=2177296>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

Blogs on-line

DUTRA, Murilo. Madrugada18. *In: MADRUGADA GENEALÓGICA*, 14 de março de 2020. Disponível em: <https://madrugadagenealogica.wordpress.com/2020/03/14/madrugada18/>. Acesso em: 18 de jul. 2024.

KOTCHERGENKO, Tânia Arruda. Inventário de Laureano José Ramos. *In: LAGES HISTÓRICA*, 26 de agosto de 2009. Disponível em: <https://lageshistorica.blogspot.com/search/label/Laureano%20Jose%20Ramos>. Acesso em: 18 de jul. 2024.

Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

MTJSC. Autos de Ação de Liberdade – 1884. Cod. 10, caixa 14 (K). Observações: 568 / 1884 / Lages / Sumário de Liberdade / Escrava Margarida / José Antunes Lima.

MTJSC. Autos de Manutenção de liberdade – 1888. Sem código, caixa 1867. Observações: 1867 / 1888 / Lages / Manutenção Da Liberdade Paulo; Lucio; Anna; Helena; Izabel / Luiz Jose De Oliveira Ramos / Escravidão; Escravizados; Alforria.

MTJSC. Inventário de Henrique Ferreira Ramos, cx. 2003, s/n, 1871.

MTJSC. Inventário de Joaquim Lopes de Liz, 1869, documento digitalizado. Disponível em: <https://atom.tjsc.jus.br/index.php/inventario-de-joaquim-lobes-de-liz-2>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

MTJSC. Inventário de José Thomas de Moura e Silva, cx. 593, s/n, 1886.

MTJSC. Inventário de Julia Baptista de Souza e Oliveira, cx. 583, s/n, 1883.

MTJSC. Inventário de Lino Sutil de Oliveira, 1830, documento digitalizado. Disponível em: <https://atom.tjsc.jus.br/index.php/inventario-de-lino-sutil-de-oliveira>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

MTJSC. Inventário de Maria de Sousa Ferreira, 1876, documento digitalizado. Disponível

em: <https://atom.tjsc.jus.br/index.php/inventario-de-maria-de-sousa-ferreira>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

MTJSC. Inventário de Maria Gertrudes de Moura, cx. 2229, s/n, 1873.

Museu Histórico Thiago de Castro

MHTC. LAGES. O Lageano, Anno I, N. 14. Lages, 21 de julho de 1883. Arquivo do Museu Thiago de Castro, Lages.

MHTC. Relação dos filhos livres de mulher escrava matriculados na Coletoria de Rendas Provinciais da Cidade de Lages, de out. a dez. de 1875. Registro dos senhores donos de escravos, docs. 2766.2 e 2755.1.

MHTC. Relação de escravizados pertencentes ao senhor cap. Luiz José de Oliveira Ramos. Província de Lages, 1880. Doc. nº 2784.

MHTC. Relação de escravizados pertencentes ao senhor cap. Luiz José de Oliveira Ramos. Província de Lages, 1880. Doc. nº 2784

Legislação

BRASIL. Lei Imperial nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei Imperial nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ordenações Filipinas de 1603. Livro IV, Título 94, intitulado "Como o marido e mulher succedem hum a outro". Código Philipino ou Ordenações do Reino, fl. 947.

Referências

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade**: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2008.

ASSIS, V. A. A. DE. **A flor de senzalas miúdas**: escravidão e parentesco nos campos de Castro (1789-1836). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, 2020.

ATAIDE, Sebastião. **O negro no planalto lageano**. 1ª ed. Lages. ACS, 1988.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, século XVIII e XIX)**. 1995. Tese (Doutorado) –

Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla B.:(org). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010 p. 23-79.

BILÉSSIMO, Angelo R. **Grandes fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888**. Dissertação (mestrado) - História dos Descobrimentos da Expansão, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2011.

BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Antigos proprietários rurais de Lages. **Revista da ASBRAP**, São Paulo, nº 6, p. 9-91, 1999.

BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Árvore de costado do Presidente Nereu Ramos. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, nº. 2, p. 177-254, 1995.

BORGES, Nilsen C. Oliveira. **Terra, Gado e trabalho**: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865). Dissertação (Mestrado) – História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2005.

BOSIGNARI, Vinícius. **Elite senhorial e escravidão no Vale do Itajaí: as fazendas de José Henriques Flores (c.1836-c.1890)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História, 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. 1. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). **Resgate – Uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Licurgo Ramos. **O continente das Lagens**: Sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, 4v.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FARINATTI, L. A. E. **Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FILHO, Celso Ramos. **Coxilha Rica**: Genealogia da Família Ramos. Editora Insular, Florianópolis, 2002.

FRAGOSO, João L. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 1. ed. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaio**s. Lisboa: DIFEL, 1991.

GUTIÉRREZ, Horácio. A estrutura fundiária no Paraná antes da imigração. **Estudos de História**, Franca, v.8. n.2, p. 209-231, 2001.

GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História**. v. 25. n.1. São Paulo, 2006.

GUTIÉRREZ, Horácio. Fazendas de gado no Paraná escravista. **Topoi: Revista de História**. v. 5, n. 9. Rio de Janeiro, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1936.

HUNOLD Lara, S. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 16, 1998.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora: Companhia das Letras, São Paulo, 1942.

KOTCHERGENKO, Tânia Arruda. Inventários Lageanos (I) Laureano José Ramos. *In: Blog Lages Histórica*. Disponível em: <http://lageshistorica.blogspot.com.br>. Acesso em: 30 de out. de 2023

LIMA, H. E. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina. *In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Orgs). História diversa: africanos e afrodescendentes em Florianópolis*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2013.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2006.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. **Almanack**, Guarulhos, n. 2, p. 20-37, jul. 2011.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. *In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Orgs). História diversa: africanos e afrodescendentes em Florianópolis*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MARTINY, C. Advogado, Jornalista, Político e Filho de Comendador Dono de Escravos: Considerações sobre a Trajetória de Júlio Prates de Castilhos (Século XIX). **História Em Revista**, n. 19, 2013.

MARTINY, C. Escravos e ex-escravos na pecuária: a centralidade da escravidão na economia rural (Rio Grande do Sul, segunda metade do século XIX). **Saeculum**, [S. l.], n. 33, p. 243–258, 2015.

MAURER, J. L. **Ingênuas almas: famílias negras, solidariedade e liberdade em Lages-SC (1871-1888)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade da Fronteira do Sul, Chapecó, 2021.

MONTEIRO, J. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: UFF, 1999.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nascesse: Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão - Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, RS, 2010.

PIAZZA, W. F. A Escravidão Numa Área de Pastoreio: os "Campos" de Lages. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2, p. 263–274, 1990.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 1. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

PRATES, Jonas Moisés. **Disputas oligárquicas em Santa Catarina na primeira república brasileira (1889-1930): ascensão e influência da família Ramos**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2022.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos do Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001

SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. (Org.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

SILVA, Fernando João da. **A divisão político-administrativa do estado de Santa Catarina: Do passado ao presente**. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Curso de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Florianópolis, 2008.

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner. **Cativeiro e dependência na fronteira de ocupação: Palmas, PR, 1850-1888**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2010.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SZYTKO, Dâmaris. **Parda Margarida Maria de Jesus: liberdade e família em perspectiva interseccional – Lages/SC.** Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em História. Universidade da Fronteira Sul, Chapecó, 2023.

VICENZI, Renilda. **Nos campos de Cima da Serra: ser preto, pardo e branco na Vila de Lages, 1776-1850.** Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2015.

VICENZI, Renilda. Por caridade ou bons serviços: alforria de escravos em Lages, Província de Santa Catarina (1820-1888). **6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

VIEIRA, Gustavo. Laços Familiares e de Compadrio na Vila de “Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens” (1855-1860). **Revista Santa Catarina em História**, ISSN 1984-3968, v.17, Florianópolis, 2023.

**ANEXO A – FOTO DO CASAL LAUREANO JOSÉ DE RAMOS E MARIA GERTRUDES
DE MOURA RAMOS.**



Fonte: FILHO, Celso Ramos. Coxilha Rica: Genealogia da família Ramos. Editora Insular, Florianópolis, 2002, p. 46.

ANEXO B – FOTO DO CORONEL VIDAL JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (SÊNIOR).

Fonte: COSTA, Licurgo Ramos. O continente das Lagens: Sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, p. 1570.

ANEXO C – FOTO DO CORONEL LUIZ JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (SÊNIOR).

Fonte: COSTA, Licurgo Ramos. O continente das Lagens: Sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, p. 1566.

**ANEXO D – PINTURA DA FAZENDA DO GUARDA-MÓR PERTENCENTE AOS RAMOS
NO SÉCULO XIX.**



Fonte: Óleo sobre tela, pintura realizada por Moacyr Vidal Ramos. Retirado de: FILHO, Celso Ramos. *Coxilha Rica: Genealogia da família Ramos*. Editora Insular, Florianópolis, 2002, p. 52.

ANEXO E – AUTOS DE AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE LIBERDADE MOVIDO PELOS
 ESCRAVIZADOS CONTRA LUIZ JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (SÊNIOR) (1888)

2

Ill^{ma} J. Dr. Luiz Municipal.

Autuada como requer
 meçam o seu res
 dia e hora p^{re}quiridos
 Fazer 27 de abril a 88 Cantins
 e Vovm^{es} e suas dependentes os mesmos Cap^{ta}
 e Ben^{es} escravidados do Cap^{ta} Luiz José de Oliveira Ramos,
 todos o que sendo elles supp^{ts}, livres, pois tanto o prova
 q^{ue}al^{to} vem facto de estarem matriculados com filiação des
 ser inte^{ra} conhecida, o que alias convence de que seu
 modo q^{ue} pretense senhor não sabe a origem de que de
 p^{re}stare corre o seu pretendido direito de dominio so
 p^{re}sumto bre aspenções dos supp^{ts}, - e quando, pelo con
 trario a liberdade é de direito natural que se
 presume sempre, salvo prova plena em contra
 rio, - vim por isso requerer á V^{ra} Sa^{de} se digne
 admittilos a justificar que como livres são ti
 dos para que sendo fulgada procedente a jus
 tificação, se lhe passe mandado de manuten
 ção de posse de suas liberdades a fim de se lhe
 darem de pois a competente carta de manutença.
 E portanto pedem que A. se pro
 ciga nos ultimos de direito, marcando o
 Escrivão dia e hora.

J^{ro} a V^{ra} Sa^{de} deprimto de jus
 tica do que
 E. R. M.^{ca}

Cidade de Lages, 26 de Abril de 1888.
 Arago dos Duplicantes.
 ad^otorio J^{ro} Candido